

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Safra 2024/2025



MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

A Safra 2024/25 chega ao fim e, com ela, entregamos mais um resultado sólido diante dos desafios apresentados em proporções inéditas, comprovando a resiliência do nosso modelo de negócio e reafirmando a capacidade de entrega das nossas pessoas na operação de um conjunto de ativos único e irreplicável. Essas são características definidoras do Jeito de Ser São Martinho e foram essenciais para a conclusão deste ciclo e o atingimento dos resultados detalhados nesta Carta Financeira.

A São Martinho processou 21,8 milhões de toneladas de cana-de-açúcar e 511,4 mil toneladas de milho na Safra 2024/25, totalizando 3,48 milhões de toneladas de ATR produzido. Neste ponto vale ressaltar a qualidade do nosso canavial que, não fosse pelos impactos dos incêndios generalizados que devastaram cerca de 1 milhão de toneladas de cana das nossas lavouras, teria potencial para alcançar outras marcas históricas já nesta safra. Somado a isso, destaco também a consolidação da planta de etanol de milho e a conclusão seu primeiro ano completo de operação plena, marcando o início de uma campanha de contribuições que serão fundamentais para o atingimento de nossos objetivos estratégicos ao longo dos próximos anos, com diversificação de matéria-prima, ganho de eficiência e melhor rentabilidade do etanol.

Nesta safra foram comercializados cerca de 1,3 milhões de toneladas de açúcar, 1,2 bilhões de litros de etanol, 964 mil MWh de energia elétrica renovável e 136 mil de toneladas de DDGS que, combinados, somaram R\$ 7,2 bilhões em receita líquida, com EBITDA Ajustado de R\$ 3,45 bilhões, marcas históricas para a Companhia. Novamente destaco os impactos dos incêndios que provocaram uma deterioração do mix de produto e da qualidade da matéria-prima processada, reduzindo a margem do nosso portfólio e eliminando cerca de R\$ 250 milhões em EBITDA do nosso resultado.

No âmbito dos investimentos, concluímos a expansão da capacidade de cristalização nas três unidades de São Paulo, ampliando nossa flexibilidade industrial para um mix de até 70% em açúcar, uma iniciativa estratégica para melhorar nossas opcionalidades frente à forte volatilidade de preços dos nossos principais produtos. Também avançamos na ampliação dos sistemas de irrigação nas unidades São Martinho e Santa Cruz, atingindo 50 mil hectares irrigados, com foco em produtividade e longevidade dos canaviais. Outro marco importante foi a conclusão da primeira safra integralmente operada com colhedoras de duas linhas na Unidade São Martinho, com ganhos relevantes em eficiência operacional, e o início de um programa de testes destes equipamentos utilizando etanol como combustível, um projeto com potencial de redução significativa no consumo de diesel, que aumenta a rentabilidade dos nossos produtos e reduz a intensidade de carbono das nossas operações.

Ainda sobre nossos investimentos na diversificação do portfólio de produtos em busca de melhor rentabilidade, a planta de biometano localizada na Unidade Santa Cruz evoluiu de forma conclusiva nesta safra e está em fase final de construção, com início de operação previsto para a Safra 2025/26 e atingimento da capacidade plena na Safra 2026/27, ampliando nosso portfólio de soluções sustentáveis.

Diante de um cenário macroeconômico desafiador e um ambiente de negócios em transformação, mantivemos nosso compromisso com a austeridade financeira e a disciplina de capital ao realizar captações estratégicas que garantem a execução do nosso plano de crescimento, com equilíbrio e responsabilidade. Neste sentido, encerramos o 7º e iniciamos o 8º Programa de Recompra de Ações na Safra 2024/25, iniciativa com foco na geração de valor para nossos acionistas e stakeholders.

Avançamos orgulhosos por ter nossa jornada de inovação e pioneirismo no agronegócio reconhecida através da conquista do Prêmio de Empresa Mais Inovadora do Agronegócio Brasileiro em 2024, no ranking do Valor Inovação. Potencializando esse resultado, fomos eleitos também a Melhor Empresa do Brasil no setor de Bioenergia pelo anuário Valor 1000, conquistas que reforçam nossa trajetória na busca pela excelência em tudo que fazemos. Outro importante reconhecimento obtido nesta safra foi a recertificação com o selo Great Place to Work (GPTW), que reafirma a São Martinho como um excelente lugar para trabalhar a partir da opinião dos nossos próprios colaboradores.

Concluimos a safra enaltecendo, uma vez mais, a força da nossa gente. Convictos de que os avanços conquistados são resultados da dedicação e excelência das nossas pessoas, do compromisso com a saúde e com a segurança, da valorização das comunidades com as quais convivemos e da responsabilidade socioambiental com o ecossistema em que atuamos. Reforçamos nosso agradecimento aos acionistas e demais stakeholders pela confiança em nossa visão estratégica e na gestão responsável dos nossos negócios, sempre com o propósito de construir um futuro mais próspero, eficiente, inovador e sustentável.

Descrição dos Negócios

A São Martinho S.A. é uma sociedade de capital aberto, com ações listadas na Bolsa de Valores de São Paulo (B3), no mais alto nível de governança corporativa, o Novo Mercado, desde a realização do seu IPO, ocorrido em 2007.

A Companhia é uma das maiores empresas do setor sucroenergético no Brasil e possui, atualmente, quatro unidades agroindustriais em operação: São Martinho, em Pradópolis (região de Ribeirão Preto, SP), Iracema, em Iracemápolis (região de Limeira, SP), Santa Cruz, em Américo Brasiliense (região de Araraquara, localizada a 45 km da Usina São Martinho) e Boa Vista, em Quirinópolis (a 300 km de Goiânia, GO).



Na Safra 2024/25 a São Martinho processou cerca de 21,8 milhões de toneladas de cana-de-açúcar e 511,4 mil toneladas de milho. As operações de cana-de-açúcar produziram aproximadamente 1.329,0 mil toneladas de açúcar, 1.008,6 mil metros cúbicos de etanol e 789 mil MWh de energia elétrica renovável. O processamento de milho adicionou 212,6 mil m³ de etanol e 137,4 mil toneladas de DDGS.

1. Conjuntura de Mercado

De acordo com os dados de mercado para a Safra 2024/25, a região Centro-Sul do Brasil processou cerca de 622 milhões de toneladas de cana-de-açúcar, representando uma redução de aproximadamente 5% em relação à safra anterior.

O mix de produção para a região Centro-Sul direcionou 52% desta cana à produção de etanol, que somou cerca de 34,9 bilhões de litros (incluindo aproximadamente 8,2 bilhões de litros de etanol de milho), 4% superior à safra anterior. Do volume de etanol produzido, cerca de 12,4 bilhões de litros foram destinados para anidro (-5,7% vis-à-vis 2023/24) e 22,6 bilhões de litros para hidratado (expansão de 9,6%).

O mix de produção de açúcar consumiu cerca de 48% da cana produzida, totalizando 40,2 milhões de toneladas do produto, que representou uma redução de 6% em relação à safra anterior.

2. Desempenho Econômico-Financeiro

Na tabela abaixo destacamos os principais resultados da Companhia referentes à Safra 2024/25, seguidos pela descrição dos principais fatores que contribuíram para referida performance nesta temporada.

	12M25	12M24	Δ 12M25/12M24
Receita Líquida ¹	7.199.269	6.922.302	4,0%
EBITDA Ajustado	3.445.216	3.070.147	12,2%
Margem EBITDA Ajustado	47,9%	44,4%	3,5 p.p
EBIT Ajustado	1.571.424	1.229.844	27,8%
Margem EBIT Ajustado	21,8%	17,8%	4,1 p.p
Lucro Líquido	556.731	1.476.279	-62,3%
Lucro Caixa	772.106	1.400.983	-44,9%
Alavancagem (Dív. Líq. / EBITDA Aj. LTM)	1,43 x	1,08 x	32,4%

¹- Excl. efeito de Hedge Accounting de dívida em moeda estrangeira e PPA USC e inclui a Receita. Fin. de Negócios Imobiliários
Os dados não contemplam os impactos do IFRS 16

Receita Líquida

No acumulado da safra, a receita líquida somou R\$ 7.199,3 milhões, uma expansão de 4,0% em relação à safra anterior, decorrente da melhor performance do etanol, com maiores volumes (+4,0%) e preços (+14,6%), parcialmente compensada pela menor quantidade de açúcar vendido (-9,4%), e preços em linha com a safra passada.

A performance do indicador foi impactada pelos incêndios ocorridos no final de agosto/24, que provocou alteração do mix de produto, com maior produção de etanol em detrimento ao açúcar e, por consequência, necessidade de ajuste nas curvas de comercialização. Além disso, a estabilização da planta de etanol de milho, que consolidou seu primeiro ano completo de operação plena na Safra 2024/25, contribuiu para o maior volume produzido e comercializado do biocombustível.

EBITDA Ajustado

Ao final da Safra 2024/25 o EBITDA Ajustado resultou em R\$ 3.445,2 milhões (+12,2% vs. 12M24), com margem de 47,9% (+3,5 p.p.). A expansão de 12,2%, no ano foi pautada pela combinação de i) reconhecimento de aproximadamente R\$ 316,4 milhões referentes a créditos presumidos de PIS/COFINS sobre a cana-de-açúcar utilizada na produção do açúcar destinado ao mercado externo e créditos associados à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS, ii) melhor performance do etanol, e iii) parcialmente compensado pelo menor volume comercializado de açúcar. O EBITDA Ajustado ao final da Safra 2024/25 reflete i) a estabilidade da planta de etanol de milho, ii) maior eficiência na conversão de milho em etanol e iii) a ocorrência de incêndios que reduziram o mix de produção de açúcar e impactaram a estratégia de comercialização.

	12M25	12M24	Δ 12M25/12M24
Lucro Antes do Imposto de Renda¹	502.774	1.786.621	-71,9%
Depreciação e Amortização ¹	(2.402.175)	(2.357.244)	1,9%
Despesa Financeira Líquida	(1.014.629)	(744.864)	36,2%
EBITDA Contábil¹	3.919.578	4.888.729	-19,8%
Margem (%)	54,4%	70,6%	-16,2 p.p.
Direitos Copersucar	-	(1.213.646)	-100,0%
Efeito não Caixa do IFRS 16	(565.303)	(631.744)	-10,5%
Resultados de Negócios Imobiliários	6.918	1.807	n.m.
Resultado de Equivalência Patrimonial	(9.456)	(8.318)	13,7%
Vencimento de Dívida (Hedge)	30.317	19.957	51,9%
Opções Virtuais - Não exercíveis	509	3.048	-83,3%
Ativos Biológicos	62.653	10.315	n.m.
EBITDA Ajustado	3.445.216	3.070.147	12,2%
Margem (%)	47,9%	44,4%	3,5 p.p.
(-) Depreciação e Amortização	(1.873.792)	(1.840.303)	1,8%
EBIT Ajustado	1.571.424	1.229.844	27,8%
Margem (%)	21,8%	17,8%	
EBITDA Ajustado	3.445.216	3.070.147	6,8%
(-) Capex de Manutenção	(2.011.012)	(1.880.716)	6,9%
EBITDA - CAPEX	1.434.204	1.189.431	20,6%
Margem (%)	19,9%	17,2%	2,7 p.p.

1 - Contempla os impactos do IFRS 16

Lucro Líquido e Lucro Caixa

O lucro líquido da Companhia na safra 2024/25 totalizou R\$ 502,8 milhões, representando uma contração de 71,9% em relação ao mesmo período da safra passada. O lucro caixa totalizou R\$ 772,1 milhões, representando uma redução de 44,9% ano contra ano.

Investimentos (Capex)

	12M25	12M24	Δ 12M25/12M24
Plantio de Cana - Reforma	578.878	499.970	15,8%
Manutenção Entressafra (Industriais/Agrícolas)	552.895	534.846	3,4%
Tratos Culturais	879.240	845.900	3,9%
Manutenção	2.011.012	1.880.716	6,9%
Melhoria Operacional	102.425	197.413	-48,1%
Modernização/Expansão	532.929	406.778	31,0%
Tratos Culturais Não Recorrentes	86.425	-	n.m.
TOTAL GERAL	2.732.791	2.484.907	10,0%

O Capex de Manutenção totalizou R\$ 2.011,0 milhões no acumulado da safra, representando um crescimento de 6,9% vis-à-vis 12M24. A expansão reflete, principalmente, iniciativas de plantio de cana-de-açúcar realizadas no período visando maior disponibilidade de matéria prima para safras subsequentes. Além disso, a postergação de plantio do 4T24 para 1T25 impactou a base comparativa, potencializando as variações no trimestre e no acumulado da safra.

No acumulado da safra até março o Capex de Melhoria somou R\$ 102,4 milhões, redução de 48,1% frente a 12M24 reflexo da menor necessidade de reposição de maquinário agrícola e industrial.

O Capex de Expansão somou, no 12M25, R\$ 532,9 milhões devido ao cronograma de desembolso dos projetos anunciados para safra: i) Colhedora de 2 linhas na Unidade São Martinho, ii) Biometano na Unidade Santa Cruz, iii) expansão da capacidade de cristalização nas unidades de São Paulo, iv) expansão das áreas irrigadas nas unidades São Martinho e Santa Cruz.

Endividamento

	mar-25	mar-24	Var%.
Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA)	1.953.079	1.216.748	60,5%
BNDES/FINAME	2.028.052	1.721.113	17,8%
Capital de Giro/ NCE (Nota de Crédito de Exportação)	378.501	720.991	-47,5%
Debêntures	2.447.440	2.317.492	5,6%
PPE (Pré-Pagamento de Exportação)	58.755	102.700	-42,8%
International Finance Corporation (IFC)	1.223.634	457.774	167,3%
Dívida Bruta Total	8.089.461	6.536.818	23,8%
Disponibilidades	3.163.227	3.222.009	-1,8%
Dívida Líquida	4.926.234	3.314.809	48,6%
% Dívida Bruta em moeda estrangeira (USD)	12,4%	10,3%	2,1 p.p.
EBITDA Ajustado LTM	3.445.216	3.070.147	12,2%
Dívida Líquida / EBITDA Aj. LTM - BRL	1,43 x	1,08 x	32,4%
Dívida Líquida / EBITDA Aj. LTM - USD ¹	1,40 x	1,11 x	25,8%

1 - PTAX médio diário 12 meses: mar/24: R\$ 4,93 e Mar/25: R\$ 5,61

Em 31 de março de 2025, a Dívida Líquida da Companhia atingiu R\$ 4,9 bilhões (+48,6% vs. março/24). O maior endividamento líquido reflete o uso de caixa associado a decisões de alocação de capital ao longo da Safra 2024/25, principalmente com recompra de ações, capex de expansão e giro (estoque).

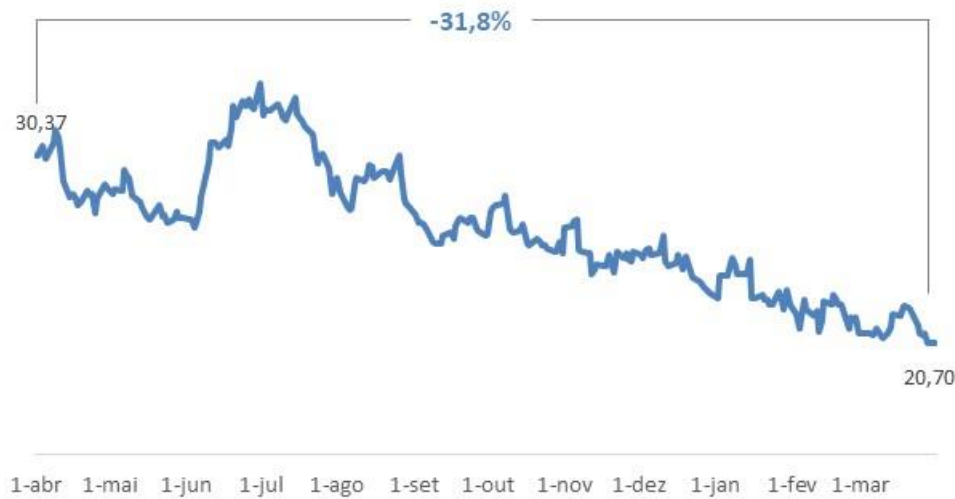
O indicador Dívida Líquida/EBITDA Ajustado acumulado (12 meses) encerrou a safra em 1,43 vezes.

Rating

Em outubro de 2019, a agência *Standard & Poor's* concedeu o grau de investimento (*rating* "BBB-") para o risco de crédito de longo prazo da São Martinho em escala global, e *rating* "AAA" em escala nacional, com *outlook* estável. Desde então a Companhia manteve inalterada a avaliação pela agência.

3. Mercado de Capitais

As ações da São Martinho, integram o Novo Mercado, mais alto nível de governança corporativa da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão, sob o código SMT03. Em 31 de março de 2025 o capital social da Companhia era representado por 332.435.391 ações ordinárias. A ação (SMT03) encerrou o ano safra cotada a R\$ 20,7, refletindo ajuste de -31,8% no período.



5. Remuneração aos Acionistas

A Companhia possui uma Política de Remuneração aos Acionistas (Dividendos) pela qual fica assegurado um dividendo e/ou juros sobre capital próprio de, no mínimo, 40% do lucro líquido caixa anual ou 25% sobre o lucro líquido do exercício, após deduzidos os prejuízos acumulados e da constituição da reserva legal, dentre eles o que for maior.

Ainda conforme definido na Política, a distribuição mínima de 40% do lucro líquido caixa poderá não ser adotada, por recomendação do Conselho de Administração, nas seguintes hipóteses:

- utilização de capital relevante em função de investimento em seus negócios, programa de recompra de ações e/ou eventuais fusões e aquisições;
- indicadores de endividamento, tais como, Dívida Líquida/EBITDA Ajustado superior a 2 vezes, apurada no encerramento do exercício, visando manter o grau de investimento pela S&P;
- mudanças fiscais; e
- destinação a reservas obrigatórias ou limitação à distribuição de parcela destas que alterem a capacidade de distribuição dos lucros.

Em milhares de Reais	
	2025
Lucro líquido do exercício	556.731
Constituição de reserva legal - 5%	(27.837)
Lucro líquido após Reserva	528.894
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	132.224
Dividendos Complementares	167.776
Total de Resultados a Distribuir	300.000
Total de Resultados a Distribuir - por ação¹	0,9130
Juros Sobre Capital Próprio pagos	300.000
Dividendos a Pagar	-
Dividendos a Pagar - por ação¹	0,0000

1- Quantidade de ações (ex: tesouraria em milhões): 328,57

6. Perspectivas

Agrícola - Cana de Açúcar	Guidance 12M26	Realizado 12M25	Var. (%)
Dados Operacionais			
Cana Processada (mil toneladas)	22.600,0	21.788,2	3,7%
ATR Médio (kg/ton)	139,9	142,5	-1,9%
ATR Produzido (mil tons)	3.161,1	3.105,6	1,8%

As operações de cana-de açúcar indicam um total de 3.161,1 mil toneladas de ATR a serem produzidas em 12M26 (+1,8% vs. 12M25), decorrente da expansão da moagem em 3,7% ano-contrano, totalizando 22,6 milhões de toneladas de cana processada, com ATR médio previsto de 139,9 quilos por tonelada de cana (-1,9% vs. 12M25). A expectativa de maior processamento de cana se refere a i) os efeitos positivos dos investimentos, realizados após os incêndios, na recuperação do canavial para a Safra 2025/26, ii) a recorrência das melhores práticas agrícolas associadas a investimentos consistentes em tratos culturais, manejo agrícola diferenciado e uso de variedades genéticas com melhor produtividade, contrapondo iii) as condições climáticas adversas, com menor ocorrência de chuvas entre janeiro e maio/25, que prejudicaram as estimativas de produtividade do canavial da São Martinho e do setor para 12M26.

Abaixo estão detalhadas as estimativas de produção da operação de etanol de milho:

Processamento de Milho	Guidance 12M26	Realizado 12M25	Var. (%)
Dados Operacionais			
Milho Processado (mil tons)	515,0	511,4	0,7%
ATR Produzido (mil tons)	377,9	370,8	1,9%
Dados de Produção			
Etanol (mil m³)	216,9	212,6	2,0%
DDGS (mil tons)	139,7	137,4	1,7%
Óleo de Milho (mil tons)	8,2	7,9	4,3%

Para a Safra 2025/26 estima-se uma performance da planta de etanol de milho com i) eficiências industriais em linha com o ano anterior e os parâmetros do projeto, refletindo a estabilidade e normalização das condições de operação da planta, e ii) expansão do processamento de milho associada à maior moagem diária e mais dias efetivos de produção, resultando no processamento de 515 mil toneladas de milho e na produção de aproximadamente 217 mil metros cúbicos de etanol, com 140 mil toneladas de DDGS e 8 mil toneladas de óleo de milho.

Capex

	Guidance 12M26	Realizado 12M25	Var. (%)
Capex de Manutenção	1.990,5	2.011,0	-1,0%
Melhoria Operacional	125,0	102,4	22,0%
Modernização/Expansão	200,0	532,9	-62,5%
Tratos Culturais Não Recorrentes	-	86,4	-100,0%
Capex Total	2.315,5	2.732,8	-15,3%

O Capex de Manutenção previsto para a Safra 2025/26 totaliza cerca de R\$ 2,0 bilhões, uma redução de 1% frente a 12M25, que reflete uma normalização das atividades de plantio, tratos culturais e manutenção agroindustrial.

Para o Capex de Melhoria Operacional estima-se um desembolso de R\$ 125 milhões, representando uma expansão de 22,0% em relação a 12M25. O incremento previsto reflete o cronograma de reposições de frota agrícola e industrial.

Os investimentos em Modernização/Expansão projetados para a Safra 2025/26 contemplam uma redução de 62,5% (vs. 12M25) decorrente principalmente do cronograma de desembolso dos projetos aprovados na Safra 2024/25, totalizando R\$ 200,0 milhões a serem gastos em 12M26. Tal montante inclui i) dispêndios residuais de projetos em fase de conclusão incluindo o projeto de Biometano, ii) expansão do plano de irrigação visando maior resiliência frente a condições climáticas adversas, e iii) desembolso não-recorrente de manutenção da caldeira da Unidade Iracema devido ao incidente ocorrido em março/25, e iv) investimentos menores que apresentam taxa de retorno desalavancado entre 15% e 20% a.a. em média.

O Capex Total para Safra 2025/26 está estimado em, aproximadamente, R\$ 2,3 bilhões, representando uma redução de 15,3% frente a 12M25.

Importante mencionar que as considerações futuras não são garantias de desempenho, envolvem riscos, incertezas e premissas e, portanto, dependem de circunstâncias que podem ou não ocorrer. O público deve compreender que condições da indústria e outros fatores operacionais e climáticos podem afetar os resultados futuros da empresa e podem conduzir a resultados que diferem, materialmente, daqueles expressos em tais considerações futuras.

7. GRC (Governança, Riscos, Conformidade e Controles Internos) e ESG (Ambiental, Social e Governança)

GRC

A área de GRC – Governança, Riscos, Conformidade e Controles Internos reporta à Diretoria Jurídica, de GRC e de Relações Institucionais e conta com uma gerência exclusiva. Os objetivos da área reforçam o compromisso com os valores da São Martinho, por meio de boas práticas, gestão de riscos, transparência e ética. Assim como outras áreas, GRC está sujeita à Auditoria Interna, que funciona como terceira linha e testa controles.

Governança

Desde seu IPO em 2007, a Governança está alinhada às melhores práticas e exigências do Regulamento do Novo Mercado (B3), com uma estrutura fundamentada na ética, transparência, tratamento igualitário aos acionistas, prestação de contas, gerenciamento de riscos e controles associados ao negócio. A estrutura de governança é composta pela Assembleia de Acionistas, Conselho de Administração, Conselho Fiscal (permanente) e Diretoria. O Conselho de Administração possui quatro Comitês de Assessoramento: Inovações Tecnológicas, Auditoria, Financeiro e Gestão de Pessoas.

Riscos e Controles Internos

A Gestão de Riscos é baseada nas diretrizes da ISO 31.000, adaptada à realidade organizacional. O processo é coordenado pela área de Riscos e supervisionado pelo Conselho e Comitê de Auditoria. A Política de Gestão de Riscos estabelece diretrizes e responsabilidades, definindo o papel da primeira, segunda e terceira linha. Por meio de uma matriz, 33 riscos corporativos são monitorados e reportados para apoiar a tomada de decisão, priorizando a alocação de recursos. Eles estão divididos em riscos táticos e estratégicos e em 9 categorias: financeiro e de mercado; meio ambiente; pessoas; operacional; jurídico e regulatório; conformidade; terceiros; tecnologia; e riscos emergentes. Controles Internos atuam na análise, avaliação e monitoramentos do ambiente de controles, possíveis vulnerabilidades e medidas corretivas para mitigá-los.

Conformidade

A área de Conformidade é responsável por promover e reforçar as melhores práticas de conformidade e supervisionar questões éticas. Sua principal referência é o Código de Ética e Conduta Profissional, que desde 2010 estabelece normas e princípios aplicáveis a todos que mantêm relacionamento com a empresa, bem como as políticas Anticorrupção e Ade Transações com Partes Relacionadas e Conflito de Interesses. A São Martinho disponibiliza um Canal Ético, administrado por empresa independente, assegurando a confidencialidade. A área também é responsável pelo monitoramento de terceiros (fornecedores de matéria-prima, bens e serviços), e acompanhamento das questões de proteção de dados pessoais (LGPD).

ESG

A sustentabilidade é um dos pilares estratégicos da São Martinho e está presente na nossa missão de oferecer energia, alimentos e produtos de fontes renováveis que gerem valor para humanidade. A preocupação com os impactos de nosso negócio permeia toda a cadeia produtiva, desde o uso responsável do solo, plantio e colheita mecanizada da cana-de-açúcar, com respeito e conservação do meio ambiente, até aspectos de ética, governança corporativa e relacionamento com os públicos de interesse.

Nesse contexto, temos investido continuamente em melhorias de processos, tecnologias e iniciativas que melhoram a eficiência da operação e refletem nossa preocupação com a sustentabilidade do negócio.

Na Safra 2024/2025, publicamos a Política de Sustentabilidade, aprovada pelo Conselho de Administração, que estabelece princípios e diretrizes para nortear nossa atuação nos aspectos ambientais, sociais, financeiros e de governança do negócio.

O desenvolvimento da nossa maturidade ESG é norteado por três pilares, com direcionadores conectados aos nossos temas materiais, conforme seguem:

Inovação e Eficiência: Contribuir para a redução de impactos climáticos por meio de soluções inovadoras para o fornecimento de energia limpa e renovável e uso eficiente dos recursos na operação.

Cadeia de Valor: Incentivar a cadeia de fornecedores na adoção de práticas de responsabilidade socioambiental.

Transformação Social: Promover a inclusão e diversidade por meio da educação e qualificação profissional, transformando socialmente a comunidade no entorno das nossas unidades.

Para avançar nesses pilares, estabelecemos nossas Ambições de Sustentabilidade - regidas pela estrutura de governança de sustentabilidade da Companhia - para abordar o assunto em diversas camadas da organização. Com isso, garantimos uma avaliação crítica sobre as métricas propostas e melhor alinhamento e disseminação do tema em todos os níveis da Companhia. A fim de estabelecer compromissos em relação a cada um dos temas priorizados pelas ambições de sustentabilidade, definimos objetivos e metas que consideram o resultado de indicadores do ano base de 2020 (Safra 2020/2021) e servem como direcionadores para os esforços ESG da Companhia até 2030. Dessa forma, garantimos que as ações operacionais estejam alinhadas ao propósito da São Martinho em ser reconhecida como referência em sustentabilidade no agronegócio.

Para acompanhar e direcionar o desdobramento de nossa Estratégia de Sustentabilidade, a execução de projetos prioritários e a evolução de nossos objetivos e compromissos, contamos com uma sólida governança ESG, com participação direta da alta gestão. A Gerência de Sustentabilidade, que reporta diretamente ao Diretor Vice-Presidente e Superintendente Agroindustrial, é responsável pela condução do assunto em todas as instâncias e fóruns da Companhia. O direcionamento estratégico da Companhia, incluindo os temas de sustentabilidade, especialmente os socioambientais, como variações climáticas, segurança hídrica, riscos de terceiros e riscos de saúde e segurança, é realizado pelo Conselho de Administração. Nossa gestão ESG é reportada ao Conselho trimestralmente, para acompanhamento de indicadores e monitoramento e tratamento de riscos e oportunidades.

As informações ESG são resultado das iniciativas e práticas operacionais, compiladas nos indicadores de sustentabilidade, e são reportadas seguindo um fluxo que se inicia pelo Comitê Tático de Sustentabilidade — formado por gerências de diversas áreas —, e pelo Comitê Estratégico de Sustentabilidade — formado pelos Diretores —, que analisam as pautas relacionadas ao tema, promovem discussões e avaliam a maturidade da Companhia. Em seguida, o tema é direcionado à Diretoria Executiva, que tem a responsabilidade de administrar e superintender os negócios levando em consideração fatores ESG, além de integrar e coordenar as demais áreas em relação a essas questões. O tema é então encaminhado ao Comitê Financeiro, para, em seguida, ser enviado à deliberação do Conselho de Administração. Todo o processo ocorre ao longo de três meses, de modo a ser debatido pelo Conselho trimestralmente. Caso surja algum tópico ou risco urgente, o tema pode entrar em pauta nesses fóruns a qualquer momento.

Para atendimento, comunicação e informação aos investidores, a Companhia possui uma área de Relações com Investidores (RI) que atua com transparência e divulga ao mercado comunicados, fatos relevantes, demonstrações financeiras e disponibiliza no site de RI da Companhia canais de contato para esclarecimento de dúvidas e suporte as partes interessadas.

A Companhia monitora o desempenho e o cumprimento de requisitos dos sistemas de gestão ambiental, social e de governança de acordo com certificações e diretrizes nacionais e internacionais descritas a seguir e disponíveis no site da Companhia. Assim, a São Martinho torna os processos transparentes, garante qualidade e segurança, gerando valor para as diversas partes interessadas.

Certificação	Natureza	Unidades certificadas
Bonsucro	Reconhecimento internacional de sustentabilidade da Produção de cana-de-açúcar e da Cadeia de Custódia	UIR, USM, UBV e USC
RenovaBio	Certificado de produção eficiente de biocombustíveis a partir de avaliação de ciclo de vida	UIR, USM, UBV e USC
ISCC EU	A certificação ISCC EU demonstra conformidade com critérios ambientais, sociais, rastreabilidade e redução da emissão de gases de efeito estufa em comparação ao equivalente fóssil.	USM e USC
ISCC CORSIA PLUS	A certificação ISCC CORSIA PLUS demonstra conformidade com os critérios de sustentabilidade dos combustíveis elegíveis do CORSIA para a redução de emissões de CO2 vindos dos voos internacionais.	USM e USC
Etanol mais Verde	Protocolo de intenções para desenvolver as melhores práticas de sustentabilidade na cadeia de produção sucroenergética paulista	UIR, USM e USC
Certificado/Selo Energia Verde	Certificação da geração de energia elétrica a partir da biomassa de cana-de-açúcar	Bioenergética São Martinho, Bioenergética Boa Vista, Bioenergética Santa Cruz e Usina Termoelétrica Boa Vista
I-REC	Certificação internacional da origem renovável (biomassa) da eletricidade gerada	Usina Termoelétrica Iracema e Usina Termoelétrica São Martinho
RFS2 Renewable Fuel Standard - EPA	Registro na Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos para comercialização de etanol nos EUA	UIR, USM e USC
LCFS (Low Carbon Fuel Standard) - CARB	Registro no California Air Resources Board para comercialização de etanol para o estado da Califórnia nos EUA	USM e USC
GMP+ FSA	Sistema de Gestão de Segurança de Alimentos destinados para nutrição animal.	USM, UBV e USC
Kosher	Atestado de fabricação de produtos alimentícios seguindo normas específicas da dieta judaica ortodoxa	UIR, USM e USC
Halal	Atestado, reconhecido por países islâmicos, da fabricação de produtos alimentícios seguindo requisitos legais e critérios determinados pela lei islâmica	UIR
ISO 9001	Sistema de Gestão de Qualidade	USC
ISO 14001	Sistema de Gestão Ambiental	UIR, USM e USC
ISO 17025	Competência de Laboratórios de Ensaios e Calibração	USM

A São Martinho publica seu Relatório Anual de Sustentabilidade desde 2011, a fim de oferecer aos públicos de relacionamento uma síntese de projetos, investimentos e indicadores econômicos, ambientais, sociais e de governança que traduzem o seu desempenho e seus desafios. É certificado por terceira parte independente e está disponível no site da Companhia.

Ambiental

Todas as usinas da Companhia localizadas no Estado de São Paulo são signatárias do Protocolo Agroambiental Etanol Mais Verde, iniciativa que estimula a adoção de boas práticas ambientais para o setor, e a Usina Boa Vista, localizada no Estado de Goiás, segue o mesmo padrão.

Como parte do Sistema de Gestão Integrada, o gerenciamento ambiental das operações tem como prioridades o uso consciente de recursos hídricos, a gestão de resíduos sólidos, a adaptação contínua às mudanças climáticas, a proteção do solo e da água, bem como da fauna e da flora, a educação ambiental e a conformidade permanente com leis e regulamentos.

Educação ambiental

As ações realizadas nos Centros de Educação Ambiental (CEAs) das unidades da Companhia fortalecem a prática da educação ambiental por meio da conscientização de colaboradores, estudantes e comunidade em geral sobre a importância da preservação e do respeito ao meio ambiente. São realizadas ainda ações internas e divulgação nas redes sociais em datas comemorativas como por exemplo: Dia Mundial do Meio Ambiente, dia da água e dia da árvore. Juntos, os CEAs já receberam mais de 132 mil pessoas desde 2.000. Na última safra, além dos trabalhos locais de educação ambiental conduzidos nos Centros de Educação, trabalhamos junto aos municípios de influência direta das atividades das usinas São Martinho por meio de palestras educativas para professores da rede pública. No ano de 2024, as palestras de educação ambiental foram focadas nos temas: Combate e Prevenção a Incêndios, Uso Consciente da água; Educação em resíduos sólidos e lixo urbano e Biodiversidade tendo sido capacitados 698 participantes, dentre professores e coordenadores. Os municípios participantes no estado de São Paulo foram: Pradópolis, Barrinha, Dumont, Guariba, Guataporá, Américo Brasiliense, Santa Lúcia, Santa Bárbara D'Oeste e Iracemápolis. Em Goiás, capacitaram-se professores do município de Quirinópolis.

Recursos Hídricos

Diferentes fontes hídricas são utilizadas pela Companhia. A Usina Iracema faz captação de duas fontes hídricas, os córregos Paramirim e Iracema. A Usina São Martinho, por sua vez, capta água de três fontes: Rio Mogi Guaçu, Córrego Triste e Aquífero Guarani. Na Santa Cruz, as fontes são os córregos Paulino, João Mendes, Anhumas e o Aquífero Guarani. Já a Usina Boa Vista capta água de duas fontes hídricas, o Rio Preto e o Aquífero Guarani.

O investimento em reúso é uma frente capaz de reduzir significativamente a pegada hídrica do negócio. As unidades adotam projetos como o uso de água proveniente da concentração da vinhaça e aproveitamento de água condensada.

Também faz parte das ações da Companhia realizar análises da qualidade dos efluentes devolvido ao meio ambiente, um processo que visa adequar a manutenção do bom funcionamento do ciclo hidrológico, de forma a amenizar eventuais impactos ao ecossistema natural.

Em relação ao descarte, somente na Usina São Martinho, os efluentes são tratados em lagoas de estabilização e a qualidade da água é monitorada de acordo com os padrões exigidos pela legislação, com posterior descarte em rio. Nas demais unidades, a água residuária é destinada aos canais por meio de fertirrigação.

Resíduos Sólidos

A São Martinho conta com o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS), que tem como foco os três "R"s: reduzir o consumo de insumos e materiais; reutilizar os subprodutos gerados; e

reciclar quando possível. O programa tem como objetivo sistematizar a gestão de resíduos sólidos provenientes das atividades agroindustriais, prevenindo impactos nocivos ao meio ambiente. As unidades da Companhia contam com Sistema de Gestão de Resíduos direcionado pelo PGRS, aprimorando a segregação dos resíduos e destinação/disposição final ambientalmente adequada destes.

Ao longo da Safra 2024/2025, iniciamos o projeto de instalação de pátios de compostagem de resíduos orgânicos provenientes dos nossos refeitórios nas unidades operacionais. Atualmente, estamos na fase final de construção das composteiras, cuja operação está prevista para iniciar em 2025. O principal objetivo do projeto é utilizar o composto orgânico na produção de mudas nos viveiros das próprias unidades e em atividades de jardinagem. Além de reduzir o impacto ambiental, a iniciativa deve gerar benefícios financeiros para a Companhia e fortalecer a educação ambiental entre os colaboradores. A São Martinho reforça a economia circular nas unidades do negócio através da utilização dos subprodutos oriundos dos processos industriais, como a vinhaça e torta de filtro, no campo. Além da utilização do bagaço da cana-de-açúcar para produção de energia elétrica e os subprodutos do milho como o DDG (*Dried Distiller's Grains*), o WDG (*Wet Distiller's Grains*) e o óleo de milho.

Biodiversidade

A São Martinho opera quatro unidades produtivas, sendo três localizadas no estado de São Paulo e uma no estado de Goiás. De acordo com a espacialização da vegetação original das regiões onde se inserem, as usinas do estado de São Paulo (Iracema, São Martinho e Santa Cruz) são constituídas por Mata Atlântica e Cerrado. Já em relação à Usina Boa Vista, em Quirinópolis / GO, a região situa-se dentro do Bioma Cerrado.

O compromisso da São Martinho com as melhores práticas ambientais e atuação sustentável está descrito em seu Projeto Reserva Legal, iniciativa da Companhia para mapear, planejar e executar toda a regularização ambiental de suas áreas rurais. Com a vigência do Código Florestal atual, a São Martinho promoveu o mapeamento completo de suas propriedades rurais, por meio de Diagnósticos Ambientais, classificando o uso e a ocupação do solo, e, suas Áreas de Preservação Permanente (APP) e Reserva Legal (RL), respeitando integralmente a legislação vigente. Por meio da situação apurada, cadastrou 100% de suas propriedades rurais no Cadastro Ambiental Rural (CAR), independentemente de qualquer prorrogação legislativa. Esforço semelhante tem sido exigido de todos os fornecedores, sendo realizado acompanhamento frequente da regularização.

Em linha com suas diretrizes e melhores práticas ambientais, a Companhia formou um grupo multidisciplinar, com a participação de diversas áreas e suporte de uma consultoria externa. Esse fórum atua sob gestão da equipe da São Martinho Terras Imobiliárias e analisa, planeja e recomenda (dentro de seu processo de Governança), considerando a sustentabilidade e a eficiência ambiental.

Com relação à estratégia de regularização ambiental, a São Martinho indicou no CAR as APPs e áreas de Reserva Legal existentes nas propriedades, e, com os excedentes, realizará compensações ambientais entre elas. Para os déficits apurados, foram realizadas aquisições de ativos florestais em Unidades de Conservação – áreas com características naturais relevantes, criadas e protegidas pelo poder público com objetivo de conservação.

A Companhia permanece atenta à consolidação da legislação e edição de novas normas complementares/regulamentadoras do Código Florestal.

Outro destaque é o Projeto Viva a Natureza, implementado pela São Martinho no ano 2000 para recompor e conservar matas ciliares, proteger nascentes e mananciais, reduzir riscos de assoreamento e preservar espécies nativas. O projeto tinha como objetivo o plantio de 1 milhão de mudas de árvores nas áreas de influência da companhia por um período de dez anos. Atualmente, a marca estipulada foi ultrapassada, sendo assim, os plantios acontecem sob demanda em áreas de APPs, RLs e áreas de interesse da Companhia, visando a proteção de nascentes e mananciais para minimizar riscos de assoreamento nos cursos d'água e preservar as espécies nativas.

Destacamos, ainda, o Projeto Abelhas, uma ação contínua nas quatro unidades da São Martinho, em parceria com empresa especializada na relação da produção agrícola com criadores de abelhas. Por meio do projeto, que faz o monitoramento das áreas vizinhas às lavouras de cana-de-açúcar em conjunto com apicultores locais, estima-se que tenhamos garantido a proteção de aproximadamente meio bilhão de abelhas, desde o início da ação, em 2019. A iniciativa envolve apicultores cadastrados e centenas de apiários mapeados. A área monitorada abrange uma extensa região sob gestão da empresa, além de um perímetro no entorno de cada unidade. O projeto contribui diretamente para o equilíbrio dos ecossistemas, já que as abelhas desempenham um papel essencial na variação genética, favorecendo o desenvolvimento e a reprodução das plantas. Assim, a São Martinho reforça seu compromisso com o respeito ambiental e a responsabilidade social junto às comunidades, fortalecendo o empreendedorismo social.

Emissões de gases do efeito estufa

Entre as ações relacionadas à gestão climática, realizamos anualmente o inventário de emissões de gases de efeito estufa (GEE), de acordo com as diretrizes do Programa Brasileiro GHG Protocol e com auditoria externa, desde o inventário de 2020. O inventário é realizado em todas as unidades da São Martinho e assegura um acompanhamento responsável da pegada de carbono do negócio, com esforços de mitigação de impactos e adaptação às mudanças do clima que abrangem a operação agrícola – tais como combate a incêndios, uso responsável de defensivos e adoção de técnicas de agricultura de precisão – e a indústria, por meio do controle de poluição atmosférica.

Além disso, as unidades utilizam equipamentos de controle de poluição atmosférica dos gases de fontes fixas e móveis, adequados às leis ambientais vigentes e anualmente são realizados o monitoramento das emissões de materiais particulados e óxidos de nitrogênio, em conformidade com os requisitos legais aplicáveis. Todas as unidades têm um programa interno de Autofiscalização e Monitoramento da Emissão de Fumaça Preta da sua frota movida a diesel, segundo os termos da legislação vigente, utilizando para isso a Escala de Ringelmann e/ou opacímetro. A preocupação com a emissão de poluentes é estendida à utilização de máquinas de alta performance e rendimento energético, que, somadas à adoção da agricultura de precisão, reduzem o uso de combustíveis.

Uso do solo

A gestão agrícola da São Martinho está sujeita a uma série de políticas que abrangem planos de conservação de solo, recuperação de áreas e manejo de culturas. O objetivo central é assegurar um uso adequado dos terrenos, em respeito às necessidades de recuperação, proteção e nutrição do solo para garantir produtividade no campo e conformidade às políticas ambientais de referência para o setor.

Entre as práticas da São Martinho, previstas em seu plano de conservação do solo, destacam-se:

- Reposição de matéria orgânica com utilização de subprodutos (vinhaça);

- Atendimento das necessidades de adubação a cada ciclo, melhorando as características físicas, químicas e biológicas do solo;
- Manutenção da palhada para proteger o solo de gotas de chuva e aumentar o teor de matéria orgânica;
- Sistema de preparo do solo reduzido ou “cultivo mínimo”, que promove a movimentação
- mínima do solo de forma a atender as necessidades de desenvolvimento da cultura da cana;
- Métodos MPB e MEIOSI, com maior eficiência e produtividade por hectare.

Atendimento às legislações, regulamentações e demais requisitos e compromissos assumidos pela organização

Por ter entre seus valores o respeito ao meio ambiente, a São Martinho está sempre atenta à preservação de forma equilibrada, visando assegurar seu crescimento consciente por meio do respeito à legislação aplicável. A Companhia realiza o monitoramento de requisitos legais por meio de software especializado, bem como o cumprimento das exigências técnicas de suas licenças ambientais. A São Martinho, contudo, não se limita a cumprir as exigências legais, buscando sempre adiantar-se aos possíveis impactos ambientais significativos gerados por seus processos agroindustriais.

Social

PROGRAMAS VOLTADOS PARA EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

O setor sucroenergético é um importante indutor de desenvolvimento para as regiões nas quais opera. Por meio das atividades empresariais, diversos impactos sociais e econômicos positivos são promovidos – como a dinamização da economia local, a geração de empregos diretos e indiretos, a qualificação de mão de obra e a melhoria das práticas na cadeia de suprimentos – reforçando a contribuição dos negócios para a sociedade.

Na Companhia, o respeito pelas pessoas e o bom relacionamento com a comunidade estão expressos na Política de Responsabilidade Social – que atribui à São Martinho valores como a ética e a transparência com seus públicos. O alinhamento às melhores práticas de mercado, com certificações socioambientais na produção e o fomento à educação e ao desenvolvimento local, também reforça os benefícios potenciais para as localidades em que está presente.

Assim sendo, partindo do propósito da Transformação Social pela Educação, um dos pilares da nossa Agenda ESG, buscamos o objetivo de promover a inclusão e a diversidade por meio da educação e qualificação profissional, visando transformar socialmente as comunidades do entorno das nossas operações. Abaixo, apresentamos nossas iniciativas que englobam esse propósito.

Formação de Agentes Locais para Transformação Social

O Projeto Formação de Agentes Locais para Transformação Social pela Educação visa capacitar agentes locais para desenvolver soluções colaborativas que enfrentem desafios sociais, fortalecendo redes comunitárias autônomas e gerando um efeito multiplicador com alto impacto social no território.

Neste primeiro ciclo, o objetivo é fortalecer organizações locais e lideranças em 5 cidades prioritárias, oferecendo capacitação em gestão de projetos, geração de impacto social e estratégias eficazes de captação de recursos. A capacitação, que está dividida em 7 módulos com aproximadamente 100 horas de formação, conta com 136 alunos (sendo 76% mulheres), 57 organizações engajadas e 31 projetos de impacto social em desenvolvimento. Isso pode representar o alcance de mais de 40 mil beneficiários indiretos.

Qualificação para Mulheres

Com o objetivo de criar ações que promovam o 6º princípio do Empoderamento Feminino, proposto pela ONU Mulheres e assinado pela SMSA em 2019, criamos um programa de qualificação e profissionalização de Mulheres nas comunidades onde nossas usinas estão instaladas. Na safra 2024/25, foram abertas 6 turmas do curso de Operador de Processos Agroindustrial em parceria com o SENAI, com a abertura de 105 vagas para a formação. Nas 6 turmas realizadas neste ciclo, foram formadas 85 mulheres. Como destaque na atual edição, foram realizadas 10 visitas e 4 mentorias para aproximar as alunas das práticas agroindustriais e compartilhar o Nosso Jeito de Ser, além da discussão de questões como carreira e elaboração de currículos. Importante ressaltar que as edições deste projeto ajudaram 29 mulheres a se inserirem no mercado de trabalho.

Empresários para o Futuro

O projeto tem como objetivo despertar o espírito empreendedor nos jovens ainda na escola, estimular o desenvolvimento pessoal, proporcionando o primeiro contato com mundo dos negócios, estimulando ainda o voluntariado corporativo, uma vez que os módulos de formação são executados por colaboradores da empresa. Na safra 2024/25, os jovens aprenderam na prática os

conhecimentos, conceitos, as ferramentas e os hacks para criar e desenvolver startups. Conectado com a Base Nacional Comum Curricular, através do tema transversal Ciência e Tecnologia, Economia, Cidadania e Civismo, os alunos participantes puderam trabalhar competências como pensamento científico, crítico e criativo, cultura digital, trabalho e projeto de vida, argumentação, empatia e cooperação, responsabilidade e cidadania.

As startups desenvolvidas pelos 70 jovens participantes tiveram como pano de fundo o desenvolvimento de soluções para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável do Pacto Global da ONU. Importante ressaltar que os encontros do projeto foram realizados por 18 colaboradores voluntários da São Martinho, que receberam um treinamento para serem educadores do projeto.

O encerramento do projeto se deu no complexo de startups Cubo Itaú, em São Paulo, onde os alunos fizeram uma visita ao espaço da São Martinho e apresentaram seus projetos de startups a uma banca de lideranças da empresa, além de convidados.

Primeiro Emprego Projovem

Desenvolvido em parceria com instituição de Pradópolis, promoveu, na safra 2023/24, o acesso de aproximadamente 60 jovens, com idades entre 16 e 18 anos, ao mercado de trabalho. O projeto oferece capacitação e oportunidades profissionais aos estudantes da rede pública de ensino. Ao fim, os jovens têm a possibilidade de permanecer na Companhia ou de participar de recrutamentos até um ano após sua saída. São duas décadas proporcionando oportunidades para todos os participantes do programa.

Projetos Via Incentivo Fiscal

Os projetos incentivados apoiados pela São Martinho são definidos a partir da Política de Investimento Social Privado da companhia, a qual direciona as ações de desenvolvimento social de suas comunidades por meio da educação. Dessa maneira, na safra 2024/25, destacamos a Campanha Abrace uma Causa, que consiste em promover a cultura da doação junto aos colaboradores, onde incentiva a doação do Imposto de Renda de Pessoa Física para causas sociais. Utilizando uma plataforma parceira que gerencia doações com incentivo fiscal para pessoa física, de forma 100% online com a possibilidade de doações via qualquer meio de pagamento, arrecadamos R\$ 35.180,00 através de 20 doadores colaboradores. Os recursos foram destinados aos projetos dos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA's) nos municípios onde a São Martinho atua.

AÇÕES DE VOLUNTARIADO

O Voluntariado Corporativo da São Martinho tem o objetivo de promover o protagonismo dos colaboradores quanto aos problemas sociais e oferecer meios para que os colaboradores voluntários possam contribuir com o desenvolvimento sustentável dos territórios.

Um destaque na safra 2024/25, para além das campanhas tradicionais da São Martinho, foi a Campanha SOS Rio Grande do Sul, onde a São Martinho convidou os colaboradores a doarem recursos financeiros para enfrentamento das calamidades causadas pelas enchentes. A campanha se deu na modalidade 1:3, em que cada real arrecadado a São Martinho triplicava e, dessa forma, foram arrecadados no total R\$ 185.130,00. As doações foram destinadas diretamente ao Estado do Rio Grande do Sul, para ações de emergência, ou para uma instituição parceria chamada Comunitas, que destinaria para ações de reestruturação do Estado. Neste último caso, o fundo criado pela Comunitas teria como foco prioritário na Retomada da Educação no Estado.

Campanha Natal sem Fome

Foram arrecadados, nesta campanha anual, alimentos não perecíveis, durante o mês de dezembro. Na safra 2024/25, foram doados aproximadamente 5.000Kg de alimentos aos CRAS das Prefeituras Municipais de Pradópolis, Itacemópolis, Américo Brasiliense e Quirinópolis (GO) como forma de apoio a famílias em situação de vulnerabilidade social.

Campanha do Agasalho

A iniciativa voluntária anual visa arrecadação de agasalhos e cobertores para destiná-los à população de baixa renda. Na safra 2024/25, as doações foram destinadas às famílias cadastradas nas redes municipais de assistência social de Pradópolis, Américo Brasiliense, Itacemópolis e Quirinópolis e arrecadou 914 peças.

Desafio Trainee

O Desafio Trainee visa realizar ações de voluntariado entre os Trainees e demais colaboradores da São Martinho para promoção de atividades sociais nas comunidades do entorno das operações, assim como integrar as pessoas em prol de um bem comum. É uma competição saudável entre os Trainees das unidades com foco em ações de voluntariado que beneficiem as comunidades do entorno das operações e a principal diretriz é que as ações sejam pautadas pelas Ambições ESG da São Martinho.

Na primeira edição realizada na safra 23/24, foram 42 ações envolvendo 33 colaboradores voluntários. Na safra 24/25, foram discutidas e planejadas melhorias a serem executadas na segunda edição, que foi lançada em março/2025 para a nova turma de Trainees.

Doação de Sangue e Medula Óssea

Em comemoração ao Junho Vermelho - Mês de Conscientização e incentivo a Doação de Sangue. A São Martinho promove anualmente a campanha de engajamento em relação à importância deste tema, em 2023 foram realizadas ações em todas as unidades da Companhia. O intuito da campanha foi também promover novos doadores não só de sangue e plaquetas, mas também de medula óssea.

Na unidade São Martinho, promovemos o Dia D, com um ônibus de apoio para encaminhar colaboradores ao Banco de Sangue de Ribeirão Preto. Cerca de 38 pessoas participaram da ação. Nas demais usinas e escritórios as ações contaram com palestras e ginásticas laborais dinâmicas, com atividades interativas de incentivo ao tema.

A São Martinho é também reconhecida dado a parceria e quantidades de doadores já cadastrados no Hemocentro USP, de Ribeirão Preto.

A Conscientização levou o tema: SOMOS TODOS DO TIPO QUE DOA

PROGRAMAS DE DIVERSIDADE

O Programa de Diversidade e Inclusão tem como objetivo promover o respeito às pessoas e suas diferenças, criando ambiente de trabalho seguro, justo e equitativo, com foco na geração de impactos positivos para empresa e suas partes interessadas.

Esses temas são essenciais para uma sociedade justa e para o sucesso das empresas. Embora o Brasil seja muito diverso, ainda há desafios na inclusão. A São Martinho considera a Diversidade e

Inclusão não apenas uma questão de justiça social, mas também uma estratégia importante para os negócios.

Em relação à pauta da inclusão de pessoas com deficiência, na safra 24.25, foi implantado o projeto de Aceleração da Inclusão da Pessoa com Deficiência com o objetivo de atração e retenção dessas pessoas, além de realizar treinamento com as lideranças das operações agroindustriais para sensibilizar sobre o tema. Como grande resultado do projeto, crescemos mais de 10% no cumprimento da cota, onde atingimos 91,3% da meta em mar/25. Além disso, realizamos dois treinamentos internos para falarmos da inclusão da pessoa com deficiência. O primeiro treinamento intitulado "Grupos de deficiência e oportunidades de inclusão", voltado às áreas da Diretoria de Recursos Humanos e o time de Operações Administrativas, foi realizado em 13/09/24. Nesta ocasião, foram discutidas questões como leis, contexto no Brasil, principais definições e vieses inconscientes. O segundo treinamento denominado "Liderança inclusiva", que tinha como objetivo fortalecer a cultura inclusiva na empresa, através de gestores mais engajados na inclusão para recrutar, acompanhar, desenvolver e reter as pessoas com deficiências, alcançou um público de 502 pessoas em cargos de liderança. Vale destacar também a participação da área de Responsabilidade Social no Encontro de Líderes e Suportes Técnicos 2025 (fev), em Brotas-SP, que reuniu 705 profissionais da São Martinho, sendo 175 de Suportes Técnicos e 530 Líderes. Distribuídos em seis turmas, apresentamos a palestra "Inclusão da pessoa com deficiência: Leis, Números e a Sociedade do Cuidado".

Para avançarmos na discussão da agenda de diversidade e inclusão, foi criado um Grupo de Trabalho com o objetivo planejar e coordenar ações estratégicas em relação à diversidade, equidade e inclusão que impulsionem a agenda na São Martinho. Composto por representantes de diferentes áreas corporativas e industriais da Usina São Martinho (USM), o GT promove espaços tanto de troca e sensibilizações sobre o tema, quanto de planejamento de iniciativas. O Grupo de Trabalho já realizou seis encontros, acumulando mais de seis horas de debates, com um índice de participação de 80% dos membros. Durante esse período, foram promovidas dinâmicas e treinamentos, como o letramento para os membros do GT sobre vieses inconscientes nas relações interpessoais e no ambiente de trabalho.

Nos encontros, foram discutidos temas como a percepção da diversidade entre diferentes gerações, os desafios do setor agroindustrial para adotar políticas inclusivas e a necessidade de ampliar a comunicação interna sobre o tema.

Em relação às mulheres, São Martinho tem o compromisso público com os Princípios do Empoderamento Feminino junto a ONU Mulheres. Neste sentido, estamos trabalhando a formação de mulheres da comunidade com o projeto de Qualificação Profissional. O objetivo deste projeto é aumentar a participação das mulheres no setor Agroindustrial e consequentemente aumentar o nível de empregabilidade das mulheres no Agro.

Programa Empresa Cidadã

Desde o início de 2010, a São Martinho adota a prorrogação do período de licença-maternidade de 120 dias para 180 dias. Com isso, em todas as unidades, 100% das mães podem optar por ficar seis meses em casa após o parto, antes de retornar ao trabalho. Além disso, a Companhia adota a licença-paternidade prorrogada, de 5 para 15 dias.

Relacionamento com a Comunidade

O relacionamento com as comunidades locais é um elemento estratégico para empresas do agronegócio, especialmente aquelas que operam na cadeia produtiva da cana-de-açúcar,

etanol, açúcar e outros subprodutos. A proximidade com as comunidades vizinhas permite compreender suas necessidades, mitigar impactos socioambientais e fortalecer o desenvolvimento local e regional. Uma relação transparente e colaborativa contribui para a criação de valor compartilhado, promovendo iniciativas sociais, educacionais e ambientais que beneficiam tanto a população local quanto a sustentabilidade do negócio.

Além disso, um engajamento eficaz com a comunidade é fundamental para a obtenção da licença social para operar, um fator cada vez mais relevante no setor. Ao estabelecer diálogos abertos e ações concretas, a empresa constrói uma reputação sólida, reduzindo riscos operacionais e fortalecendo sua imagem como uma marca empregadora responsável e atrativa. Esse compromisso gera um ambiente de confiança, favorecendo a retenção de talentos, o suporte da sociedade e o alinhamento com as melhores práticas ESG, essenciais para a perenidade e competitividade do negócio.

Nesse contexto, a área de Responsabilidade Social desenvolveu uma caixa de ferramentas estratégica para fortalecer o relacionamento com as comunidades locais. Dessa forma, abrimos múltiplas frentes de diálogo e colaboração com nossos stakeholders locais, promovendo não apenas a gestão de impactos, mas também impulsionando o desenvolvimento sustentável dos territórios onde estamos presentes.

Destacamos o Programa de Engajamento com Comunidades que consiste em fomentar o diálogo com as partes interessadas no território de atuação da empresa, fortalecendo a comunicação e a construção coletiva de agendas, projetos e ações na busca pela geração de valores compartilhados.

O Painel de engajamento com as comunidades locais foi implantado em 2019 e tem por objetivo criar uma agenda estruturada de diálogo e engajamento com os públicos de interesse, fortalecendo a transparência sobre a atuação da São Martinho e seu impacto na comunidade em que atua.

Na safra 24.25, pudemos abordar e compartilhar o Momento Sou e apresentar e divulgar a Política de Sustentabilidade publicada em 2024. As apresentações foram realizadas em Pradópolis (SP), Guariba (SP), Itacemápolis (SP), Américo Brasiliense (SP) e Quirinópolis (GO), totalizando um público de 115 pessoas que representam 51 organizações locais. Além disso, temos uma frente de atuação denominada Gestão de Impactos Sociais, que visa identificar, avaliar, monitorar e implementar medidas para mitigar e/ou compensar impactos negativos e potencializar impactos positivos. Importante salientar que a São Martinho realiza avaliações de aspectos e impactos de suas atividades, em conformidade com requisitos legais e procedimentos internos. Para mitigar e corrigir os impactos identificados, executamos medidas de controle específicas, além de conduzir diagnósticos sociais e painéis com comunidades locais, promovendo o diálogo sobre impactos e agendas sociais relevantes. Com base nessas interações, propomos parcerias e projetos que atendam às necessidades identificadas junto às comunidades.

Ainda sobre a gestão de impactos, na safra 24.25, destacamos a realização de um trabalho de ampliação e melhoria do mapeamento de municípios que possuem interface com a operação. Este trabalho identificou que a São Martinho está presente em 51 municípios entre os estados de SP e GO, além de mapear as principais atividades realizadas pela operação e seus respectivos impactos positivos e negativos. Por fim, este trabalho avaliou, através de dados secundários e visitas de reconhecimento de campo, potenciais impactos em grupos sociais considerados mais vulneráveis, como Terras Indígenas, Quilombolas e Assentamentos Rurais. A conclusão é que a São Martinho não afeta os dois primeiros por estar geograficamente distante desses grupos e, em relação aos assentamentos próximos à operação, não gera potenciais impactos significativos,

considerando as medidas de controle que a empresa adota sendo suficientes para mitigar os impactos.

GESTÃO DE PESSOAS

Desde 2020, a Gestão Estratégica de Pessoas é o nosso modelo integrado de gestão de pessoas, baseado nas competências alinhadas ao nosso negócio, que reforça a meritocracia por meio de três processos integrados: a avaliação (de performance e potencial); o desenvolvimento (por meio de Feedback, PDI e Educação Corporativa); e o reconhecimento (Remuneração Fixa e Variável). O objetivo principal do GEP é apoiar a nossa gestão na tomada de decisão sobre os colaboradores que integram seus times, maximizando o desempenho individual e organizacional, reforçando comportamentos valorizados pela empresa. É o nosso modelo integrado de gestão de pessoas, baseado nas competências alinhadas ao nosso negócio, que reforça a meritocracia por meio de três processos integrados: a avaliação (de performance e potencial); o desenvolvimento (por meio de Feedback, PDI e Educação Corporativa); e o reconhecimento (Remuneração Fixa e Variável). O objetivo principal do GEP é apoiar a nossa gestão na tomada de decisão sobre os colaboradores que integram seus times, maximizando o desempenho individual e organizacional, reforçando comportamentos valorizados pela empresa. Abaixo detalhamos os Programas de Carreira que a Companhia desenvolve:

Programa de Estágio

Nosso programa de estágio têm como objetivo proporcionar experiências práticas para complementar a formação curricular e acadêmica, gerando desenvolvimento em conhecimentos técnicos e novas habilidades comportamentais para aplicações no dia a dia. O Programa de Estágio da São Martinho conta com jornada de desenvolvimento comportamental, conduzido por consultoria especializada em desenvolvimento de pessoas e proporciona também possibilidade de efetivação e construção de carreira na Companhia.

Programa de Trainees

Está em sua 9ª edição e tem como propósito inserir no negócio profissionais recém-formados, com alto potencial de desenvolvimento, que em médio-longo prazo alimentarão o pipeline de liderança, visando fortalecer o crescimento, a oxigenação e a sustentabilidade da empresa. Nossos trainees participam de um programa estruturado de treinamento e desenvolvimento, com duração média de 12 meses e, durante esse período, seu desempenho é acompanhado para análise de evolução. Esse programa é destinado ao público externo, com exceção dos estagiários, que podem participar normalmente do processo seletivo. Ao total, já participaram do nosso programa 280 Trainees. Participantes e ex-participantes do Programa são constantemente acompanhados em agendas de governança de RH para avaliação de possíveis movimentações.

A taxa média de retenção do programa é de 60%.

Programa Valores em Ação

São elegíveis os colaboradores internos e o objetivo do programa que já está em sua 6ª edição é promover o desenvolvimento comportamental dos potenciais talentos da companhia, a fim de prepará-los para os desafios previstos em suas carreiras, atendendo às necessidades do negócio no que diz respeito a formação de sucessores. Ao todo, já participaram conosco deste programa 400 colaboradores.

Programa de Sensibilização Comportamental

Criado em 1999, é uma capacitação com foco comportamental que abrange 100% de nossos colaboradores, realizada sempre no nosso período entressafra (usualmente em janeiro). A cada safra, elencamos direcionadores estratégicos que deverão nortear os trabalhos durante todo o ciclo por vir, nesse aspecto, ressaltamos comportamentos conectados ao Nosso Jeito de Ser. O programa contou com uma carga horária de 4 horas e participaram mais de 11.600 pessoas, as quais foram desafiadas, inspiradas e capacitadas a agir de forma consciente e impactante ampliando o repertório comportamental, Fazer o Simples e o Combinado pode ser extraordinário. .

Plataforma de Aprendizagem

Nosso ambiente virtual de aprendizagem, que facilita o alcance e a gestão dos treinamentos a todos os colaboradores da São Martinho. Nela, é possível acessar os conteúdos de forma remota (pelo computador e dispositivos móveis), de qualquer ambiente (interno ou externo à companhia). São disponibilizados treinamentos online (EAD), videoconferências e webinars, treinamentos híbridos, podcasts, pílulas de conhecimento, provas e avaliações, e trilhas completas de aprendizagem. Na safra 24/25 tivemos 139.763 participações distribuídas em 20.857 horas.

Programa Aprendiz

Realizado em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai). Em 2023/24, proporcionou em média a capacitação profissional de 480 aprendizes de idades entre 16 a 24 anos incompletos. Eles participaram de cursos de aprendizagem industrial para os cargos de caldeireiro, mecânico de manutenção de máquinas industriais, assistente administrativo, mecânico de usinagem e mecânico de manutenção Industrial e veículos pesados, entre outros. Após a certificação os jovens podem passar por processo seletivo e concorrer a vagas na Companhia.

Remuneração

As práticas de remuneração da São Martinho são competitivas e posicionadas estrategicamente integrando os pilares de Recursos Humanos (atrair, reter e formar) aos valores da Companhia (integridade, ética e respeito pelas pessoas).

A São Martinho reconhece o bom desempenho e o merecimento de seus profissionais, em contrapartida à sua contribuição para o atingimento das metas anuais e para o cumprimento dos valores e das diretrizes da organização.

8. Serviços Prestados pelos Auditores Externos

Exercício social findo em 31 de março de 2025	
a) Nome empresarial	KPMG Auditores Independentes Ltda.
b) CPF/CNPJ	57.755.217/0019-58
c) Datas de contratação e de início da prestação dos serviços, bem como a descrição dos serviços prestados	Contratação: 21/06/2024 Início prestação dos serviços: 01/04/2024 Descrição dos serviços prestados: Exame das demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de março de 2025 individuais (controladora) e consolidadas, elaboradas pela administração, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais do relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo IASB; Revisão das informações contábeis trimestrais individuais (controladora) e consolidadas, referentes aos trimestres findos em 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro de 2024, elaboradas pela administração, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas expedidas pela CVM; Adicionalmente a KPMG foi contratada para assegurar o relatório anual de sustentabilidade, para a revisão das apurações de tributos (IRPJ, CSLL, PIS, COFINS, ICMS e IPI) e do preenchimento da declaração ECF ano-calendário 2024.
d) Substituição do auditor	Ocorreu substituição do auditor independente durante o exercício encerrado em 31 de março de 2025.
i) Justificativa da substituição	
ii) Razões do auditor pela discordância da justificativa da substituição	Atendimento à Resolução CVM nº 23/2021 sobre o rodízio dos auditores independentes.

Montante total de remuneração dos auditores independentes no último exercício social, discriminando os honorários relativos a serviços de auditoria e os relativos a quaisquer outros serviços prestados:

Serviços de auditoria: R\$ mil 1.871
Outros serviços: R\$ mil 379

Política ou procedimentos adotados pela Companhia para evitar a existência de conflito de interesse, perda de independência ou objetividade de seus auditores independentes:

A política da Companhia na contratação de eventuais serviços não relacionados à auditoria externa junto ao auditor independente fundamenta-se nos princípios que preservam a independência do auditor, quais sejam: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

Resumo da justificativa apresentada pelo auditor à administração do emissor sobre os motivos pelos quais entendeu que a prestação de outros serviços não afetava a independência e objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria externa:

Para evitar a existência de conflito de interesse, perda de independência ou objetividade de seus auditores independentes, a São Martinho se pauta no seu Código de Ética e nas boas práticas de governança corporativa, sendo a contratação dos demais serviços atribuição da Diretoria e dos auditores independentes do Conselho de Administração. A administração da Companhia e nossos auditores externos, KPMG, entendem que sua independência não está prejudicada, porque a São Martinho é responsável por todas as decisões que foram ou deverão ser tomadas, e a KPMG não assumirá responsabilidades como empregado ou administrador da Companhia, e que o objeto do trabalho não tem relacionamento com os sistemas financeiros ou contábeis. Confirmam que atuam como auditores independentes da São Martinho no âmbito do disposto na legislação societária brasileira, na regulamentação do Conselho Federal de Contabilidade e da Comissão de Valores Mobiliários no Brasil. Adicionalmente, confirmam que sua política de atuação junto aos seus clientes na prestação de serviços não relacionados à auditoria externa se substancia nos princípios que preservam a independência do auditor. Esses princípios se definem internacionalmente em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

em 31 de março de 2025 e Relatório do
Auditor Independente





Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos acionistas da São Martinho S.A.

Pradópolis – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da São Martinho S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da São Martinho S.A. em 31 de março de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria



Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Instrumentos financeiros derivativos

Veja a Nota 2.6 c); 3 d); 22 e 23 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principais assuntos de auditoria

Com o intuito de proteção aos riscos de volatilidade do preço de *commodities*, taxas de câmbio e taxa de juros, a Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos, sendo que parte desses foram designados como instrumento de *hedge* na aplicação da política de contabilidade de proteção (*hedge accounting*). Esses instrumentos financeiros derivativos totalizam R\$ 258.849 mil, R\$ 259.005 mil, para as contas do ativo e passivo, respectivamente e um saldo devedor de R\$87.965 mil (líquido dos efeitos tributários) no patrimônio líquido de 31 de março de 2025.

Para estar apta a aplicar o método de contabilidade de *hedge*, a Companhia deve cumprir determinadas exigências previstas nas normas contábeis, incluindo termo de designação, teste de efetividade, política de riscos e *hedge*, e relação econômica entre instrumento de *hedge* e objeto de *hedge*.

Estes instrumentos financeiros derivativos utilizados para proteger a exposição da Companhia aos riscos de volatilidade são mensurados ao valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado, outros resultados abrangentes e patrimônio líquido, conforme requerido pelo CPC 48/IFRS 9 – Instrumentos Financeiros e CPC 38/IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. O valor justo é estimado com base em premissas como taxa de juros, projeção de taxa cambial, curva futura de *commodities* e volatilidade do objeto.

Dadas as exigências técnicas aplicáveis à contabilidade de *hedge* e à complexidade das premissas utilizadas para a mensuração do valor justo, consideramos a contabilização dos instrumentos financeiros derivativos como significativa para a nossa auditoria.

Como auditoria endereçou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- O entendimento do processo de gerenciamento de riscos da Companhia e da política de proteção e estrutura da contabilidade de *hedge*.

- Com o auxílio dos nossos especialistas em instrumentos financeiros derivativos:

- Avaliamos a aplicação da contabilidade de *hedge* pela Companhia, conforme os requisitos e exigências estabelecidos pelo CPC 48/IFRS 9 e CPC 38/IAS 39;
- Realizamos cálculo independente para determinar o valor justo dos derivativos e avaliamos as premissas relevantes utilizadas, incluindo taxa de juros, projeção de taxa cambial, curva futura de *commodities* e volatilidade do ativo objeto;
- Inspecionamos, em sua totalidade, a documentação referente ao termo de designação dos instrumentos financeiros para contabilidade de *hedge*; e
- Avaliamos os testes de efetividade prospectiva e retrospectiva para verificar se as relações de cobertura são eficazes e se foram devidamente calculadas.

- Confirmamos com as contrapartes dos contratos, em base amostral, as posições em aberto.

- Inspecionamos, em base amostral, os contratos dos instrumentos financeiros derivativos das posições em aberto.

- Avaliamos se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram as informações relevantes relacionadas aos instrumentos financeiros derivativos.



	Com base nos resultados obtidos a partir dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitável a contabilização dos instrumentos financeiros derivativos e as respectivas divulgações no contexto das demonstrações financeiras individual e consolidadas tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de março de 2025.
--	---

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de março de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de *IFRS Accounting Standards*, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior

Os balanços patrimoniais, individual e consolidado, em 31 de março de 2024 e as demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado em 17 de junho de 2024, sem modificação. Os valores correspondentes relativos às demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de março de 2024, foram submetidos aos mesmos procedimentos de auditoria por aqueles auditores independentes e, com base em seu exame, aqueles auditores emitiram relatório sem modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras



individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção,



supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Ribeirão Preto, 23 de junho de 2025.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027666/O-5 F SP

Giovani Ricardo Pigatto
Contador CRC 1SP263189/O-7

Balanço patrimonial	2
Demonstração do resultado	3
Demonstração do resultado abrangente	5
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	6
Demonstração dos fluxos de caixa	7
Demonstração do valor adicionado	8
1. Contexto operacional	8
2. Resumo das políticas contábeis materiais	10
3. Principais usos de estimativas e julgamentos	16
4. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	18
5. Contas a receber de clientes	19
6. Estoques e adiantamentos a fornecedores	20
7. Ativos biológicos	20
8. Tributos a recuperar	23
9. Partes relacionadas	24
10. Investimentos	27
11. Imobilizado	29
12. Intangível	32
13. Direito de uso, Arrendamentos a pagar e Parcerias Agrícolas a pagar	34
14. Fornecedores	37
15. Obrigações e Direitos com a Copersucar	37
16. Empréstimos e financiamentos	39
17. Patrimônio líquido	42
18. Programa de participação nos lucros e resultados	46
19. Imposto de renda e contribuição social	46
20. Compromissos	50
21. Provisão para contingências	52
22. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros derivativos	55
23. Classificação e valor justo dos instrumentos financeiros	63
24. Informação por segmento (consolidado)	66
25. Receitas	68
26. Custos e despesas por natureza	69
27. Outras receitas, líquidas	70
28. Resultado financeiro	70
29. Lucro por ação	71
30. Cobertura de seguros	71
31. Evento subsequente	72

Balanço Patrimonial

Em 31 de março de 2025 e 2024

Em milhares de reais

ATIVO	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	4	898.517	204.467	898.588	204.560
Aplicações financeiras	4	2.004.012	2.672.698	2.184.443	2.946.218
Contas a receber de clientes	5	457.645	651.856	477.210	666.112
Instrumentos financeiros derivativos	22	81.482	103.208	81.482	103.208
Estoques	6	590.958	458.970	597.081	465.564
Adiantamentos a fornecedores	6	145.980	143.915	145.980	143.915
Ativos biológicos	7	1.405.729	1.364.508	1.405.729	1.364.508
Tributos a recuperar	8	423.472	243.790	423.822	243.843
Imposto de renda e contribuição social	19	75.301	73.313	75.900	73.355
Dividendos a receber	9	13.592	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	9	-	105.200	-	-
Outros ativos		12.732	15.443	15.006	17.874
TOTAL DO CIRCULANTE		6.109.420	6.037.368	6.305.241	6.229.157
NÃO CIRCULANTE					
Realizável a longo prazo					
Aplicações financeiras	4	80.196	71.231	80.196	71.231
Contas a receber de clientes	5	-	-	37.544	32.272
Adiantamentos a fornecedores	6	56.005	126.731	56.005	126.731
Instrumentos financeiros derivativos	22	177.367	207.898	177.367	207.898
Tributos a recuperar	8	704.558	489.454	710.071	490.000
Imposto de renda e contribuição social	19 (i)	8.983	8.983	8.983	8.983
Depósitos judiciais	21	2.049.008	1.491.196	2.049.045	1.491.213
Direitos com a Copersucar	15(b)	369.560	369.560	369.560	369.560
Total do realizável a longo prazo		3.445.677	2.765.053	3.488.771	2.797.888
Investimentos					
Imobilizado	10	1.845.827	1.738.747	62.573	54.692
Intangível	11	6.743.683	6.181.744	8.708.049	8.045.148
Direito de uso	12	440.451	443.304	452.114	454.967
	13	2.752.635	2.789.597	2.752.635	2.789.597
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		15.228.273	13.918.445	15.464.142	14.142.292
TOTAL DO ATIVO		21.337.693	19.955.813	21.769.383	20.371.449

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
CIRCULANTE					
Fornecedores	14	405.130	422.212	404.994	408.590
Arrendamento a pagar	13	113.485	108.047	113.485	108.047
Parceria agrícola a pagar	13	577.005	554.864	577.005	554.864
Obrigações com a Copersucar	15	-	8.336	-	8.336
Empréstimos e financiamentos	16	903.719	1.094.298	906.297	1.096.406
Instrumentos financeiros derivativos	22	207.006	158.129	207.006	158.129
Salários e contribuições sociais		262.955	238.995	264.498	240.837
Tributos a recolher		36.699	39.885	38.408	40.791
Imposto de renda e contribuição social a pagar	19	-	-	5.834	9.470
Dividendos a pagar	17	20	150.139	20	150.139
Adiantamentos de clientes		47.418	36.591	47.732	37.414
Outros passivos		9.432	27.311	24.344	41.407
TOTAL DO CIRCULANTE		2.562.869	2.838.807	2.589.623	2.854.430
NÃO CIRCULANTE					
Arrendamento a pagar	13	532.830	528.856	532.830	528.856
Parceria agrícola a pagar	13	1.607.133	1.682.993	1.607.133	1.682.993
Obrigações com a Copersucar	15	139.276	173.709	139.276	173.709
Empréstimos e financiamentos	16	7.139.873	5.400.932	7.183.164	5.440.412
Instrumentos financeiros derivativos	22	51.999	13.596	51.999	13.596
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	433.701	461.735	792.961	821.353
Provisão para contingências	21	118.648	123.251	121.033	124.166
Tributos com exigibilidade suspensa	15(b)	2.025.634	1.869.563	2.025.634	1.869.563
Outros passivos		26.368	-	26.368	-
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		12.075.462	10.254.635	12.480.398	10.654.648
TOTAL DO PASSIVO		14.638.331	13.093.442	15.070.021	13.509.078
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	17	4.445.192	3.941.717	4.445.192	3.941.717
Ações em tesouraria		(90.323)	(16.325)	(90.323)	(16.325)
Ajustes de avaliação patrimonial		1.180.341	1.118.158	1.180.341	1.118.158
Reservas de lucros		1.164.152	1.818.821	1.164.152	1.818.821
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		6.699.362	6.862.371	6.699.362	6.862.371
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		21.337.693	19.955.813	21.769.383	20.371.449

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras



Demonstração do Resultado

Exercícios findos em 31 de março de 2025 e 2024

Em milhares de reais

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Receitas	25	6.971.099	6.756.027	7.162.034	6.891.738
Custo dos produtos vendidos	26	(5.450.989)	(5.334.452)	(5.376.732)	(5.216.291)
Lucro bruto		1.520.110	1.421.575	1.785.302	1.675.447
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas com vendas	26	(248.006)	(243.005)	(262.564)	(255.455)
Despesas gerais e administrativas	26	(322.312)	(326.074)	(340.066)	(343.266)
Resultado de equivalência patrimonial	10	251.629	234.069	9.456	8.318
Outras receitas, líquidas	27	321.368	1.446.346	325.275	1.446.441
		2.679	1.111.336	(267.899)	856.038
Lucro operacional		1.522.789	2.532.911	1.517.403	2.531.485
Resultado financeiro	28				
Receitas financeiras		345.275	308.723	378.732	333.691
Despesas financeiras		(1.045.606)	(935.202)	(1.050.689)	(939.183)
Variações monetárias e cambiais, líquidas		(126.467)	(93.894)	(126.467)	(93.894)
Derivativos		(216.205)	(45.478)	(216.205)	(45.478)
		(1.043.003)	(765.851)	(1.014.629)	(744.864)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		479.786	1.767.060	502.774	1.786.621
Imposto de renda e contribuição social	19(c)				
Do exercício		13.718	(494.679)	(9.572)	(514.421)
Diferidos		63.227	203.898	63.529	204.079
Lucro líquido do exercício		556.731	1.476.279	556.731	1.476.279
Lucro básico e diluído por ação (em reais)	29			1,6697	4,2622

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras



Demonstração do Resultado Abrangente

Exercícios findos em 31 de março de 2025 e 2024

Em milhares de reais

Controladora e consolidado	2025	2024
Lucro líquido do exercício	556.731	1.476.279
Itens que serão reclassificados subsequentemente ao resultado		
Movimento no exercício:		
Variação do valor justo		
Derivativos de mercadorias - Futuro, opções e contratos a termo	5.667	(36.315)
Derivativos de câmbio - Opções / NDF	(228.882)	94.651
Variação cambial de contratos de financiamentos (Trade Finance)	74.430	108.118
	(148.785)	166.454
Reconhecimento no resultado operacional		
Derivativos de mercadorias - Futuro, opções e contratos a termo	(3.153)	81.715
Derivativos de câmbio - Opções / NDF	218.485	(173.514)
Variação cambial de contratos de financiamentos (Trade Finance)	30.317	19.957
	245.649	(71.842)
Baixa por inefetividade		
Derivativos de mercadorias - Futuro, opções e contratos a termo	4.777	128
Derivativos de câmbio - Opções / NDF	1.869	1.974
	6.646	2.102
Total movimento no exercício		
Derivativos de mercadorias - Futuro, opções e contratos a termo	7.291	45.528
Derivativos de câmbio - Opções / NDF	(8.528)	(76.889)
Variação cambial de contratos de financiamentos (Trade Finance)	104.747	128.075
Tributos diferidos sobre os itens acima	(35.193)	(32.883)
	68.317	63.831
Resultado abrangente do exercício	625.048	1.540.110

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras



Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para os exercícios findos em 31 de março de 2025 e 2024

Em milhares de reais

				Ajustes de avaliação patrimonial				Reserva de lucros						
				Deemed cost		Hedge accounting	Outras							
	Nota	Capital social	Ações em tesouraria	Própria	De investidas			Legal	Orçamento de capital	Reserva de lucros a realizar	Reserva de incentivos fiscais	Dividendos adicionais	Lucros acumulados	Total
Saldo em 31 de março de 2023		3.161.384	(139.997)	97.889	1.183.966	(220.113)	738	313.563	911.987	16.057	317.821	269.068	-	5.912.363
Aumento de capital com reservas	17(a)	780.333	-	-	-	-	-	-	(632.380)	-	(147.953)	-	-	-
Cancelamento de ações em tesouraria	17(b)	-	139.997	-	-	-	-	-	(139.997)	-	-	-	-	-
Aquisição de ações de emissão própria	17(b)	-	(16.325)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(16.325)
Realização de mais-valia de deemed cost	17(c. I)	-	-	(8.515)	(33)	-	-	-	-	-	-	-	8.548	-
Resultado com derivativos - hedge accounting	17(c. II)	-	-	-	-	63.831	-	-	-	-	-	-	-	63.831
Constituição de reserva de incentivos fiscais	17(d)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	333.607	-	(333.607)	-
Realização de reserva de lucros a realizar, a pagar	17(d)	-	-	-	-	-	-	-	-	(16.057)	-	-	-	(16.057)
Dividendos adicionais do exercício anterior, pagos	17(e)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(269.068)	-	(269.068)
Ajustes de avaliação patrimonial de investidas		-	-	-	-	-	395	-	-	-	-	-	-	395
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.476.279	1.476.279
Destinação do lucro:														
Constituição de reservas	17 (d)	-	-	-	-	-	-	73.814	788.359	-	-	-	(862.173)	-
Juros sob capital próprio, pagos	17 (e)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(155.000)	(155.000)
Dividendos mínimos obrigatórios	17 (e)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(134.047)	(134.047)
Saldo em 31 de março de 2024		3.941.717	(16.325)	89.374	1.183.933	(156.282)	1.133	387.377	927.969	-	503.475	-	-	6.862.371
Aumento de capital com reservas	17(a)	503.475	-	-	-	-	-	-	-	-	(503.475)	-	-	-
Aquisição de ações de emissão própria	17(b)	-	(496.309)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(496.309)
Pagamento de bônus com ações em tesouraria	17(b)	-	7.869	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7.869
Cancelamento de ações em tesouraria	17(b)	-	414.442	-	-	-	-	-	(414.442)	-	-	-	-	-
Reversão de dividendos não reclamados prescritos		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	21	21
Realização de mais-valia de deemed cost	17(c. I)	-	-	(5.601)	(895)	-	-	-	-	-	-	-	6.496	-
Resultado com derivativos - hedge accounting	17(c. II)	-	-	-	-	68.317	-	-	-	-	-	-	-	68.317
Ajustes de avaliação patrimonial de investidas		-	-	-	-	-	362	-	-	-	-	-	-	362
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	556.731	556.731
Destinação do lucro:														
Constituição de reservas	17 (d)	-	-	-	-	-	-	27.837	235.411	-	-	-	(263.248)	-
Juros sob capital próprio, pagos	17(e)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(300.000)	(300.000)
Saldo em 31 de março de 2025		4.445.192	(90.323)	83.773	1.183.038	(87.965)	1.495	415.214	748.938	-	-	-	-	6.699.362

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de março de 2025 e 2024

Em milhares de reais

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2025	2024	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido do exercício		556.731	1.476.279	556.731	1.476.279
Ajustes					
Depreciação e amortização	26	1.179.141	1.137.270	1.185.212	1.141.214
Ativos biológicos colhidos	26	1.216.970	1.207.230	1.216.970	1.207.230
Variação no valor justo de ativos biológicos, produtos agrícolas e CBIOS	26	62.654	10.314	62.654	10.314
Provisão para perdas na realização dos estoques	26	(2.814)	2.814	(2.814)	2.814
Amortização de contratos de energia		-	-	-	8.800
Resultado de equivalência patrimonial	10	(251.629)	(234.069)	(9.456)	(8.318)
Resultado de investimento e imobilizado baixados	11	935	(4.477)	1.633	(4.015)
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidas		361.025	356.635	337.791	340.731
Instrumentos financeiros derivativos	25 e 27	462.226	(26.502)	462.226	(26.502)
Constituição de provisão para contingências, líquidas	21.1	39.849	34.656	39.043	34.758
Imposto de renda e contribuição social	19 (b)	(76.945)	290.781	(53.957)	310.342
Tributos com exigibilidade suspensa		156.070	806.186	156.070	806.186
Reversão (constituição) de provisões para perdas de crédito de liquidação duvidosa		(26)	-	(158)	14
Ajuste a valor presente e outros		273.546	248.345	269.013	253.883
		3.977.733	5.305.462	4.220.958	5.553.730
Variações nos ativos e passivos					
Contas a receber de clientes		177.682	(411.805)	174.413	(411.593)
Estoques		(88.684)	68.603	(88.213)	68.182
Tributos a recuperar		(333.193)	(165.377)	(338.859)	(163.001)
Instrumentos financeiros derivativos		(293.609)	(71.415)	(293.609)	(71.415)
Outros ativos (substancialmente depósitos judiciais)		(397.868)	(406.145)	(397.753)	(405.283)
Fornecedores		33.381	121.974	46.731	119.473
Salários e contribuições sociais		23.960	45.397	23.662	45.674
Tributos a recolher		(11.006)	(493.198)	(15.215)	(497.703)
Obrigações com a Copersucar		(45.474)	1.517	(45.474)	1.517
Provisão para contingências (liquidações)	21.1	(48.237)	(40.481)	(48.244)	(40.584)
Outros passivos		19.314	39.780	19.623	41.786
Caixa proveniente das operações		3.013.999	3.994.312	3.258.020	4.240.783
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	16	(544.934)	(455.230)	(546.400)	(456.637)
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	(3.556)	(22.083)	(17.889)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		2.469.065	3.535.526	2.689.537	3.766.257
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Aplicação de recursos em investimentos		-	(8.965)	-	(8.965)
Devolução de capital		1.140	-	-	-
Adições ao imobilizado e intangível	11 e 12	(1.120.069)	(961.224)	(1.227.416)	(994.515)
Adições ao plantio e tratos (ativo)		(1.556.308)	(1.495.098)	(1.556.308)	(1.495.098)
Aplicações financeiras		900.798	80.934	1.020.012	(8.017)
Recebimento de recursos pela venda de imobilizado	11	17.183	9.357	17.183	9.357
Adiantamento para futuro aumento de capital		(60.000)	(105.200)	-	-
Recebimento de dividendos		295.381	215.817	1.959	1.156
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(1.521.875)	(2.264.379)	(1.744.570)	(2.496.082)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Pagamento de arrendamento e parceria agrícola	13	(679.181)	(676.061)	(679.181)	(676.061)
Captação de financiamentos - terceiros	16	2.472.597	573.721	2.476.779	573.721
Amortização de financiamentos - terceiros	16	(1.108.739)	(812.990)	(1.110.720)	(812.990)
Aquisição de ações em tesouraria		(502.152)	(10.482)	(502.152)	(10.482)
Outros recebimentos		2.130	710	2.130	711
Pagamento de dividendos e juros sob capital próprio		(407.408)	(408.163)	(407.408)	(408.165)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(222.753)	(1.333.265)	(220.552)	(1.333.266)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquido		724.437	(62.118)	724.415	(63.091)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	204.467	272.342	204.560	273.408
Efeito da variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa		(30.387)	(5.757)	(30.387)	(5.757)
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4	898.517	204.467	898.588	204.560
Informações adicionais					
Saldos em aplicações financeiras (ativo circulante)	4	2.004.012	2.672.698	2.184.443	2.946.218
Total de recursos disponíveis	4	2.902.529	2.877.165	3.083.031	3.150.778

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de março de 2025 e 2024

Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receitas				
Receita com contrato de clientes	7.352.682	7.088.302	7.555.830	7.234.082
Receitas relativas à construção de ativos próprios	1.964.035	1.830.997	1.964.472	1.831.030
Reversão de provisão para créditos de liquidação duvidosa	(26)	-	(214)	14
Outras receitas	(174.364)	15.486	(174.371)	15.018
	9.142.327	8.934.785	9.345.717	9.080.144
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos dos produtos e das mercadorias vendidas	(1.901.513)	(2.206.608)	(1.781.542)	(2.055.256)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros operacionais	(2.280.901)	(2.233.854)	(2.337.713)	(2.281.199)
Perda de valores ativos	-	(2.814)	-	(2.814)
	(4.182.414)	(4.443.276)	(4.119.255)	(4.339.269)
Valor adicionado bruto	4.959.913	4.491.509	5.226.462	4.740.875
Depreciação e amortização	(2.396.111)	(2.344.500)	(2.402.182)	(2.348.444)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	2.563.802	2.147.009	2.824.280	2.392.431
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	251.629	234.069	9.456	8.318
Receitas financeiras	287.867	650.160	321.597	675.241
Outras	324.679	1.593.604	328.777	1.594.153
Valor adicionado total a distribuir	3.427.977	4.624.842	3.484.110	4.670.143
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal e encargos				
Remuneração direta	879.970	816.944	884.688	818.621
Benefícios	343.021	312.253	344.130	313.767
FGETS	83.464	71.697	83.656	71.825
Honorários dos administradores	18.510	41.279	19.142	42.767
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	172.848	442.435	215.734	478.169
Estaduais	40.639	41.651	41.550	41.989
Municipais	1.614	1.675	1.749	2.032
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros	1.028.652	911.892	1.032.281	915.409
Aluguéis	10.394	12.140	10.432	12.177
Variações cambiais	284.782	287.769	284.782	287.773
Outras	7.352	208.828	9.235	209.335
Remuneração de capitais próprios				
Pagamento de juros sob capital próprio	300.000	155.000	300.000	155.000
Lucros retidos do exercício	256.731	1.321.279	256.731	1.321.279
Valor adicionado distribuído	3.427.977	4.624.842	3.484.110	4.670.143

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

1. Contexto operacional

A São Martinho S.A. ("Companhia" ou "Controladora"), é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede em Pradópolis, no estado de São Paulo. A Companhia e suas controladas (conjuntamente, "São Martinho") têm como objeto social e atividade preponderante o plantio de cana-de-açúcar à fabricação e comercialização de açúcar, etanol e demais derivados da cana-de-açúcar, fabricação de etanol de milho e demais coprodutos, cogeração de energia elétrica, exploração de empreendimentos imobiliários, exploração agrícola, importação e exportação de bens, de produtos e de matéria-prima e a participação em outras sociedades.

Aproximadamente 70% da cana-de-açúcar utilizada na fabricação dos produtos são provenientes de lavouras próprias, acionistas, empresas ligadas e parcerias agrícolas enquanto os restantes 30% são fornecidos por terceiros (fornecedores). Os negócios no setor sucroalcooleiro estão sujeitos às tendências sazonais baseadas no ciclo de crescimento da cana-de-açúcar na região Centro-Sul do Brasil. O período anual de safra no Centro-Sul do Brasil inicia em abril e se encerra em dezembro, ocasionando flutuações nos estoques da Companhia. Vale ressaltar que o fornecimento da matéria-prima pode ser afetado por condições climáticas adversas. O plantio de cana-de-açúcar requer um período de até 18 meses para maturação e início de colheita, que geralmente ocorre entre os meses de abril a dezembro, período em que também se concentra a produção de açúcar, etanol e cogeração de energia.

A Companhia é controlada pela *holding* LJM Participações S.A. ("LJM"), com participação de 57,9% no capital votante.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi aprovada pelo Conselho de administração da Companhia em 23 de junho de 2025.

Conflitos Geopolíticos

Os conflitos geopolíticos representam um risco para a São Martinho. A escalada desses conflitos em regiões-chave de produção de petróleo pode aumentar as variações nos preços de produtos vendidos, taxas, câmbio e insumos e questões logísticas, a depender da situação. Esses riscos podem impactar a receita e custos operacionais da Companhia.

Variações Climáticas

Riscos associados às condições climáticas podem impactar a Companhia, especialmente geadas, questões hídricas decorrentes de secas prolongadas e incêndios, refletindo negativamente a produtividade dos canaviais, e consequentemente a produção de açúcar, etanol e outros coprodutos, podendo afetar as receitas, custos e valor dos ativos biológicos.

Focos de Incêndio

Conforme comunicado ao mercado divulgado em 26 de agosto de 2024, a Companhia informou aos acionistas e ao mercado que, entre quinta-feira (22/8) e domingo (25/8), aproximadamente 20 mil hectares de cana-de-açúcar da Companhia foram atingidos pelos incêndios generalizados que afetaram o setor.

Os focos foram combatidos pelas brigadas de incêndio da Companhia, sem registro de vítimas ou impactos em outros ativos. A cana-de-açúcar atingida foi processada sem impactos significativos no Açúcar Total Recuperável – ATR em relação ao Guidance de Produção para Safra 2024/2025. Para preservar a produtividade nas safras seguintes, foram realizados R\$ 86 milhões em investimentos complementares em plantio e tratos culturais.

Incêndio Unidade Iracema

Conforme comunicado ao mercado divulgado em 26 de março de 2025, a Companhia informou aos acionistas e ao mercado que no dia 23 de março de 2025, um incêndio atingiu uma caldeira dentro do parque industrial da Unidade Iracema. As chamas foram combatidas pelas brigadas de incêndio da Companhia com apoio de equipes locais, sem registro de vítimas ou impactos em outros ativos. A Companhia já acionou a Apólice de Seguros que abrange danos materiais e lucros cessantes.

O impacto do incêndio paralisou uma caldeira para Safra 2025/26 e poderá reduzir em até 30% a capacidade de produção diária na unidade, com moagem estimada de aproximadamente 2,4 milhões de toneladas em referida safra. Tal impacto é restrito à Unidade Iracema na Safra 2025/26.

Reforma tributária

Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar 214, primeira regulamentação da reforma tributária.

O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS") - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de LC.

Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de

regulamentação dos temas pendentes por LC. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras atuais.

2. Resumo das políticas contábeis materiais

2.1 Declaração de conformidade e base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards ("IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS" (IFRS Accounting Standards)), incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee (IFRIC Interpretations) ou pelo seu órgão antecessor, Standing Interpretations Committee (SIC Interpretations) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As referidas demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor, exceto por determinados instrumentos financeiros derivativos e ativos biológicos mensurados pelos seus valores justos, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

As políticas contábeis materiais adotados pela Companhia estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados, aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras, estão descritas a seguir.

A Companhia apresenta os dividendos recebidos de suas controladas nas atividades de investimentos do seu fluxo de caixa por considerá-los retorno dos investimentos realizados.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia e de suas controladas. Essas áreas que demandam um nível mais elevado de julgamento e apresentam maior complexibilidade, assim como as áreas em que premissas e estimativas têm um impacto significativo nas demonstrações financeiras, estão detalhadas na Nota 3.

2.2 Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício findo em 31 de março de 2025. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- **IFRS 18 - Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis:** O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, no caso da Companhia, a partir de 1º de abril de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais:
 - i) As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
 - ii) As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
 - iii) Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

Atualmente, a Companhia está trabalhando para identificar todos os impactos que essas alterações terão nas suas demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas para estar em vigor com o novo requerimento dentro do prazo estabelecido.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia ou de suas controladas.

2.3 Base de consolidação e investimentos em controladas

As controladas são todas as entidades que a Companhia detém o controle, e são completamente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

para a Companhia. A consolidação dessas entidades é interrompida a partir do momento em que a Companhia deixa de exercer o controle sobre elas.

Os saldos consolidados nas demonstrações financeiras atuais representam 100% da participação no capital social das seguintes empresas:

Empresa	Atividades principais
São Martinho Terras Agrícolas S.A. ("SM Terras Agrícolas")	Exploração das terras por meio de arrendamento e parceria agrícola, locação e venda de imóveis
São Martinho Terras Imobiliárias S.A. ("SM Terras Imobiliárias") (i)	Venda e compra de imóveis, incorporação e exploração de empreendimentos imobiliários e minerários
Bioenergética São Martinho S.A. ("Bio SM")	Cogeração de energia elétrica
Bioenergética Santa Cruz S.A. ("Bio SC")	Cogeração de energia elétrica
Bioenergética Boa Vista S.A. ("Bio BV")	Cogeração de energia elétrica
Bioenergia São Martinho Ltda. ("Bioenergia SM")	Cogeração de energia elétrica
São Martinho Logística e Participações S.A. ("SM Logística")	Armazenagem de produtos em geral
São Martinho Inova S.A. ("SM Inova")	Participação em sociedades
Biometano Santa Cruz Ltda. ("Biometano SC") (ii)	Produção e processamento de gás
Bioenergia Iracema Ltda. ("Bioenergia Iracema") (ii)	Cogeração de energia elétrica
Bioenergia São Martinho II Ltda. ("Bioenergia SM II") (ii)	Cogeração de energia elétrica

- (i) SM Terras Imobiliárias inclui suas controladas que possuem atividades de incorporação e exploração de empreendimentos imobiliários, constituídas através de SPEs (Sociedades de Propósitos Específicos).
- (ii) Empresas em fase pré-operacional.

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, a moeda do ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). Todas as informações financeiras expressas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.5 Conversão em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado, exceto quando diferidos no patrimônio como operações de *hedge* de fluxo de caixa qualificadas.

2.6 Instrumentos financeiros

A Companhia adota o IFRS 9 (CPC 48) Instrumentos Financeiros (exceto os itens relacionados a contabilidade de *hedge*), onde classifica seus ativos financeiros em: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

O cálculo de *impairment* dos instrumentos financeiros é realizado utilizando o conceito híbrido de "perdas de crédito esperadas e incorridas". Referidas provisões serão mensuradas em: (i) perdas de crédito esperadas para 12 meses, (ii) perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro e (iii) perdas de créditos incorridas pela incapacidade de realização dos pagamentos contratuais do instrumento financeiro.

Para contabilidade de *hedge*, a Companhia continua adotando os requerimentos da IAS 39/CPC 38, conforme facultado pela IFRS 9.

a) Ativos Financeiros

Os ativos financeiros são classificados como: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes; e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado. A mensuração dos ativos financeiros depende de sua classificação.

b) Passivos Financeiros

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos, arrendamentos, parceria agrícola, partes relacionadas e outras contas a pagar, que são classificados como custo amortizado. Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

c) Instrumentos financeiros derivativos

Derivativos são mensurados pelo valor justo, com as variações do valor justo lançadas contra o resultado, exceto quando o derivativo for designado como *hedge accounting*.

A Companhia documenta, no início da operação, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por *hedge*, com o objetivo da gestão de risco e a estratégia para a realização de operações de *hedge*.

As variações no valor justo dos derivativos designados como *hedge* efetivo de fluxo de caixa, tem seu componente eficaz registrado contabilmente no patrimônio líquido ("Ajuste de avaliação patrimonial") e o componente ineficaz registrado no resultado do exercício ("Resultado financeiro"). Os valores acumulados no patrimônio líquido são realizados na demonstração do resultado nos exercícios em que o item protegido por *hedge* afetar o resultado, cujos efeitos são apropriados

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

ao resultado, na rubrica "Receita líquida de vendas", de modo a minimizar as variações do objeto do *hedge*.

2.7 Combinações de negócios e ágio

Combinações de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição.

O ágio é inicialmente mensurado pelo custo no valor que exceder: (a) a contraprestação transferida em troca do controle da adquirida; (b) o valor de qualquer participação não controladora na adquirida; e (c) o valor justo da participação anteriormente mantida pelo adquirente na adquirida (se houver) que exceder os valores, na data da aquisição, líquidos dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos, avaliados a valor justo. Se, após a reavaliação, a participação da São Martinho no valor justo dos ativos identificáveis líquidos adquiridos exceder (a), (b) e (c) anteriores, o excedente é reconhecido imediatamente no resultado como ganho decorrente de compra vantajosa.

O ágio correspondente a entidades incorporadas é apresentado na rubrica específica "Intangível" no balanço patrimonial da controladora e consolidado.

Em cada combinação de negócios, o adquirente deve mensurar qualquer participação de não controladores na adquirida pelo valor justo dessa participação ou pela parte que lhes cabe no valor justo dos ativos identificáveis líquidos da adquirida.

Ao adquirir um negócio, a São Martinho avalia os ativos e os passivos financeiros assumidos para sua correta classificação e designação, em conformidade com os termos do contrato, circunstâncias econômicas e condições pertinentes na data de aquisição. Isso inclui a separação de derivativos embutidos nos contratos principais por parte da adquirida.

Se a combinação de negócios for realizada em etapas, o valor contábil na data de aquisição da participação anteriormente detida pela adquirente na adquirida é mensurado novamente na data da aquisição a valor justo por meio do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é registrado ao custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas no valor recuperável. Para o teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da São Martinho que devem ser beneficiadas pela combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas unidades.

3. Principais usos de estimativas e julgamentos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

As estimativas e julgamentos que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contemplados a seguir:

a) Perda (*impairment*)

Anualmente, a Companhia revisa os saldos contábeis de seus ativos não financeiros (exceto ativos biológicos, estoques e tributos diferidos) com o objetivo de identificar qualquer indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra tais indícios, o valor recuperável do ativo é estimado. Para o encerramento do exercício atual, não foram identificados indícios que justificassem a realização de testes de recuperação sobre esses ativos.

No entanto, em conformidade com as normas aplicáveis, a Companhia testa, pelo menos anualmente, o teste de recuperabilidade do ágio por expectativa de rentabilidade futura. A Administração utiliza para determinação do valor recuperável o método do valor em uso, que tem como base a projeção dos fluxos de caixa descontados esperados das Unidades Geradoras de Caixas (UGC's) determinadas pela Administração.

O teste contempla as 4 unidades industriais operacionais do grupo, cujos fluxos de caixa futuros são projetados com base nos orçamentos aprovados pela Administração, refletindo premissas específicas de cada UGC, utilizando-se de informações disponíveis no mercado e desempenhos anteriores. Os fluxos de caixa descontados da Companhia, que compreende, substancialmente, a São Martinho, foram elaborados por um exercício de 5 anos, conforme tempo razoável de recuperação dos ativos relacionados às atividades do setor econômico em que opera. A taxa de desconto utilizada foi de 10,28% ao ano (9,56% em 2024). As principais premissas utilizadas pela Companhia foram: (i) expectativa de preço de vendas das commodities em horizonte de longo prazo, (ii) produtividade das áreas agrícolas, (iii) desempenho do ATR e (iv) custos operacionais e administrativos. Todo fluxo de caixa foi descontado por taxas que refletem riscos específicos relacionados aos ativos relevantes da UGC's.

Além das unidades industriais mencionadas, o grupo consolida suas demonstrações financeiras, no atual exercício, considerando outras 11 Unidades Geradoras de Caixa (UGC's), cujas atividades incluem, predominantemente: (i) Exploração das terras por meio de arrendamento e parceria agrícola, locação e venda de imóveis; (ii) Venda e compra de imóveis, incorporação e exploração de empreendimentos imobiliários e minerários; (iii) 6 unidades de cogeração de

energia elétrica; (iv) Armazenagem de produtos em geral; (v) Participação em sociedades; (vi) Produção e processamento de gás.

Na demonstração financeira da safra 23.24, o grupo consolidava 9 Unidades Geradoras de Caixa (UGCs), cujas atividades incluem, predominantemente: (i) Exploração das terras por meio de arrendamento e parceria agrícola, locação e venda de imóveis; (ii) Venda e compra de imóveis, incorporação e exploração de empreendimentos imobiliários e minerários; (iii) 4 unidades de cogeração de energia elétrica; (iv) Armazenagem de produtos em geral; (v) Participação em sociedades; (vi) Produção e processamento de gás.

Essas UGCs contribuem para o desempenho consolidado da Companhia, mas não possuem ágio alocado, razão pela qual não estão sujeitas individualmente ao teste de recuperabilidade de goodwill.

Como resultado dos testes anuais, nenhuma perda significativa foi reconhecida nos exercícios findos em 31 de março de 2025 e 2024.

A determinação da recuperabilidade dos ativos depende de certas premissas chave conforme descrito anteriormente, que são influenciadas pelas condições de mercado, tecnológicas e econômicas vigentes quando essa recuperabilidade é testada e, dessa forma, não é possível determinar se perdas de recuperabilidade ocorrerão no futuro e, caso ocorram, se estas serão materiais (Nota 12).

b) Valor justo dos ativos biológicos

Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo, deduzidos dos custos de venda, sendo que quaisquer alterações são reconhecidas no resultado (Nota 7).

c) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

A São Martinho reconhece provisões para situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado dessas questões for diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetarão os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no exercício em que o valor definitivo for determinado.

d) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante técnicas de avaliação, incluindo o modelo de fluxo de caixa descontado. As premissas de tais técnicas se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço, quando for possível. No entanto, quando isso não for viável, é necessário um nível de julgamento para

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

apuração do valor justo, em relação a dados como liquidez, risco de crédito e volatilidade.

e) Provisão para contingências

A São Martinho é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis e tributários que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da diretoria, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

f) Taxa incremental dos arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar

Os direitos de uso e passivos de arrendamentos e parceria agrícola são mensurados ao valor presente com base em fluxos de caixa descontados por meio de taxa incremental de empréstimo. Essa taxa média ponderada de empréstimo envolve estimativa, uma vez que consiste na taxa que o arrendatário teria que pagar em um empréstimo para levantar os fundos necessários para obter um ativo de valor semelhante, em um ambiente econômico similar, com termos e condições equivalentes e em função do risco de crédito da arrendatária, do prazo do contrato e das garantidas oferecidas.

4. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa compreendem os valores de caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um baixo risco de mudança de valor.

	Controladora			Consolidado		
	Rendimento anual	2025	2024	Rendimento anual	2025	2024
Caixa e bancos - no Brasil		854	202		925	295
Caixa e bancos - no exterior (dólar norte-americano)	4,6%	316.500	204.265	4,6%	316.500	204.265
Aplicações financeiras						
· Aplicações em moeda estrangeira	5,5%	581.163	-	5,5%	581.163	-
Total de caixa e equivalentes de caixa		898.517	204.467		898.588	204.560
Aplicações financeiras						
· Fundo de investimento	101,7% CDI	1.994.866	2.645.006	101,7% CDI	2.174.697	2.916.882
· CDB	99,3% CDI	9.146	27.692	99,2% CDI	9.746	29.336
· Outros (i)	95,5% CDI	80.196	71.231	95,5% CDI	80.196	71.231
Total de aplicações financeiras		2.084.208	2.743.929		2.264.639	3.017.449
Total de caixa e equivalente de caixa e aplicações financeiras		2.982.725	2.948.396		3.163.227	3.222.009
No ativo não circulante		80.196	71.231		80.196	71.231
Total de recursos disponíveis		2.902.529	2.877.165		3.083.031	3.150.778

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (i) Recursos dados em garantia para operações de financiamento junto ao BNDES e corretoras com restrição de resgate até o vencimento dos contratos.

5. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são avaliadas pelo seu valor presente e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável.

O saldo de contas a receber de clientes está composto da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Clientes mercado interno	248.163	325.170	306.162	372.402
Clientes mercado externo	209.482	326.712	209.481	326.712
(-) Perda esperada em créditos de liquidação duvidosa	-	(26)	(889)	(730)
	457.645	651.856	514.754	698.384
Ativo circulante	(457.645)	(651.856)	(477.210)	(666.112)
Ativo não circulante	-	-	37.544	32.272

O saldo das contas a receber por data de vencimento é apresentado da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
A vencer:				
até 30 dias	331.839	433.600	341.395	437.599
de 31 a 60 dias	11.318	40.598	12.138	41.260
de 61 a 90 dias	2.978	39.034	3.931	39.755
de 91 a 120 dias	27.332	110.504	28.227	111.156
de 121 a 180 dias	1.499	3.013	4.883	4.069
acima de 180 dias	76.278	23.357	117.705	62.739
	451.244	650.106	508.279	696.578
Vencidos e não provisionados:				
até 30 dias	2.920	331	2.274	256
de 31 a 60 dias	38	43	47	57
de 61 a 90 dias	5	654	18	482
de 91 a 120 dias	3	16	11	16
de 121 a 180 dias	89	656	99	491
acima de 180 dias	3.346	50	4.026	503
	6.401	1.750	6.475	1.806
	457.645	651.856	514.754	698.384

Do saldo a receber, R\$ 2.961 na Controladora e R\$ 216 no Consolidado (comparado a R\$ 1.018 na Controladora e R\$ 240 no Consolidado em 31 de março de 2024) referem-se a partes relacionadas, conforme detalhado na nota 9.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6. Estoques e adiantamentos a fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Circulante				
Produtos acabados e em elaboração	234.780	66.675	234.780	66.675
Matéria-prima - Milho	113.919	157.034	113.919	157.034
Adiantamentos - compras de cana-de-açúcar	23.704	48.601	23.704	48.601
Adiantamentos - compras de insumos e produtos acabados	122.276	95.314	122.276	95.314
Renovabio - CBIOs (i)	567	1.642	567	1.642
Insumos, materiais auxiliares para manutenção e outros	241.692	236.433	241.692	236.433
Loteamentos - Terrenos	-	-	6.123	6.594
Provisão para perdas na realização dos estoques	-	(2.814)	-	(2.814)
	736.938	602.885	743.061	609.479
Não circulante				
Adiantamentos - compras de cana-de-açúcar	56.005	126.731	56.005	126.731
	56.005	126.731	56.005	126.731
	792.943	729.616	799.066	736.210

(i) Em 31 de março de 2025, existiam 11 mil CBIOs escriturados e registrados a valor realizável líquido (em comparação com 23 mil CBIOs em 31 de março de 2024).

Os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição ou produção, e são ajustados, quando necessário, por meio da provisão para redução aos valores de realização. No caso dos estoques de terrenos (loteamentos), que correspondem aos empreendimentos imobiliários, são apresentados pelo custo histórico.

Do saldo de adiantamentos registrados em 31 de março de 2025 na rubrica de estoques, R\$ 625 na Controladora e no Consolidado referem-se a partes relacionadas (comparado a R\$ 1.286 na Controladora e no Consolidado em 31 de março de 2024), conforme detalhado na nota 9.

7. Ativos biológicos

Os ativos biológicos correspondem aos produtos agrícolas em desenvolvimento (cana em pé) produzidos nas lavouras de cana-de-açúcar (planta portadora), que serão utilizadas como matéria-prima na produção de açúcar e etanol no momento da sua colheita. A cada colheita, são realizados os tratos culturais, que proporcionam melhores condições para o crescimento e desenvolvimento da lavoura após a colheita. Com a realização desse processo, a lavoura de cana-de-açúcar (ativo imobilizado) ganha produtividade e consequentemente aumento da sua vida útil. Sendo assim, os dispêndios com tratos culturais são classificados no grupo de atividades de investimentos da demonstração do fluxo de caixa.

Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo menos as despesas de vendas. A mensuração a valor justo do ativo biológico está classificada como nível 3 - Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O valor justo dos ativos biológicos foi determinado utilizando-se a metodologia de fluxo de caixa descontado, considerando basicamente:

- a) Entradas de caixa obtidas pela multiplicação de: (i) produção estimada, medida em quilos de ATR (Açúcar Total Recuperável); e do (ii) preço de mercado futuro da cana-de-açúcar, o qual é estimado com base em dados públicos e estimativas de preços futuros do açúcar e do etanol; e
- b) Saídas de caixa representadas pela estimativa de (i) custos necessários para que ocorra a transformação biológica da cana-de-açúcar (tratos culturais) até a colheita; (ii) custos com a colheita/Corte, Transbordo e Transporte - CTT; (iii) custo de capital (terras, máquinas e equipamentos); (iv) custos de arrendamento e parceria agrícola; e (v) impostos incidentes sobre o fluxo de caixa positivo.

As principais premissas utilizadas na determinação do referido valor justo foram:

Controladora e Consolidado	2025	2024
Área total estimada de colheita (ha)	254.689	246.604
Quantidade de Açúcar Total Recuperável "ATR" por hectare	11,96	12,15
Preço médio projetado de ATR (R\$)	1,20	1,12

Nas demonstrações financeiras atuais, a taxa de desconto utilizada para cálculo do valor justo dos ativos biológicos é de 10,0% a.a. (9,6% a.a. em 31 de março de 2024).

Com base na estimativa de receitas e custos, a Companhia determina os fluxos de caixa descontados a serem gerados e traz os correspondentes valores a valor presente, utilizando uma taxa de desconto, adequada para remunerar o investimento nas circunstâncias. As variações no valor justo são registradas na rubrica de ativos biológicos, com contrapartida na subconta "Variação no valor justo dos ativos biológicos", na rubrica "Custo dos produtos vendidos" no resultado do exercício.

A movimentação do valor justo dos ativos biológicos durante o exercício é a seguinte:

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Controladora e Consolidado	2025	2024
Custo histórico	1.563.058	1.351.751
Valor justo	(198.550)	(191.183)
Saldo inicial de ativos biológicos:	1.364.508	1.160.568
Aumentos decorrentes de tratos	959.234	868.238
Transferência do imobilizado	392.784	527.313
Variação no valor justo (i)	(61.467)	(7.367)
Reduções decorrentes da colheita	(1.249.330)	(1.184.244)
Saldo final de ativos biológicos:	1.405.729	1.364.508
Composto por:		
Custo histórico	1.665.746	1.563.058
Valor justo	(260.017)	(198.550)
Saldo final de ativos biológicos:	1.405.729	1.364.508

- (i) A variação no valor justo do ativo biológico de 31 de março de 2025 contempla os impactos dos incêndios ocorridos durante a safra.

As atividades operacionais de cultivo de cana-de-açúcar estão expostas às variações decorrentes de mudanças climáticas, pragas, doenças e incêndios florestais e outras forças naturais. Por consequência dessas exposições, o resultado das safras futuras podem ser afetados, aumentados ou reduzidos.

Análise de sensibilidade do valor justo

A Companhia avaliou o impacto sobre o valor justo do ativo biológico em 31 de março de 2025, a título de análise de sensibilidade, considerando a mudança para mais ou para menos das seguintes variáveis: (i) preço da tonelada de cana-de-açúcar e (ii) volume de produção de cana-de-açúcar. As demais variáveis de cálculo permanecem inalteradas. Dessa forma, uma variação (para mais ou para menos) de 5% no preço da tonelada de cana resultaria em um aumento ou redução de R\$ 126.485. Com relação ao volume de produção, uma variação (para mais ou para menos) de 5%, resultaria em um aumento ou redução de R\$ 115.009.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8. Tributos a recuperar

A composição dos saldos de tributos a recuperar é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Circulante				
PIS / COFINS (i)	241.122	120.204	241.259	120.204
ICMS	179.194	118.880	179.407	118.933
Reintegra	528	1.533	528	1.533
Outros	2.628	3.173	2.628	3.173
	423.472	243.790	423.822	243.843
Não Circulante				
PIS / COFINS (i)	311.112	107.858	311.112	107.858
ICMS	382.206	363.278	387.719	363.824
IOF sobre derivativos	10.822	10.285	10.822	10.285
INSS	418	8.033	418	8.033
	704.558	489.454	710.071	490.000
	1.128.030	733.244	1.133.893	733.843

(i) A variação do saldo de PIS/COFINS a recuperar refere-se principalmente a contabilização dos seguintes créditos: a) R\$ 253.955 referente aos créditos registrados com fundamento na IN RFB nº 2.121/2022 que esclarece e regulamenta a aplicação do crédito presumido de PIS/COFINS sobre a cana-de-açúcar, conforme previsto no artigo 8º da Lei nº 10.925/2004. Do montante registrado, R\$ 199.446 está na rubrica de outras receitas (Nota 27) e R\$ 54.509 está classificado como estoques e custo; b) R\$ 189.232 de créditos relacionados à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS sobre o etanol, dos quais R\$ 117.400 contabilizados na rubrica de outras receitas (Nota 27) e R\$ 71.832 na rubrica de resultado financeiro. Os créditos serão utilizados substancialmente nas operações da Companhia.

Os saldos de tributos a recuperar advêm das transações mercantis e de antecipações.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9. Partes relacionadas

a) Saldos da Controladora e do Consolidado:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Ativo circulante				
Contas a receber (i)				
Bio BV	483	229	-	-
Bio SM	1.006	360	-	-
Bio SC	19	27	-	-
Bioenergia SM	303	-	-	-
SM Terras Imobiliárias	871	77	-	-
SM Terras Agrícolas	9	7	-	-
CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.	19	-	19	-
Outros	251	318	197	240
	2.961	1.018	216	240
Estoques e adiantamentos a fornecedores				
CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.	167	295	167	295
Outros	458	991	458	991
	625	1.286	625	1.286
Dividendos a receber				
SM Terras Imobiliárias	11.329	-	-	-
SM Inova	2.256	-	-	-
SM Logística	7	-	-	-
	13.592	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital				
Biometano SC (ii)	-	105.200	-	-
	-	105.200	-	-
Passivo circulante				
Fornecedores				
SM Terras Agrícolas	6.990	18.647	-	-
Bio SC	374	245	-	-
CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.	47	106	47	106
Outros	140	73	138	73
	7.551	19.071	185	179
Passivo circulante e não circulante				
Arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar				
De acionistas e partes relacionadas	492.056	543.794	492.056	543.794

(i) Referem-se substancialmente ao rateio das despesas com serviços administrativos e venda de vapor.

(ii) O valor refere-se à aporte de capital para a construção da planta de Biometano, e foi integralizado em 25 de julho de 2024.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Transações da Controladora e do Consolidado no exercício:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receita de vendas				
Bio BV	12.983	8.489	-	-
Bio SM	8.492	7.723	-	-
Bio SC	3.272	4.740	-	-
Bioenergia SM	12.584	-	-	-
	37.331	20.952	-	-
Receita de arrendamento (Compras de produtos e serviços) / despesas reembolsadas				
SM Terras Agrícolas	(75.261)	(95.528)	-	-
CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.	(21.917)	(21.909)	(20.857)	(21.919)
SM Terras Imobiliárias	(34.932)	(34.123)	-	-
Bio SC	(500)	(825)	-	-
Bio BV	348	446	-	-
Bioenergia SM	143	-	-	-
Bio SM	116	127	-	-
	(132.003)	(151.812)	(20.857)	(21.919)
Acionistas e partes relacionadas				
Compra de cana-de-açúcar / arrendamento de terras / despesas reembolsadas				
Agro Pecuária Boa Vista S/A	(59.518)	(59.964)	(59.518)	(59.964)
Outros	(28.383)	(22.310)	(29.153)	(22.597)
	(87.901)	(82.274)	(88.671)	(82.561)
Resultado financeiro				
Receitas (despesas) financeiras				
Luiz Ometto Participações S.A.	-	946	-	(149)
Outros (i)	(53.349)	(50.117)	(53.349)	(50.117)
	(53.349)	(49.171)	(53.349)	(50.266)

(i) Ajuste a valor presente de contratos de parcerias e arrendamentos, líquidos de tributos.

As receitas de vendas referem-se à venda de vapor, enquanto as compras de produtos e serviços incluem a aquisição de cana-de-açúcar, energia elétrica, serviço de industrialização de vapor e royalties. As despesas reembolsadas por controladas ou partes relacionadas correspondem a gastos rateados de serviços administrativos. Os contratos com partes relacionadas observam a Política de Transações com Partes Relacionadas com revisão aprovada pelo Conselho de Administração em 17.6.2024. As transações são formalizadas mediante contratos com cláusulas e condições que refletem os preços e práticas de mercado, os quais devem ser comutativos, gerando valor para ambas as partes contratantes.

Os contratos com partes relacionadas referem-se, em sua maioria, à contratos de parceria e arrendamento, alienação e aquisição de participação acionária, compartilhamento de despesas, e, ocasionalmente, contratos de aluguel, compra e venda de mudas e compra e venda de energia. No Formulário de Referência da Companhia, item 11.2, são informados os detalhes dos contratos, tais como: objeto, garantias, natureza, data da transação, montante envolvido, saldo, duração e taxa de juros.

Os contratos de parceria e arrendamento de cana são celebrados a partir das condições e preços médios de mercado da respectiva região, com vigência média de 5 anos, com até 2 cortes opcionais, multa de 20% em casos de descumprimento contratual, sem juros. Os contratos de compartilhamento de despesas, seguem as determinações da Receita Federal constantes da SC-COSIT nº 23/2013 e da SC-COSIT nº 149/2021 e são firmados por prazo indeterminado. Os

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

custos e despesas são objeto de formalização e validação entre as partes, com rateio e reembolso mensal e observam a proporção da quantidade/tempo para a realização das atividades.

Com relação aos outros contratos: a) aluguel: os valores encontram-se em linha com o valor médio do metro quadrado do aluguel dos imóveis comerciais encontrados na região; b) energia: seguem as regras do regulamento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, conforme preço médio adotado pelo mercado na modalidade spot; c) compra e venda de mudas e licenciamento: os valores pagos seguem as condições de mercado, assegurada pela Lei de Proteção de Cultivares (Lei nº 9.456/1997), Decreto nº 2.366/1997, Lei de Propriedade Industrial (Lei nº 279/1996), Decreto nº 1.355/1994, e pela Lei de Sementes e Mudas (Lei nº 10.711/2003).

c) Remuneração dos Administradores:

A remuneração paga (ou a pagar) está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Remuneração fixa	27.735	26.514	28.369	28.002
Bônus, benefícios e outras remunerações variáveis	25.543	12.805	28.163	13.743
Pagamento baseado em ações virtuais	138	4.608	138	4.608
Contribuições previdenciárias e sociais	10.355	7.686	10.533	8.118
Total da remuneração e encargos	63.771	51.613	67.203	54.471

d) Planos de incentivo de longo prazo:

A São Martinho possui um plano de opções virtuais de compra de ações aos diretores da Companhia também estendido a outros executivos. Este plano prevê a liquidação em caixa da diferença positiva entre o valor de mercado no dia anterior ao exercício versus o preço fixado em cada plano.

Em 16 de dezembro de 2024, o Conselho de Administração aprovou a outorga de 1.821.251 opções virtuais, através do 16º Plano de Opções de Compra de Ações, e em 31 de março de 2025, foi aprovado um novo Plano de Incentivo de Longo Prazo de Ações Virtuais, cuja outorga irá ocorrer durante o próximo exercício. Os regulamentos encontram-se arquivados na sede da Companhia.

O valor contábil do passivo nas demonstrações financeiras atuais, referente ao cálculo do valor justo do Plano de Opções e Ações Virtuais é de R\$ 4.645 (comparado a R\$ 22.364 em 31 de março de 2024). O valor justo para o plano de Opções Virtuais refere-se a diferença entre o preço de exercício e o valor de mercado das ações da Companhia (SMT03) na data base do balanço. Com relação ao valor justo do programa de Ações Virtuais este é calculado considerando a cotação das ações da Companhia (SMT03) e o total de ações virtuais outorgadas.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os saldos dos planos de opções virtuais emitidos e sua movimentação na data das demonstrações financeiras atuais estão demonstrados a seguir:

Plano	10º Plano	11º Plano	12º Plano	13º Plano	14º Plano	15º Plano	16º Plano	Total
Data de concessão do plano	10/12/2018	09/12/2019	14/12/2020	13/12/2021	12/12/2022	11/12/2023	16/12/2024	
Data limite para exercício	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	
Quantidade opções virtuais outorgadas	1.133.513	1.072.712	754.980	563.175	1.463.211	1.393.489	1.821.251	8.202.331
Quantidade opções virtuais exercidas/extintas	(828.137)	(448.830)	(82.211)	(24.896)	(56.325)	-	-	(1.440.399)
Saldo opções virtuais a exercer	305.376	623.882	672.769	538.279	1.406.886	1.393.489	1.821.251	6.761.932
Preço do exercício (R\$)	19,07	19,38	24,22	37,17	27,44	33,70	25,38	

As opções virtuais para cada um dos planos poderão ser exercidas após os seus respectivos períodos de carência, que seguem a seguinte sistemática: 1/3 após 2º ano da outorga, 1/3 após o 3º ano da outorga e 1/3 após o 4º ano da outorga, todas com prazo limite conforme estabelecido em cada plano. Os valores limites aprovados em AGO referem-se às opções virtuais a serem outorgadas naquele exercício.

10. Investimentos

O saldo de investimentos da Controladora e Consolidado em outras sociedades é composto da seguinte maneira:

				Controladora			
Empresa	% de participação	Patrimônio líquido		Valor contábil do investimento		Resultado com equivalência patrimonial	
		2025	2024	2025	2024	2025	2024
Classificados no Investimento							
SM Terras Agrícolas	100,00%	808.017	855.747	808.017	855.747	70.004	90.695
SM Terras Imobiliárias	100,00%	666.366	672.337	666.366	672.337	46.243	29.329
Bio SC	100,00%	55.911	55.937	58.040	58.172	63.244	47.632
SM Inova	100,00%	55.110	49.455	55.110	49.455	9.499	8.345
Bio SM	100,00%	36.141	36.142	36.141	36.142	19.339	20.337
Bio BV	100,00%	31.369	35.435	31.369	35.435	48.031	38.511
Bioenergia SM	100,00%	21.043	29.218	21.043	29.218	(8.175)	(1.971)
SM Logística	100,00%	10	1.141	10	1.141	15	91
Biometano SC	100,00%	169.728	1.100	169.729	1.100	3.429	1.100
Bioenergia Iracema	100,00%	1	-	1	-	-	-
Bioenergia SM II	100,00%	1	-	1	-	-	-
Total classificados no Investimento		1.843.697	1.736.512	1.845.827	1.738.747	251.629	234.069

				Consolidado			
Empresa	% de participação	Patrimônio líquido		Valor contábil do investimento		Resultado com equivalência patrimonial	
		2025	2024	2025	2024	2025	2024
Classificados no Investimento							
CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A. (i)	5,41%	1.125.891	980.599	60.960	53.094	9.443	8.315
Outros		-	-	1.613	1.598	13	3
Total classificados no Investimento		1.125.891	980.599	62.573	54.692	9.456	8.318

- (i) Conforme disciplina o item 16 do CPC 18 (R2), a participação no CTC é contabilizada aplicando o método da equivalência patrimonial, uma vez que a Companhia através da sua controlada SM Inova possui influência significativa por ter participação direta no Conselho de Administração da investida.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Não existem participações recíprocas entre a controladora e as investidas.

A movimentação dos investimentos durante o exercício foi a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Saldo no início do exercício	1.738.747	1.720.098	54.692	47.798
Resultado de equivalência patrimonial	251.629	234.069	9.456	8.318
Integralização de capital	165.202	1	-	139
Redução de capital	(1.140)	-	-	-
Dividendos distribuídos	(308.973)	(215.816)	(1.939)	(1.975)
Demais reflexos de investimentos	362	395	364	412
Saldo no final do exercício	1.845.827	1.738.747	62.573	54.692

Informações financeiras resumidas dos investimentos

		Ativo		Passivo			31 de março de 2025
		31 de março de 2025		31 de março de 2025			
Empresa	% de participação	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Patrimônio líquido	Resultado do exercício
SM Terras Agrícolas	100,00%	41.737	1.130.741	15.319	349.142	808.017	70.004
SM Terras Imobiliárias	100,00%	21.221	663.383	15.853	2.385	666.366	46.243
Bio SC	100,00%	35.104	24.662	907	2.948	55.911	63.244
SM Inova	100,00%	2.167	60.960	2.257	5.760	55.110	9.499
Bio SM	100,00%	21.626	16.703	2.188	-	36.141	19.339
Bio BV	100,00%	27.273	11.549	7.144	309	31.369	48.031
Bioenergia SM	100,00%	17.698	56.719	10.083	43.291	21.043	(8.175)
SM Logística	100,00%	16	-	6	-	10	15
Bioenergia Iracema	100,00%	1	-	-	-	1	-
Bioenergia SM II	100,00%	1	-	-	-	1	-
Biometano SC	100,00%	42.949	132.885	6.102	4	169.728	3.429
Total		209.793	2.097.602	59.859	403.839	1.843.697	251.629

		Ativo		Passivo			31 de março de 2024
		31 de março de 2024		31 de março de 2024			
Empresa	% de participação	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Patrimônio líquido	Resultado do exercício
SM Terras Agrícolas	100,00%	81.874	1.130.741	7.628	349.240	855.747	90.695
SM Terras Imobiliárias	100,00%	19.592	658.149	4.488	916	672.337	29.329
Bio SC	100,00%	42.022	26.216	9.161	3.140	55.937	47.632
SM Inova	100,00%	2.123	53.094	2	5.760	49.455	8.345
Bio SM	100,00%	19.468	17.503	829	-	36.142	20.337
Bio BV	100,00%	29.904	12.410	6.556	323	35.435	38.511
Bioenergia SM	100,00%	18.117	54.257	3.676	39.480	29.218	(1.971)
SM Logística	100,00%	1.185	-	44	-	1.141	91
Biometano SC	100,00%	83.679	25.342	2.717	105.204	1.100	1.100
Total		297.964	1.977.712	35.101	504.063	1.736.512	234.069

11. Imobilizado

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva. Para o exercício findo em 31 de março de 2025 não ocorreram mudanças na vida útil dos ativos. A depreciação é calculada pelo método linear, onde para os equipamentos de produção é utilizado o método de depreciação acelerada, respeitando o período de moagem.

Gastos com manutenção que implicam em prolongamento da vida útil econômica dos bens do ativo imobilizado são capitalizados, e itens que se desgastam durante a safra são ativados por ocasião da reposição respectiva e depreciados durante o período da safra seguinte. Gastos com manutenção sem impacto na vida útil econômica dos ativos são reconhecidos como despesa quando realizados. Os itens substituídos são baixados.

Lavouras de cana-de-açúcar correspondem às plantas portadoras (*bearer plants*) que são exclusivamente utilizadas para cultivar a cana-de-açúcar. A cana-de-açúcar é classificada como cultura permanente, cujo ciclo produtivo economicamente viável tem, em média, oito anos após o seu primeiro corte. Os custos dos encargos sobre empréstimos e financiamentos tomados para financiar a construção do imobilizado são capitalizados durante o período necessário para executar e preparar o ativo para uso pretendido.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Controladora	Terras	Edifícios e depen- dências	Equipamentos e instalações Industriais	Veículos	Máquinas e implementos agrícolas	Lavoura de cana-de- açúcar	Obras em andamento	Outras imobilizações	Total
Saldos em 31 de março de 2023	96.046	549.447	1.869.358	361.580	421.743	1.835.266	605.699	35.134	5.774.273
Aquisição	-	4.189	14.820	10.366	96.600	631.989	353.177	1.763	1.112.904
Gastos manutenção entressafra	-	-	276.247	95.862	129.218	-	-	-	501.327
Transferência imobilizado/biológico	-	-	-	-	-	(527.313)	-	-	(527.313)
Custo da alienação	-	-	(796)	(2.284)	(1.792)	-	-	(8)	(4.880)
Transferências entre grupos	-	40.771	372.386	12.635	33.692	7.642	(469.402)	2.276	-
Depreciação	-	(17.493)	(369.858)	(117.297)	(161.002)	-	-	(8.917)	(674.567)
Saldos em 31 de março de 2024	96.046	576.914	2.162.157	360.862	518.459	1.947.584	489.474	30.248	6.181.744
Custo total	96.046	735.906	3.262.120	634.704	984.047	1.947.584	489.474	197.733	8.347.614
Depreciação acumulada	-	(158.992)	(1.099.963)	(273.842)	(465.588)	-	-	(167.485)	(2.165.870)
Valor residual	96.046	576.914	2.162.157	360.862	518.459	1.947.584	489.474	30.248	6.181.744
Saldos em 31 de março de 2024	96.046	576.914	2.162.157	360.862	518.459	1.947.584	489.474	30.248	6.181.744
Aquisição	-	4.567	23.944	45.787	229.051	602.037	323.843	3.761	1.232.990
Gastos manutenção entressafra	-	-	185.289	113.129	154.070	-	-	-	452.488
Transferência imobilizado/biológico	-	-	-	-	-	(392.784)	-	-	(392.784)
Custo da alienação	-	-	(468)	(5.837)	(3.106)	(8.037)	-	(670)	(18.118)
Transferências entre grupos	-	73.581	321.534	16.892	(29.536)	21.285	(415.554)	11.798	-
Depreciação	-	(18.907)	(415.490)	(116.367)	(153.811)	-	-	(8.062)	(712.637)
Saldos em 31 de março de 2025	96.046	636.155	2.276.966	414.466	715.127	2.170.085	397.763	37.075	6.743.683
Custo total	96.046	814.054	3.536.132	721.433	1.236.662	2.170.085	397.763	212.101	9.184.276
Depreciação acumulada	-	(177.899)	(1.259.166)	(306.967)	(521.535)	-	-	(175.026)	(2.440.593)
Valor residual	96.046	636.155	2.276.966	414.466	715.127	2.170.085	397.763	37.075	6.743.683
Valores Residuais :									
Custo histórico	24.760	584.083	2.142.472	402.769	708.698	2.170.085	397.763	37.075	6.467.705
Mais-valia	71.286	52.072	134.494	11.697	6.429	-	-	-	275.978
Taxas médias ponderadas anuais de depreciação/Transferência ativo biológico	-	2%	4%	7%	9%	14%	-	14%	

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Consolidado	Terras	Edifícios e dependências	Equipamentos e instalações industriais	Veículos	Máquinas e implementos agrícolas	Lavoura de cana-de-açúcar	Obras em andamento	Benfeitorias e outras imobilizações	Total
Saldos em 31 de março de 2023	1.816.755	550.378	1.931.129	361.579	421.743	1.835.265	654.580	35.138	7.606.567
Aquisição	4.500	4.189	15.184	10.366	96.600	631.989	383.417	1.763	1.148.008
Gastos manutenção entressafra	-	-	276.710	95.862	129.218	-	-	-	501.790
Transferência ativo biológico	-	-	-	-	-	(527.313)	-	-	(527.313)
Custo da alienação	(462)	-	(796)	(2.284)	(1.792)	-	-	(8)	(5.342)
Transferências entre grupos	-	41.889	425.525	12.635	33.692	7.642	(523.659)	2.276	-
Depreciação	-	(17.538)	(373.806)	(117.297)	(161.002)	-	-	(8.919)	(678.562)
Saldos em 31 de março de 2024	1.820.793	578.918	2.273.946	360.861	518.459	1.947.583	514.338	30.250	8.045.148
Custo total	1.820.793	740.086	3.417.738	634.704	984.047	1.947.583	514.338	197.748	10.257.037
Depreciação acumulada	-	(161.168)	(1.143.792)	(273.843)	(465.588)	-	-	(167.498)	(2.211.889)
Valor residual	1.820.793	578.918	2.273.946	360.861	518.459	1.947.583	514.338	30.250	8.045.148
Saldos em 31 de março de 2024	1.820.793	578.918	2.273.946	360.861	518.459	1.947.583	514.338	30.250	8.045.148
Aquisição	-	4.567	24.285	45.787	229.051	602.037	430.290	3.761	1.339.778
Gastos manutenção entressafra	-	-	186.068	113.129	154.070	-	-	-	453.267
Transferência ativo biológico	-	-	-	-	-	(392.784)	-	-	(392.784)
Custo da alienação	(698)	-	(469)	(5.837)	(3.106)	(8.036)	-	(670)	(18.816)
Transferências entre grupos	-	81.419	316.926	16.892	(29.536)	21.285	(419.177)	12.191	-
Depreciação	-	(19.113)	(421.135)	(116.367)	(153.811)	-	-	(8.118)	(718.544)
Saldos em 31 de março de 2025	1.820.095	645.791	2.379.621	414.465	715.127	2.170.085	525.451	37.414	8.708.049
Custo total	1.820.095	826.070	3.686.914	721.433	1.236.663	2.170.085	525.451	212.510	11.199.221
Depreciação acumulada	-	(180.279)	(1.307.293)	(306.968)	(521.536)	-	-	(175.096)	(2.491.172)
Valor residual	1.820.095	645.791	2.379.621	414.465	715.127	2.170.085	525.451	37.414	8.708.049
Valores Residuais :									
Custo histórico	171.543	592.958	2.232.874	402.768	708.698	2.170.085	525.451	37.414	6.841.791
Mais-valia	1.648.552	52.833	146.747	11.697	6.429	-	-	-	1.866.258
Taxas médias ponderadas anuais de depreciação/Transferência ativo biológico	-	2%	4%	8%	9%	14%	-	12%	

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O montante alocado em "Obras em Andamento" refere-se substancialmente à construção da planta para fabricação de biogás que atualmente representa R\$ 127.372 e tem conclusão prevista para agosto de 2025. Adicionalmente compõe esse grupo os projetos do plano de irrigação, o incremento na produção de açúcar e flexibilização na produção de anidro, com finalização estimada para março de 2026.

Devido a certos empréstimos e financiamentos adquiridos pela São Martinho, alguns bens do ativo imobilizado foram oferecidos como garantia. O valor contábil total desses bens no consolidado atinge o montante de R\$ 748.374, dos quais R\$ 39.144 correspondem a imóveis rurais, abrangendo uma área total de 1.505 hectares de terras.

A São Martinho capitalizou encargos financeiros durante o exercício no montante de R\$ 7.023 a uma taxa média de 8,3% a.a. (comparado a R\$ 8.199, a uma taxa média de 9,9% a.a. em 31 de março de 2024).

12. Intangível

O ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. O ágio é testado anualmente para verificar tais perdas (*impairment*).

Controladora	Ágio rentabilidade futura (I)	Direitos sobre contratos de cana-de-açúcar (II)	Software	Direito de servidão florestal	Outros ativos intangíveis	Intangível em andamento	Total
Saldos em 31 de março de 2023	374.632	17.833	8.852	29	1.291	36.498	439.135
Aquisição	-	-	13.563	-	-	-	13.563
Transferências entre grupos	-	-	36.294	-	-	(36.294)	-
Amortização	-	(1.064)	(8.330)	-	-	-	(9.394)
Saldos em 31 de março de 2024	374.632	16.769	50.379	29	1.291	204	443.304
Custo total	374.632	42.443	93.296	29	1.291	204	511.895
Amortização acumulada	-	(25.675)	(42.916)	-	-	-	(68.591)
Valor residual	374.632	16.768	50.380	29	1.291	204	443.304
Saldos em 31 de março de 2024	374.632	16.768	50.380	29	1.291	204	443.304
Aquisição	-	-	14.725	(6)	-	(204)	14.515
Amortização	-	(4.192)	(13.176)	-	-	-	(17.368)
Saldos em 31 de março de 2025	374.632	12.576	51.929	23	1.291	-	440.451
Custo total	374.632	42.443	108.020	23	1.291	-	526.409
Amortização acumulada	-	(29.867)	(56.091)	-	-	-	(85.958)
Valor residual	374.632	12.576	51.929	23	1.291	-	440.451

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Consolidado	Ágio rentabilidade e futura (i)	Direitos sobre contratos de cana-de-açúcar (ii)	Direitos sobre contratos de energia	Software	Direito de servidão florestal	Outros ativos intangíveis	Intangível em andamento	Total
Saldos em 31 de março de 2023	374.632	17.833	13.334	8.852	11.636	1.291	36.547	464.125
Aquisição	-	-	-	13.563	-	-	7	13.570
Transferências entre grupos	-	-	-	36.294	-	-	(36.294)	-
Amortização	-	(1.064)	(13.334)	(8.330)	-	-	-	(22.728)
Saldos em 31 de março de 2024	374.632	16.769	-	50.379	11.636	1.291	260	454.967
Custo total	374.632	42.443	103.401	93.296	11.636	1.291	260	626.959
Amortização acumulada	-	(25.675)	(103.401)	(42.916)	-	-	-	(171.992)
Valor residual	374.632	16.768	-	50.380	11.636	1.291	260	454.967
Saldos em 31 de março de 2024	374.632	16.768	-	50.380	11.636	1.291	260	454.967
Aquisição	-	-	-	14.725	(6)	-	(204)	14.515
Amortização	-	(4.192)	-	(13.176)	-	-	-	(17.368)
Saldos em 31 de março de 2025	374.632	12.576	-	51.929	11.630	1.291	56	452.114
Custo total	374.632	42.443	103.401	108.021	11.630	1.291	56	641.474
Amortização acumulada	-	(29.867)	(103.401)	(56.092)	-	-	-	(189.360)
Valor residual	374.632	12.576	-	51.929	11.630	1.291	56	452.114
Taxas médias ponderadas anuais de amortização	-	10%	10%	20%	-	-	-	-

- (i) Ágio relativo à combinação de negócios de anos anteriores de empresas incorporadas pela Companhia;

Alocação do ágio	2025	2024
Açúcar	181.106	242.960
Etanol	171.413	122.579
Outros	22.113	9.093
	374.632	374.632

- (ii) Refere-se à aquisição de direitos sobre contratos de parceria agrícola e fornecimento de cana-de-açúcar, os quais possuem uma vida útil definida de acordo com suas relações contratuais, sua amortização é calculada com base na quantidade de cana-de-açúcar colhida durante o período do contrato com o parceiro ou fornecedor.

Redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros

De acordo com as disposições do CPC 01 (IAS 36) - Redução ao Valor recuperável de ativos, ágio, ativo imobilizado e ativo intangível são submetidos a testes de perda no valor recuperável sempre que eventos ou alterações em circunstâncias indicarem que seu valor contábil poderá não ser recuperado.

Ágio e ativo intangível de vida útil indefinida são submetidos a testes de perda no valor recuperável pelo menos uma vez ao ano ou mais frequentemente, se houver indícios de perda de valor. Os testes anuais de perda no valor recuperável são realizados no final do mês de março. A fim de determinar se houve perda no valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa ("UGC"), que correspondem aos menores grupos de ativos geradores de fluxos de caixa claramente independentes daqueles gerados por outras UGC.

Em 31 de março de 2025, a Companhia realizou a avaliação do valor recuperável dos ativos de longo prazo. A avaliação foi realizada com base em cálculos do valor em uso de cada unidade geradora de caixa. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela administração. A taxa de crescimento não

excede a taxa de crescimento média de longo prazo do setor no qual a unidade geradora de caixa atua.

As principais premissas e estimativas envolvidas são a estimativa dos preços de venda de açúcar e etanol, produtividade agrícola e industrial, custos de produção e outros dados macroeconômicos. Os fluxos de caixa foram projetados para 5 anos.

Principais premissas utilizadas pela Companhia (dados em 31 de março de 2025):

Unidades Geradoras de Caixa	Taxa de crescimento nominal para perpetuidade	Taxa de desconto nominal
São Martinho	5,00%	10,28%

Como resultado do teste anual, nenhuma perda foi reconhecida no exercício findo em 31 de março de 2025.

13. Direito de uso, Arrendamentos a pagar e Parcerias Agrícolas a pagar

A Companhia adota o IFRS 16 (CPC 06 (R2)) - Arrendamentos que estabelece um modelo único de contabilização de arrendamentos e parcerias agrícolas no balanço patrimonial. O direito de uso do ativo é reconhecido como um ativo e a obrigação dos pagamentos como um passivo.

A seguir, algumas definições:

Arrendamento

A Companhia e suas controladas consideram arrendamento todo contrato que, mediante contraprestação, lhe transferem o direito de controlar o uso de um ativo por determinado período. Dessa forma, os contratos de parceria agrícola foram contabilizados no escopo da norma contábil, não obstante tenham natureza jurídica diversa aos arrendamentos.

Arrendatária

A Companhia adotou a abordagem simplificada de efeito cumulativo e os seguintes critérios: (i) passivo: saldos remanescentes dos contratos vigentes na data da adoção inicial, líquidos dos adiantamentos realizados e descontados pela média de cotação de contratos futuros da DI (cupom de juros nominal) com prazos equivalentes aos contratos de parceria e arrendamento; e (ii) ativo: valor equivalente ao passivo ajustado a valor presente. A remensuração do direito de uso e do saldo a pagar é realizada no final de exercício, com base na atualização do Índice Consecana.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Não foram reconhecidos ativos e passivos para contratos de baixo valor (computadores, telefones e equipamentos de informática em geral) e/ou vigência limitada a 12 meses. Os pagamentos associados a esses contratos foram registrados como despesa pelo método linear.

A seguir, apresentamos as movimentações relacionadas ao direito de uso, arrendamento a pagar e parceria agrícola:

a) Direito de Uso

	Controladora e Consolidado			
	Veículos	Parceria agrícola	Arrendamento agrícola	Total
Saldos em 31 de março de 2023	21.094	2.233.580	670.651	2.925.325
Adições	7.664	492.986	2.121	502.771
Baixas	(1.409)	(11.209)	-	(12.618)
Remensuração	-	(107.781)	17.010	(90.771)
Depreciação	(18.660)	(419.683)	(96.767)	(535.110)
Saldos em 31 de março de 2024	8.689	2.187.893	593.015	2.789.597
Adições	60.325	377.147	40.583	478.055
Baixas	(285)	-	-	(285)
Remensuração	-	57.420	(3.639)	53.781
Depreciação	(15.360)	(454.752)	(98.401)	(568.513)
Saldos em 31 de março de 2025	53.369	2.167.708	531.558	2.752.635
Vida útil (anos)	1 a 2	2 a 29	2 a 20	

b) Arrendamento e parceria agrícola a pagar

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora e Consolidado			
	Veículos	Arrendamentos a pagar	Parceria agrícola	Total
Saldos em 31 de março de 2023	20.107	681.976	2.339.688	3.041.771
Compensação de adiantamentos	-	-	(137.683)	(137.683)
Adições	7.663	2.121	492.987	502.771
Baixas	(1.603)	-	(22.386)	(23.989)
Pagamentos efetuados	(20.618)	(134.709)	(520.734)	(676.061)
Apropriação encargos financeiros	2.135	62.821	193.766	258.722
Remensuração	-	17.010	(107.781)	(90.771)
Saldos em 31 de março de 2024	7.684	629.219	2.237.857	2.874.760
Compensação de adiantamentos	-	-	(170.097)	(170.097)
Adições	60.325	40.583	377.147	478.055
Baixas	(993)	-	-	(993)
Pagamentos efetuados	(24.822)	(137.165)	(517.194)	(679.181)
Apropriação encargos financeiros	3.658	71.466	199.004	274.128
Remensuração	-	(3.640)	57.421	53.781
Saldos em 31 de março de 2025	45.852	600.463	2.184.138	2.830.453
Saldo no passivo circulante	19.530	93.955	577.005	690.490
Saldo no passivo não circulante	26.322	506.508	1.607.133	2.139.963
Saldos em 31 de março de 2025	45.852	600.463	2.184.138	2.830.453

Os saldos estimados de arrendamento a pagar e parceria agrícola a pagar de longo prazo possuem a seguinte composição de vencimentos:

Vencimento	Controladora e Consolidado
De 1º/04/2026 a 31/03/2027	681.314
De 1º/04/2027 a 31/03/2028	510.873
De 1º/04/2028 a 31/03/2029	420.960
De 1º/04/2029 a 31/03/2030	342.306
De 1º/04/2030 a 31/03/2031	303.322
De 1º/04/2031 a 31/03/2032	249.357
De 1º/04/2032 a 31/03/2033	213.915
A partir de 1º/04/2033	708.388
(-) Ajuste a valor presente	(1.290.472)
	2.139.963

No quadro abaixo, é apresentado o potencial direito de recuperação de PIS/COFINS embutido na contraprestação dos arrendamentos:

Controladora e Consolidado	Arrendamento agrícola	Ajuste a valor presente
Contraprestação do arrendamento	881.534	284.364
PIS/COFINS potencial (9,25%)	(61.022)	(18.843)
	820.512	265.521

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A São Martinho determinou suas taxas incrementais nominais com base nas taxas de juros observadas no mercado, ajustadas aos prazos de seus contratos de acordo com sua realidade econômica:

Controladora e Consolidado	
Vigência dos contratos	Taxa incremental
2 anos	9,29%
3 anos	8,92%
4 anos	9,77%
5 anos	10,50%
6 anos	10,72%
7 anos	10,29%
8 anos	11,04%
9 anos	9,32%
10 anos	10,69%
11 anos	10,99%
12 a 30 anos	10,61%

14. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Cana-de-açúcar (i)	137.663	46.296	130.675	25.187
Milho	3	-	3	-
Materiais, serviços e outros	267.464	375.916	274.315	383.403
	405.130	422.212	404.993	408.590

- (i) Os valores a pagar estão relacionados ao fornecimento de cana-de-açúcar, bem como o eventual complemento de preço calculados através do índice do ATR - Açúcar Total Recuperável, divulgado pelo CONSECANA (Conselho de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Etanol do Estado de São Paulo).

Dos totais a pagar para fornecedores, R\$ 7.551 na Controladora e R\$ 185 no Consolidado (comparado a R\$ 19.071 na Controladora e R\$ 179 no Consolidado em 31 de março de 2024) referem-se a partes relacionadas, conforme detalhado na nota 9.

15. Obrigações e Direitos com a Copersucar

No processo de desligamento da Copersucar, a Companhia celebrou um contrato prevendo direitos e obrigações que ainda perduram. As principais obrigações e direitos estão detalhadas a seguir:

a) Obrigações:

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Copersucar disponibilizou recursos a seus cooperados durante o período de associação da Companhia para financiamento de suas operações, mediante Letras de câmbio. Esses recursos foram obtidos pela Cooperativa a partir de sobras temporárias e provenientes de liminares em processos judiciais que visaram a suspensão da exigibilidade de tributos. Essas sobras de caixa estão relacionadas a provisões para contingências registradas pela Cooperativa no passivo não circulante. No entanto, caso ocorra a perda dos processos judiciais, a Companhia pode ser requerida a devolver o valor em um prazo de até 120 dias.

Os principais valores contidos nessas obrigações são provenientes de IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados), contestados judicialmente pela Cooperativa, e de passivos tributários incluídos no REFIS Copersucar, conforme indicado abaixo.

Controladora e Consolidado	2025	2024
REFIS - Copersucar - Atualizado pela variação da SELIC	-	8.303
Letra de Câmbio - Atualizado pela variação da SELIC	82.218	79.670
Letra de Câmbio - Repasse de recursos sem incidência de encargos	52.356	52.356
Despesas com processos tributários	2.402	39.416
Outros	2.300	2.300
	139.276	182.045
Passivo circulante	-	(8.336)
Passivo não circulante	139.276	173.709

A totalidade das obrigações da Companhia com a Copersucar está garantida por fianças bancárias. Além disso, nos termos negociados no desligamento da Copersucar, a Companhia é responsável pelo pagamento de obrigações, de forma proporcional à sua participação em safras anteriores na Copersucar, que possam surgir de autuações fiscais relacionadas a períodos em que a Companhia era cooperada.

A Copersucar possuía autuações com relação a ICMS incidente sobre as vendas de etanol carburante e industrial realizadas até 31 de dezembro de 2008. Essas autuações foram liquidadas pela Copersucar em março de 2024, com isenção das multas impostas, e a Companhia contribuiu proporcionalmente à sua participação, no montante de R\$ 9 milhões, registrados na rubrica de outras receitas e despesas, líquidas.

b) Direitos:

A Copersucar também é parte ativa em processos judiciais para restituição/indébito de diversos tributos ou indenizações. A Companhia, na condição de ex-cooperada, tem direito ao repasse proporcional dos eventuais créditos e informará ao mercado quando líquidos e certos.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Dentre os processos dos quais a Copersucar é parte ativa, destaca-se aquele que condenou a União a indenizar danos decorrentes da fixação de preços defasados em vendas de açúcar e etanol realizadas na década de 1980.

Em junho de 2017, foi expedido o 1º precatório de R\$ 5,6 bilhões (proporcionalmente R\$ 730,5 milhões para a Companhia), seguido pelo 2º precatório em junho de 2018, no montante de R\$ 10,6 bilhões (R\$ 1,4 bilhão proporcional à Companhia). Em março de 2024 ocorreu a liquidação da última parcela do 2º precatório e foi expedido e liquidado o 3º precatório (R\$ 286,3 milhões proporcionais à Companhia), referente ao montante de R\$ 2,2 bilhões que estava em discussão.

A Copersucar repassou à Companhia os valores recebidos da União referentes a este processo, conforme apresentado na tabela abaixo.

Direitos Copersucar	Março/2019	Dezembro/2019	Setembro/2020	Outubro/2021	Outubro/2022	Julho/2023	Março/2024
1º Precatório	906.287	1.059.956	1.083.223	1.174.400	1.346.041	1.418.483	-
2º Precatório	-	1.724.797	1.974.578	2.138.858	2.450.167	2.595.166	2.750.313
3º Precatório	-	-	-	-	-	-	3.313.612
Precatórios Copersucar	906.287	2.784.753	3.057.801	3.313.258	3.796.208	4.013.649	6.063.925
Parcela SMSA	150.563	462.634	507.996	550.436	630.668	666.792	1.007.407
PIS/COFINS Retido Copersucar	(13.927)	(42.794)	(46.990)	(50.915)	(58.337)	(61.678)	(93.185)
Repasso Luiz Ometto Participações S.A.	(3.313)	(24.119)	(26.700)	(28.697)	(33.226)	(35.296)	(51.400)
Demais retenções e despesas	(26.824)	(46.665)	(51.266)	(55.348)	(63.489)	(66.984)	(121.413)
Outras receitas líquidas SMSA	106.499	349.056	383.040	415.476	475.616	502.834	741.409

Nos repasses, a Copersucar reteve parte dos recursos para discussão judicial de sua natureza indenizatória sobre incidência de PIS e COFINS, sob compromisso de repassá-los em caso de êxito. Em 31 de março de 2024 e 2025 o saldo a receber da Copersucar é de R\$ 367.826, registrados em "Direitos com a Copersucar". Alinhado à atuação da Copersucar, a Companhia, também propôs medida judicial para discussão do IRPJ/CSLL/PIS/COFINS com depósitos para suspender a exigibilidade desses tributos, provisionados no passivo, na rubrica: "Tributos com exigibilidade suspensa".

Conforme previsto no Contrato de Compra e Venda das ações da Santa Cruz S.A. Açúcar e Alcool ("USC"), a Companhia repassou para Luiz Ometto Participações S.A., o montante de R\$ 202.751.

Do saldo de R\$ 369.560 registrado na rubrica de Direitos com a Copersucar, R\$ 367.826 refere-se ao PIS e COFINS retido sobre os repasses do IAA (Instituto do Açúcar e do Alcool) conforme mencionado acima, e R\$ 1.734 refere-se a demais valores a receber.

16. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação, e subsequentemente mensurados pelo

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

valor amortizado nos respectivos vencimentos, conforme demonstrados pelo valor amortizado.

Modalidade	Encargos anuais vigentes		Controladora		Consolidado	
	Taxa	Indexador	2025	2024	2025	2024
Em moeda nacional						
Linhas do BNDES	2,1%	+TJLP	76.937	90.619	76.937	90.619
Linhas do BNDES II	4,2%	+IPCA	1.347.807	1.261.389	1.393.676	1.302.977
Linhas do BNDES III (ii)	5,6%	PRÉ	134.816	183.246	134.816	183.246
Linhas do BNDES IV	2,7%	+TR	253.012	-	253.012	-
FINEP	-	-	-	3.377	-	3.377
FINEP II	2,7%	+TR	140.975	140.894	140.975	140.894
Agro Export	101,0%	CDI	97.954	104.370	97.954	104.370
ABC (Inovacred)	5,6%	+TR	28.636	-	28.636	-
Crédito Rural	-	-	-	185.723	-	185.723
Crédito Rural II	8,5%	PRÉ	9.503	-	9.503	-
Crédito Rural III	100,0%	CDI	5.377	-	5.377	-
Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA)	99,0%	CDI	1.953.079	922.970	1.953.079	922.970
Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA) II	-	-	-	293.778	-	293.778
Debêntures (iii)	6,0%	+IPCA	2.447.440	2.317.491	2.447.440	2.317.491
International Finance Corporation (IFC)	1,4%	+CDI	277.816	309.628	277.816	309.628
Outros créditos securitizados	-	-	-	28	-	28
Total em moeda nacional			6.773.352	5.813.513	6.819.221	5.855.101
Em moeda estrangeira						
Pré Pagamento de Exportação (PPE)	1,6%	Sofr 6M	58.755	301.379	58.755	301.379
International Finance Corporation (IFC) (iv)	1,3%	Sofr 6M	1.211.485	380.338	1.211.485	380.338
Total em moeda estrangeira			1.270.240	681.717	1.270.240	681.717
Total (i)			8.043.592	6.495.230	8.089.461	6.536.818
Saldo no passivo circulante			903.719	1.094.298	906.297	1.096.406
Saldo no passivo não circulante			7.139.873	5.400.932	7.183.164	5.440.412
			8.043.592	6.495.230	8.089.461	6.536.818

- (i) Os custos totais das dívidas em moeda nacional e estrangeira foram calculados com base na duração das carteiras e nas curvas DI (Depósito Interbancário) e SOFR (Secured Overnight Financing Rate) na demonstração financeira atual.
- (ii) 79,4% do montante de empréstimo de Linhas do BNDES Pré-fixado está indexado a 53,5% DI via contrato de SWAP.
- (iii) 25,5% do montante de Debêntures está indexado a DI+1,1% a.a., 22,9% estão indexados a DI + 1,4% a.a. e 51,6% está indexado a 108,2% DI, via contrato de SWAP.
- (iv) 21,6% do montante do empréstimo com o *International Finance Corporation (IFC)* está indexado a DI+1,15% a.a. via contrato de SWAP.

Contratos derivativos swaps de longo prazo são altamente sensíveis a quaisquer variações nas curvas futuras de inflação, especialmente o IPCA, o que pode resultar em impactos significativos em sua marcação a mercado ao longo do tempo. No entanto, é importante ressaltar que, ao final dos contratos, o custo efetivo estará firmemente ancorado em CDI mais um percentual fixo, proporcionando assim uma perspectiva financeira clara e estável.

A tabela a seguir demonstra a movimentação dos empréstimos e financiamentos durante o exercício:

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Movimentação da dívida	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Saldo no início do exercício	6.495.230	6.584.333	6.536.818	6.623.883
Captação de financiamentos	2.472.597	573.721	2.476.779	573.721
Amortização de principal	(1.108.739)	(812.990)	(1.110.720)	(812.990)
Pagamento de juros	(544.934)	(455.230)	(546.400)	(456.637)
Provisão de juros e atualização monetária	709.135	623.514	712.681	626.959
Variação cambial	20.303	(18.118)	20.303	(18.118)
Saldo no final do exercício	8.043.592	6.495.230	8.089.461	6.536.818

Os saldos de empréstimos e financiamentos no longo prazo possuem a seguinte composição de vencimentos:

	Controladora	Consolidado
De 1º/04/2026 a 31/03/2027	566.587	568.774
De 1º/04/2027 a 31/03/2028	713.045	715.300
De 1º/04/2028 a 31/03/2029	949.868	952.195
De 1º/04/2029 a 31/03/2030	1.306.788	1.309.189
De 1º/04/2030 a 31/03/2031	616.605	619.083
De 1º/04/2031 a 31/03/2032	1.114.307	1.116.864
De 1º/04/2032 a 31/03/2033	310.367	313.007
De 1º/04/2033 a 31/03/2034	278.692	281.417
De 1º/04/2034 a 31/03/2035	434.921	437.734
A partir de 1º/04/2035	848.693	869.601
	7.139.873	7.183.164

Nas demonstrações financeiras atuais R\$ 748.374 da dívida da São Martinho está garantida por ativos, sendo aproximadamente 95% por equipamentos, veículos, edificações e dependências, e cerca de 5% terras. Além disso, a Companhia possui um contrato com garantia em recebíveis provenientes da comercialização de energia elétrica.

Na data das demonstrações financeiras atuais, o valor contábil dos empréstimos e financiamentos da Companhia está próximo do valor justo. Os valores justos são determinados com base nos fluxos de caixa descontados, utilizando-se uma taxa de empréstimos de 12,5% a.a. (correspondente a 10,0% a.a. em 31 de março de 2024) e estão classificados no nível 2 da hierarquia do valor justo.

Covenants

A Companhia possui contratos no montante de R\$ 6.533.590 com cláusulas não financeiras e financeiras restritivas, tais como "cross-default" e "negative pledge", e vinculadas ao cumprimento de certos índices financeiros tais como razão da Dívida líquida (total do caixa e equivalente de caixa e aplicação financeira menos os empréstimos) pelo EBITDA ajustado (partindo do EBITDA contábil e sendo ajustado para mais ou para menos, onde majoritariamente o principal ajuste está no conceito de depreciação dos contratos agrícolas dado pelo IFRS 16), as quais são exigidas e avaliadas anualmente, e estão em conformidade nas demonstrações financeiras atuais. A Companhia espera cumprir os covenants para os próximos 12 meses após a data do relatório.

17. Patrimônio líquido

a) Capital social

Nas demonstrações financeiras atuais, o capital social é de R\$ 4.445.192 (R\$ 3.941.717 em 31 de março de 2024) e está dividido em 332.435.391 (346.375.066 em 31 de março de 2024) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

A Companhia está autorizada a aumentar o capital social, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 372.000.000 (trezentos e setenta e dois milhões) de ações ordinárias, mediante deliberação do Conselho de Administração, a quem caberá fixar as condições da emissão, inclusive preço e prazo de integralização.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26 de julho de 2024, os acionistas aprovaram um aumento de capital no montante de R\$ 503.475, sem emissão de novas ações, por meio da capitalização da Reserva de Incentivos Fiscais.

b) Ações em tesouraria

Por se tratar de instrumentos patrimoniais próprios que são readquiridos, são reconhecidos ao custo de aquisição e contabilizados como conta redutora do Patrimônio Líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento de instrumentos patrimoniais próprios da Companhia.

Em 30 de setembro de 2024, foi aprovado em reunião do Conselho de Administração o cancelamento de 13.939.675 ações em tesouraria, e abertura do 8º Programa de recompra de ações limitado a 10.000.000 ações. Abaixo, segue a movimentação ocorrida no exercício:

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2024	Aquisição de ações	Pagamento de bônus com ações	Cancelamento de ações	2025
Quantidade	544.400	17.532.000	(279.125)	(13.939.675)	3.857.600
Preço médio (reais)	29,99	28,31	(28,19)	(29,73)	23,41
Montante total	16.325	496.309	(7.869)	(414.442)	90.323

c) Ajustes de avaliação patrimonial

Deemed cost

Corresponde à mais valia de custo atribuído de terras, edificações e dependências, equipamentos e instalações industriais, veículos e máquinas e implementos agrícolas. Os valores estão registrados líquidos dos efeitos tributários, são realizados com base nas depreciações, baixas ou alienações dos respectivos bens e os montantes apurados da realização são transferidos para a rubrica "Lucros acumulados".

Valor justo de hedge accounting

Corresponde aos resultados de operações com instrumentos financeiros derivativos não realizadas/liquidadas, classificadas como *hedge accounting*. O saldo mencionado é revertido do patrimônio líquido em etapas, na proporção em que ocorrerem os vencimentos/embarques das operações correlatas.

d) Reserva de lucros

Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por objetivo assegurar a integridade do capital social e só pode ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital.

Reserva para orçamento de capital

A reserva para orçamento de capital está destinada aos investimentos na ampliação da capacidade produtiva e em diversos projetos de aperfeiçoamento de processos e capital de giro.

Reserva de lucros a realizar

Refere-se a resultados não realizados, sendo composta da venda da participação detida na Agro Pecuária Boa Vista S/A, venda de imóveis decorrentes de empreendimentos imobiliários e o resultado de ganho por mudança de participação acionária.

Em 31 de março de 2024 houve a liquidação da venda da participação da Agro Pecuária Boa Vista S/A e consequentemente foram provisionados os dividendos referente a conclusão da operação.

Reserva de incentivos fiscais

A Companhia possui programa de incentivo fiscal estadual, junto ao Estado de Goiás na forma de diferimento do pagamento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, denominado "Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás - Produzir", com redução parcial deste. A utilização do benefício está condicionada ao cumprimento de todas as obrigações fixadas no programa, cujas condições referem-se a fatores sob controle da Companhia.

O benefício relativo à redução no pagamento desse imposto é calculado sobre o saldo devedor apurado em cada período de apuração, mediante aplicação do percentual de desconto concedido pelo incentivo fiscal.

O valor da subvenção apurado no exercício foi registrado na demonstração do resultado na rubrica de "Deduções da receita bruta", reduzindo a conta "ICMS a recolher". Pela impossibilidade de destinação como dividendos, foi constituída reserva para incentivos fiscais, em contrapartida à conta de Lucros Acumulados, no montante apurado da subvenção até 31 de dezembro de 2023.

O valor destinado dos Lucros Acumulados para a rubrica de Reserva de Incentivos Fiscais que impactou o resultado nas demonstrações financeiras de 31 de março de 2024 foi de R\$ 333.607, tanto na Controladora quanto no Consolidado, sendo R\$ 77.942 referentes ao ICMS Produzir e R\$ 255.665 referentes aos demais incentivos fiscais de ICMS, conforme o Tema Repetitivo 1.182 do Superior Tribunal de Justiça descrito na nota 21.4 (até 31 de dezembro de 2023). Com a alteração na legislação, a lei 14.789/23 determinou a tributação dos incentivos fiscais, e consequentemente não sendo mais necessário a constituição da reserva de lucros.

e) Dividendos e juros sob capital próprio

Em 19 de junho de 2023, o Conselho de Administração aprovou a antecipação de remuneração aos acionistas no montante bruto de R\$ 155.000, pagos através de juros sobre capital próprio.

Em 17 de junho de 2024, foi aprovada em reunião do Conselho de Administração a antecipação de remuneração aos acionistas no montante bruto de R\$ 150.000, pagos através de juros sobre capital próprio, da mesma forma, em 09 de dezembro de 2024, o Conselho de Administração aprovou a antecipação de remuneração aos acionistas no montante bruto de R\$ 150.000, pagos através de juros sobre capital próprio. Os juros sobre capital próprio pagos foram deduzidos dos dividendos apurados no exercício social em curso.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 26 de julho de 2024, os acionistas ratificaram o pagamento de dividendos mínimos no montante de R\$ 134.047, conforme proposto pela administração no exercício encerrado em 31 de março de 2024, acrescidos de R\$ 16.056 provenientes da realização da reserva de lucros a realizar, totalizando o saldo de dividendos a pagar de R\$ 150.103, que foram pagos aos acionistas em 13 de agosto de 2024.

A Companhia possui uma Política de Remuneração aos Acionistas (Dividendos) pela qual fica assegurado um dividendo e/ou juros sob capital próprio de, no mínimo, 40% do lucro líquido caixa anual, conforme cálculo apresentado na tabela a seguir e na carta financeira divulgada pela Companhia, ou 25% sobre o lucro líquido do exercício, após deduzidos os prejuízos acumulados e da constituição da reserva legal, dentre eles o que for maior.

A distribuição mínima de 40% do lucro caixa poderá não ser adotada, por recomendação do Conselho de Administração, nas seguintes hipóteses:

- utilização de capital relevante em função de investimento em seus negócios, programa de recompra de ações e/ou eventuais fusões e aquisições;
- indicadores de endividamento, tais como, dívida líquida/EBITDA ajustado superior a 2 vezes, apurada no encerramento do exercício, visando manter o grau de investimento pela S&P;
- mudanças fiscais; e
- destinação a reservas obrigatórias ou limitação à distribuição de parcela destas que alterem a capacidade de distribuição dos lucros.

A tabela abaixo demonstra os dividendos baseados na política de remuneração:

Cálculo Lucro Caixa	2025	2024
LAIR	502.774	1.786.621
IR/CS Contábil	53.957	(310.342)
Lucro Líquido do Exercício	556.731	1.476.279
Efeito não caixa do IFRS no LAIR	228.761	133.541
IR/CS Contábil	(53.957)	310.342
IR/CS Pago	(22.083)	(17.889)
Depósito Judicial (IR/CS IAA)	-	(203.406)
Ajuste do Ativo Biológico	62.654	10.314
Lucro Caixa	772.106	1.709.181
Política de Dividendos (i)	300.000	267.215
Reserva de Lucros a Realizar	-	16.057
Total de Resultados a distribuir	300.000	283.272

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (i) Em 31 de março de 2024 o Conselho de Administração deliberou o pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios de 25%.

A tabela a seguir, demonstra a proposta de destinação do lucro do exercício.

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	556.731	1.476.279
Constituição de reserva legal - 5%	(27.837)	(73.814)
Constituição de reserva de incentivos fiscais	-	(333.607)
Base de cálculo para distribuição de dividendos mínimos obrigatórios	528.894	1.068.858
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	132.224	267.215
Juros sobre o capital próprio, pagos	300.000	155.000
IRRF sobre juros sobre o capital próprio	(42.689)	(21.832)
Dividendos mínimos obrigatórios a pagar	-	134.047
Dividendos antecipados (i)	125.087	-
Realização de reserva de lucros a realizar, a pagar	-	16.057
Total	257.311	283.272
Dividendo por ação	0,7831	0,8191
Qtde de ações líquido de tesouraria - 31 de março	328.578	345.831

(i) O saldo de Juros sobre Capital Próprio (JCP) deliberado durante o exercício superou os dividendos mínimos obrigatórios. O montante de R\$ 125.087, apresentado como dividendos antecipados, refere-se ao excedente do JCP deliberado em relação ao mínimo obrigatório.

18. Programa de participação nos lucros e resultados

A Companhia tem como política a administração do programa de participação nos resultados a seus empregados, vinculada a um plano de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas. O montante dessa participação no exercício atual foi de R\$ 93.005 na Controladora e R\$ 93.395 no Consolidado (em 31 de março de 2024, R\$ 80.240 na Controladora e R\$ 80.645 no Consolidado).

19. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base de cálculo negativa acumulada de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para serem utilizados na compensação

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais e bases negativas, com base em projeções de resultados futuros elaborados e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

A Companhia adotou a interpretação IFRIC 23/ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro. A interpretação trata da contabilização dos tributos sobre o rendimento nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação da IAS 12 (CPC 32). A entidade deve determinar se considera cada tratamento tributário incerto separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos tributários incertos. Deve-se seguir a abordagem que melhor prevê a resolução da incerteza. A Companhia não identificou impactos na sua adoção.

a) Composição dos saldos

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Ativo circulante				
. Imposto de renda e contribuição social, a recuperar	75.301	73.313	75.900	73.355
No passivo circulante - Débitos correntes				
. Imposto de renda e contribuição social, a pagar		-	5.834	9.470

b) Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferido

Controladora	2024	Reconhecido no resultado	Reconhecido em outros resultados abrangentes	2025
Prejuízos fiscais/Base negativa	3.446	26.430	-	29.876
Não incidência do IRPJ/CSLL sobre indêbitos tributários (i)	6.937	-	-	6.937
Instrumentos financeiros derivativos	(43.826)	90.507	(35.193)	11.488
Provisão para contingências e outras obrigações	166.313	(1.580)	-	164.733
Variação cambial ativa	27.617	(4.777)	-	22.840
Ativo Biológico/Produto Agrícola	72.848	21.007	-	93.855
Arrendamento Mercantil	89.824	74.736	-	164.560
Outros ativos	30.385	(10.618)	-	19.767
Total do IR e CS ativo diferido	353.544	195.705	(35.193)	514.056
Mais-valia de ativo imobilizado (deemed cost)	(100.417)	6.391	-	(94.026)
Depreciação acelerada incentivada	(464.238)	(86.390)	-	(550.628)
Benefício fiscal sobre ágio incorporado	(197.959)	-	-	(197.959)
Variação Cambial passiva	(48.114)	11.527	-	(36.587)
Outros passivos	(4.551)	(64.006)	-	(68.557)
Total do IR e CS passivo diferido	(815.279)	(132.478)	-	(947.757)
Saldo do IR e CS diferidos	(461.735)	63.227	(35.193)	(433.701)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Controladora	2023	Reconhecido no resultado	Reconhecido em outros resultados abrangentes	2024
Prejuízos fiscais/Base negativa	3.617	(171)	-	3.446
Não incidência do IRPJ/CSLL sobre indêbitos tributários (i)	6.937	-	-	6.937
Instrumentos financeiros derivativos	111.885	(122.828)	(32.883)	(43.826)
Provisão para contingências	109.416	56.897	-	166.313
Variação cambial ativa	5.250	22.367	-	27.617
Outros ativos	136.317	56.740	-	193.057
Total do IR e CS ativo diferido	373.422	13.005	(32.883)	353.544
Mais-valia de ativo imobilizado (deemed cost)	(109.333)	8.916	-	(100.417)
Depreciação acelerada incentivada	(616.564)	152.326	-	(464.238)
Benefício fiscal sobre ágio incorporado	(197.959)	-	-	(197.959)
Variação Cambial passiva	(72.635)	24.521	-	(48.114)
Outros passivos	(9.681)	5.130	-	(4.551)
Total do IR e CS passivo diferido	(1.006.172)	190.893	-	(815.279)
Saldo do IR e CS diferidos	(632.750)	203.898	(32.883)	(461.735)

Consolidado	2024	Reconhecido no resultado	Reconhecido em outros resultados abrangentes	Ajuste consolidação Direitos sobre contratos energia	2025
Prejuízos fiscais/Base negativa	3.446	26.430	-	-	29.876
Não incidência do IRPJ/CSLL sobre indêbitos tributários (i)	6.937	-	-	-	6.937
Instrumentos financeiros derivativos	(43.826)	90.507	(35.193)	-	11.488
Provisão para contingências e outras obrigações	166.313	(1.580)	-	-	164.733
Variação cambial ativa	27.617	(4.777)	-	-	22.840
Ativo Biológico/Produto Agrícola	72.848	21.007	-	-	93.855
Arrendamento Mercantil	89.824	74.736	-	-	164.560
Outros ativos	30.385	(10.520)	-	-	19.865
Total do IR e CS ativo diferido	353.544	195.803	(35.193)	-	514.154
Mais-valia de ativo imobilizado (deemed cost)	(453.118)	6.597	-	-	(446.521)
Depreciação acelerada incentivada	(464.238)	(86.390)	-	-	(550.628)
Benefício fiscal sobre ágio incorporado	(197.959)	-	-	-	(197.959)
Ativo Intangível	(1.151)	-	-	56	(1.095)
Ganho por mudança de participação relativa CTC	(5.068)	-	-	-	(5.068)
Variação Cambial passiva	(48.114)	11.527	-	-	(36.587)
Outros passivos	(5.249)	(64.008)	-	-	(69.257)
Total do IR e CS passivo diferido	(1.174.897)	(132.274)	-	56	(1.307.115)
Saldo do IR e CS diferidos	(821.353)	63.529	(35.193)	56	(792.961)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Consolidado	2023	Reconhecido no resultado	Reconhecido em outros resultados abrangentes	Ajuste consolidação - Direitos sobre contratos energia	2024
Prejuízos fiscais/Base negativa	3.617	(171)	-	-	3.446
Não incidência do IRPJ/CSLL sobre indêbitos tributários (i)	6.937	-	-	-	6.937
Instrumentos financeiros derivativos	111.884	(122.827)	(32.883)	-	(43.826)
Provisão para contingências e outras obrigações	109.416	56.897	-	-	166.313
Variação cambial ativa	5.250	22.367	-	-	27.617
Outros ativos	136.322	56.735	-	-	193.057
Total do IR e CS ativo diferido	373.426	13.001	(32.883)	-	353.544
Mais-valia de ativo imobilizado (deemed cost)	(462.221)	9.103	-	-	(453.118)
Depreciação acelerada incentivada	(616.564)	152.326	-	-	(464.238)
Benefício fiscal sobre ágio incorporado	(197.959)	-	-	-	(197.959)
Ativo Intangível	(5.736)	-	-	4.585	(1.151)
Ganho por mudança de participação relativa CTC	(5.068)	-	-	-	(5.068)
Variação Cambial passiva	(72.635)	24.521	-	-	(48.114)
Outros passivos	(10.377)	5.128	-	-	(5.249)
Total do IR e CS passivo diferido	(1.370.560)	191.078	-	4.585	(1.174.897)
Saldo do IR e CS diferidos	(997.134)	204.079	(32.883)	4.585	(821.353)

Os tributos diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço, por cada entidade legal, por haver o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, e por ser relacionado a mesma autoridade fiscal.

A São Martinho reconhece os créditos fiscais diferidos ativos com base na projeção de lucro tributável para os exercícios subsequentes. Esta projeção é revisada anualmente e não ultrapassa dez anos.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos são realizados, substancialmente, em função da depreciação e baixa dos ativos imobilizados que os originaram. A realização deste passivo é estimada à razão média de 15% ao ano, em função das taxas de depreciação dos ativos imobilizados respectivos, exceto pelos tributos diferidos passivos sobre mais-valia de terras, que serão realizados se alienados.

(i) Não incidência do IRPJ/CSLL sobre atualização pela Selic dos indêbitos tributários

Em 24 de setembro de 2021, foi realizado o julgamento pelo Supremo Tribunal ("STF") do RE nº 1.063.187, com repercussão geral reconhecida (Tema 962), que, por unanimidade de votos, declarou inconstitucional a incidência do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição sobre o Lucro Líquido (CSLL) sobre a taxa Selic incidente sobre os indêbitos tributários.

Desta forma, a Companhia reconheceu como receita de IRPJ e CSLL corrente e diferido, o montante de R\$ 15.920, conforme ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro (equivalente à norma internacional IFRIC 23), sendo: R\$ 8.983 como IRPJ e CSLL a recuperar referente aos períodos que a companhia apurou lucro real, apresentados no ativo não circulante. Os restantes R\$ 6.937 são pela recomposição do prejuízo fiscal referente aos períodos em que a companhia apurou base fiscal negativa e pela utilização de prejuízo fiscal a maior decorrente da tributação da Selic, compensados no passivo não circulante na rubrica de imposto de renda e contribuição social diferidos.

c) Reconciliação do imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Lucro antes dos impostos	479.786	1.767.060	502.774	1.786.621
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	(163.127)	(600.800)	(170.943)	(607.451)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:				
. Equivalência patrimonial	85.554	79.583	3.215	2.828
. Exclusões/(Adições) permanentes, líquidas	(3.897)	(2.377)	(3.965)	(2.377)
. Cbíos	26.471	31.786	26.471	31.786
. Juros sob capital próprio	102.000	52.700	102.000	52.700
. Subvenção estadual (produzir/outorgado)	-	113.421	-	113.421
. Crédito fiscal decorrente de subvenção (Lei 14.789/2023)	19.305	-	19.305	-
. Incentivos Fiscais	468	-	484	-
. Ajuste do cálculo de controlada tributada pelo lucro presumido	-	-	67.184	63.833
. Lançamentos extemporâneos de IRPJ e CSLL	(4.168)	19.989	(4.168)	19.989
. Lei do bem	14.317	14.917	14.317	14.917
. Outros	22	-	57	12
Despesa com imposto de renda e contribuição social	76.945	(290.781)	53.957	(310.342)
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	-16,0%	16,5%	-10,7%	17,4%
Imposto de renda e contribuição social correntes	13.718	(494.679)	(9.572)	(514.421)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	63.227	203.898	63.529	204.079

20. Compromissos

A São Martinho assume uma série de compromissos no decorrer de suas operações regulares. Dentre eles, destacam-se os seguintes, refletidos em suas demonstrações financeiras atuais:

Matas ciliares e áreas destinadas à Reserva Legal

As áreas não cultivadas da São Martinho, que são cobertas por vegetação nativa preservada, estão atualmente em processo de regeneração ou enriquecimento.

Esse esforço contribui significativamente para a preservação da biodiversidade e a sustentabilidade das atividades agrícolas.

A Companhia reafirma seu compromisso com as melhores práticas ambientais e a sustentabilidade através do total cumprimento do Código Florestal e demais legislações ambientais referentes as Áreas de Preservação Permanente (APP) e Reserva Legal (RL). Todos os imóveis da São Martinho estão devidamente inscritos no Cadastro Ambiental Rural (CAR), e a Companhia aderiu ao Programa de Regularização Ambiental (PRA), aguardando a devida regulamentação legal para sua implementação.

Os investimentos realizados em Áreas de Preservação Permanente, Reserva Legal e outras atividades relacionadas à regularização ambiental são devidamente registradas no ativo imobilizado da Companhia.

Compromisso de venda

Na data das demonstrações financeiras atuais a São Martinho tem compromissos de comercialização para safras futuras, abrangendo produtos como etanol, açúcar, energia elétrica e biometano, conforme detalhado a seguir:

	Até um ano	De dois a três anos	Acima de três anos
Etanol (m³)	184.647	96.000	480.000
Açúcar (tons)	1.391.304	1.290.599	2.000.000
Energia (Mwh)	768.791	827.244	4.851.726
Biometano (m³)	3.629.599	30.692.722	99.960.122

Esses compromissos refletem a estratégia da Companhia de garantir a comercialização de sua produção futura e contribuir para a estabilidade de suas receitas.

Compras de insumos e milho

A Companhia constantemente celebra contratos de compra para aquisição de insumos com o objetivo de utilização na manutenção de sua lavoura ao longo da safra. Em relação a aquisição de milho, a preços pré-estabelecidos, para atender sua produção de etanol. Referidas operações geralmente são realizadas por meio de negociações anuais.

Esses contratos representam uma prática comum da Companhia para garantir o abastecimento adequado de insumos agrícolas e matérias-primas essenciais para suas operações, contribuindo para a gestão eficiente de sua produção ao longo do tempo.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

21. Provisão para contingências

As provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente (legal ou não formalizada), decorrente de eventos passados, sendo provável a necessidade de uma saída de recursos para liquidar a obrigação, com uma estimativa confiável do valor. Essas provisões são constituídas, revisadas e ajustadas de forma a refletir a melhor estimativa na data das demonstrações financeiras atuais.

21.1 Perdas prováveis

A São Martinho, com base na avaliação dos assessores jurídicos, mantém as seguintes provisões para os casos de perdas prováveis (valores atualizados monetariamente):

	Controladora			
	Tributários	Cíveis e ambientais	Trabalhistas	Total
Saldo em 31 de março de 2023	16.247	7.681	86.778	110.706
Adições	1.100	935	46.238	48.273
Reversões	(1.177)	(246)	(12.194)	(13.617)
Utilizações	(488)	(1.960)	(38.033)	(40.481)
Atualizações	6.148	126	12.096	18.370
Saldo em 31 de março de 2024	21.830	6.536	94.885	123.251
Adições	4.222	2.158	51.206	57.586
Reversões	(3.529)	(314)	(13.894)	(17.737)
Utilizações	(1.487)	(1.418)	(45.332)	(48.237)
Atualizações	(9.464)	1.171	12.078	3.785
Saldo em 31 de março de 2025	11.572	8.133	98.943	118.648

	Consolidado			
	Tributários	Cíveis e ambientais	Trabalhistas	Total
Saldo em 31 de março de 2023	16.247	8.516	86.778	111.541
Adições	1.100	1.040	46.238	48.378
Reversões	(1.177)	(249)	(12.194)	(13.620)
Utilizações	(489)	(2.062)	(38.033)	(40.584)
Atualizações	6.148	207	12.096	18.451
Saldo em 31 de março de 2024	21.829	7.452	94.885	124.166
Adições	5.330	2.158	51.206	58.694
Reversões	(5.442)	(315)	(13.894)	(19.651)
Utilizações	(1.494)	(1.418)	(45.332)	(48.244)
Atualizações	(7.277)	1.267	12.078	6.068
Saldo em 31 de março de 2025	12.946	9.144	98.943	121.033

Na data das demonstrações financeiras, a natureza das principais causas que compõem as provisões acima é a seguinte (controladora e consolidado):

Processos tributários:

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Referem-se a (i) contribuição previdenciária; e (ii) honorários de êxito a serem pagos aos advogados contratados para os respectivos processos.

Processos cíveis e ambientais:

Referem-se a: (i) indenizações em geral; (ii) sanções administrativas ambientais decorrentes de incêndio em área de cultivo de cana-de-açúcar, cuja aplicação está sendo questionada judicialmente; e (iii) honorários de êxito a serem pagos aos advogados contratados para os respectivos processos.

Processos trabalhistas:

Referem-se a: (i) diferenças de horas extras; (ii) supressão do intervalo intrajornada; (iii) adicionais de periculosidade e insalubridade; (iv) indenizações diversas; e (v) outras verbas trabalhistas.

21.2 Depósitos Judiciais

	Controladora			Consolidado		
	IAA (i)	Outros	Total	IAA (i)	Outros	Total
Saldo em 31 de março de 2023	1.051.683	37.289	1.088.972	1.051.683	37.293	1.088.976
Adições	266.640	5.222	271.862	266.640	5.227	271.867
Utilizações	-	(8.760)	(8.760)	-	(8.758)	(8.758)
Atualizações	137.262	1.860	139.122	137.262	1.866	139.128
Saldo em 31 de março de 2024	1.455.585	35.611	1.491.196	1.455.585	35.628	1.491.213
Adições	401.013	7.021	408.034	401.013	7.041	408.054
Utilizações	-	(7.451)	(7.451)	-	(7.451)	(7.451)
Atualizações	155.090	2.139	157.229	155.090	2.139	157.229
Saldo em 31 de março de 2025	2.011.688	37.320	2.049.008	2.011.688	37.357	2.049.045

(i) Vide nota 15 (b)

Os depósitos judiciais estão relacionados a contingências ativas e passivas, sendo atualizados monetariamente e apresentados no ativo não circulante.

21.3 Perdas possíveis

A São Martinho possui outras contingências passivas de natureza tributária, ambiental, cível e trabalhista, cujo risco de perda é classificado como possível. A natureza e o valor a elas atribuídos são:

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Natureza		Controladora				Consolidado			
		2025		2024		2025		2024	
		Nº de processos	Montante	Nº de processos	Montante	Nº de processos	Montante	Nº de processos	Montante
Ambientais		88	9.694	95	9.671	88	9.694	95	9.671
Cíveis		47	26.231	68	26.671	119	37.539	145	36.690
Trabalhistas		61	24.402	78	16.379	61	24.402	79	16.400
Tributários									
Contribuição previdenciária	(i)	5	64.239	8	102.455	7	64.367	8	102.455
Apuração de IRPJ/CSLL	(ii)	3	101.426	4	213.447	4	101.591	4	213.447
Compensação de Tributos Federais	(iii)	60	198.851	74	192.523	66	204.442	81	207.197
ICMS	(iv)	17	112.233	18	103.534	17	112.233	18	103.534
Tributos Federais	(v)	1	2.011.688	1	1.455.585	1	2.011.688	1	1.455.585
Outros processos	(vi)	4	17.604	9	16.582	6	17.872	12	16.029
Total		286	2.566.368	355	2.136.847	369	2.583.828	443	2.161.008

Processos tributários:

- (i) Incidência de contribuição previdenciária (INSS) sobre as receitas de exportação, sob a alegação de que a exportação realizada por intermédio de cooperativa não goza da imunidade prevista no artigo 149, parágrafo 2º, da Constituição Federal.
- (ii) Exclusão da base de cálculo do IRPJ e CSLL de despesas relacionadas à aplicação da depreciação acelerada incentivada, conforme previsto no art. 325 do RIR/2018.
- (iii) Pedidos de compensação e ressarcimento de IRPJ, CSLL, PIS, COFINS e outros tributos federais decorrentes de pagamento a maior, saldo negativo e créditos proporcionais à receita de exportação indeferidos pela Receita Federal do Brasil.
- (iv) ICMS, sendo: a) créditos supostamente indevidos, oriundos do Registro de Controle de Crédito de ICMS do Ativo Permanente - CIAP; b) crédito outorgado decorrente do Programa "PRODUZIR" supostamente indevido; c) recolhimento de ICMS-ST na venda interestadual de etanol; d) cobrança de ICMS nas vendas de levedura com isenção.
- (v) IRPJ/CSLL/PIS/COFINS incidentes sobre indenização (precatórios) recebida no contexto da Ação de Preço do IAA (Instituto do Açúcar e do Alcool), conforme mencionado na Nota 15.
- (vi) Outras discussões tributárias: a) taxa do Departamento Nacional de Pesquisa Mineral - DNPM; b) incidência de ITBI em operação de incorporação; c) execuções fiscais de IPTU; d) cobrança de ITR Suplementar; e) dedução indevida de água (responsabilidade solidária).

Outras naturezas:

Os processos cíveis tratam de ações indenizatórias em geral decorrentes de (i) acidentes de trânsito; (ii) revisão de contratos; e (iii) prejuízos a terceiros decorrentes de incêndios em áreas de cultivo de cana-de-açúcar.

Os processos ambientais tratam de autos de infração da CETESB e/ou polícia ambiental decorrentes de incêndio em área de cultivo de cana-de-açúcar, bem como de ações anulatórias para cancelar as multas aplicadas pelos órgãos mencionados anteriormente.

Os processos trabalhistas têm como principal motivo autos de infração lavrados pelo Ministério do Trabalho e Emprego, Ações Cíveis Públicas e/ou ações anulatórias para cancelar os mencionados autos.

21.4 Incidência de IRPJ e CSLL sobre benefícios fiscais de ICMS (Tema 1.182 do STJ)

Os benefícios fiscais de ICMS (PRODUZIR - GO) recebidos pela Companhia foram reconhecidos e contabilizados como subvenção para investimento em reserva de lucros, conforme requisitos da Lei Complementar nº 160/2017, Lei nº 12.973/2014 até 31 de dezembro de 2023.

Com base na decisão do Superior Tribunal de Justiça - STJ (Tema 1.182) e em opiniões de assessores jurídicos sobre o tema, em 31 de dezembro de 2023 efetuou a exclusão dos demais benefícios fiscais (diferimento do ICMS, redução de base de cálculo, redução de alíquota, dentre outros), das apurações de IRPJ e CSLL.

Assim, considerando as decisões judiciais de primeira instância e a decisão do STJ (Tema 1.182), no período findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia excluiu o montante de R\$ 255.665 (constituída reserva de incentivos fiscais) da apuração de IRPJ e CSLL referentes aos benefícios supracitados, o que resultou em uma redução de R\$ 86.926. Para os períodos anteriores a 2023, as exclusões nas apurações de IRPJ e CSLL e o respectivo registro contábil, serão realizadas após o trânsito em julgado das ações.

No que tange a não tributação para IRPJ e CSLL dos incentivos fiscais referentes à decisão do STJ (tema 1.182), a diretoria, com base na avaliação dos assessores jurídicos da Companhia a partir do cenário jurisprudencial atual, classifica as chances de êxito como possível.

22 Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros derivativos

A Companhia está exposta a riscos de mercado, que inclui riscos de variação cambial, volatilidade de preço de *commodities* e taxa de juros, risco de crédito e risco de liquidez. A diretoria da Companhia entende que o gerenciamento de risco é fundamental para: (i) monitoramento contínuo dos níveis de exposição em função dos volumes de vendas contratados; (ii) estimativas do valor de cada risco, tendo por base os limites de exposição cambial e dos preços de venda do açúcar estabelecidos; e (iii) previsão de fluxos de caixa futuros e o estabelecimento de limites de alçada de aprovação para a contratação de instrumentos financeiros destinados à precificação de produtos, à proteção contra variação cambial e volatilidade dos preços e taxa de juros.

Os instrumentos financeiros derivativos são contratados exclusivamente com a finalidade de precificar e proteger as operações de exportação de açúcar, etanol e outros produtos da Companhia contra riscos de variação cambial, flutuação dos preços e variações nas taxas de juros.

22.1 Riscos de Mercado

a) Risco cambial

A administração estabeleceu uma política que exige que a Companhia administre seu risco cambial para reduzir os efeitos adversos causados por um potencial descasamento de moedas.

Para administrar seu risco cambial, são utilizados contratos a termo de moedas, ("NDFs"), estratégias de opções, swaps e hedge natural (tais como dívidas ou compras em moeda estrangeira). A política de gestão de risco financeiro da Companhia define diretrizes que estabelecem o volume de proteção adequado dos fluxos de caixa previstos, principalmente relacionados às vendas de exportações.

Ativos e passivos expostos à variação cambial

O quadro abaixo resume os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira (dólares norte-americanos - US\$), consignados no balanço patrimonial nas demonstrações financeiras atuais:

Consolidado	2025	Milhares de US\$ equivalentes
Ativo circulante e não circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (bancos - depósitos à vista)	897.663	156.344
Contas a receber de clientes	209.481	36.485
Instrumentos financeiros derivativos	258.849	45.083
(+) Total dos ativos	1.365.993	237.912
Passivo circulante e não circulante:		
Empréstimos e financiamentos	1.270.240	221.211
Instrumentos financeiros derivativos	259.005	45.106
(-) Total dos passivos	1.529.245	266.317
Sub-total ativo (passivo)	(163.252)	(28.405)
Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira	1.270.240	221.211
Exposição líquida ativa	1.106.988	192.806

A exposição líquida deduz empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira, uma vez que estes serão liquidados com recursos oriundos das receitas com exportações futuras e, portanto, protegidos pela política de hedge da Companhia.

Referidos ativos e passivos foram atualizados e registrados nas demonstrações financeiras atuais à taxa de câmbio em vigor naquela data, sendo R\$ 5,7416 por US\$ 1,00 para os ativos e R\$ 5,7422 por US\$ 1,00 para os passivos.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Risco de volatilidade no preço de commodities

A Companhia está exposta ao risco de mudanças no preço de commodities em razão dos produtos fabricados como açúcar, etanol além da aquisição de milho.

c) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

A São Martinho segue a prática de obter empréstimos e financiamentos indexados a taxas pós-fixadas. No que diz respeito aos empréstimos e financiamentos em moeda nacional, ocorre uma mitigação natural do risco de flutuação de taxas de juros, uma vez que as aplicações financeiras são todas indexadas a taxas pós-fixadas. Quanto à moeda estrangeira, nos empréstimos e financiamentos, os riscos de flutuação de taxa de juros e moeda são mitigados através das aplicações financeiras *offshore*, exportações e instrumentos derivativos tais como swaps.

d) Análise de sensibilidade dos riscos de mercado

O quadro a seguir apresenta uma análise de sensibilidade dos efeitos das mudanças nos fatores de risco relevantes aos quais a Companhia está exposta. Referida análise considera apenas os instrumentos que não estão designados para *hedge accounting*.

Consolidado	Fator de risco	Impactos no resultado	
		Nocional (US\$ mil)	Cenários prováveis 5%
Caixa e equivalentes de caixa	Queda na taxa de câmbio R\$/US\$	55.124	(15.827)
Contas a receber de clientes	Queda na taxa de câmbio R\$/US\$	12.043	(3.458)
Empréstimos e financiamentos	Alta na taxa de câmbio R\$/US\$	232	(67)
Instrumentos financeiros derivativos			
Contratos a termo de moeda	Alta na taxa de câmbio R\$/US\$	1.772	(89)
Preço futuro (açúcar e etanol)	Alta no preço futuro de commodities	909	(45)
	Queda na taxa de câmbio R\$/US\$ e alta na curva de juros	552.000	(6.782)
Contratos de swap			
Exposição líquida		622.080	(26.268)

A análise de sensibilidade das variações em curvas de juros, disponibilizadas pela Brasil, Bolsa, Balcão (B3) e na bolsa de Nova Iorque - Intercontinental Exchange (ICE Futures US), foi efetuada considerando os efeitos de um aumento ou uma diminuição de 5bps (*basis points*) na curva de precificação do derivativo. A exposição a taxas refere-se exclusivamente a variações na curva do DI. Para os demais fatores de risco, o impacto no resultado é da variação percentual de 5% na respectiva curva de mercado do risco associado, descrito na tabela acima (câmbio e preço de commodities).

e) Instrumentos financeiros

A São Martinho optou pela utilização da contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para a contabilização de parte de seus instrumentos financeiros. Os instrumentos eleitos para designação são: a) derivativos de açúcar, etanol e

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

moeda estrangeira - dólar americano b) dívidas em moeda estrangeira - dólar americano - que efetuam coberturas de vendas das safras 2023/24 a 2025/26, e foram classificados como *hedge* de fluxo de caixa de transações esperadas altamente prováveis (vendas futuras).

Para a utilização do *hedge accounting*, foram realizados testes prospectivos e retrospectivos de eficácia que demonstraram que os instrumentos designados para *hedge* proporcionam uma compensação altamente eficaz aos efeitos de variações de preços sobre o valor das vendas futuras.

Em relação aos *hedges* de açúcar, os derivativos foram designados para proteção da variação dos fluxos de caixa das vendas futuras de açúcar. Estas operações são realizadas na bolsa de Nova Iorque - Intercontinental Exchange (ICE Futures US) e com instituições financeiras de primeira linha mediante contratos de balcão ou diretamente com nossos clientes.

Para os *hedges* de câmbio, os instrumentos financeiros derivativos e não derivativos foram designados como proteção de fluxos de caixa das vendas futuras em moeda estrangeira. Estes *hedges* são contratados mediante contratação de "Termos de Moeda" (NDFs), estratégias de Opções, Swaps e Dívidas em moeda estrangeira contratadas junto a instituições financeiras de primeira linha e dentro dos critérios de Gestão de Risco mencionados no item 23.2.

Os saldos de ativos e passivos relacionados às transações envolvendo instrumentos financeiros derivativos e seus devidos vencimentos, estão apresentados a seguir, considerando os métodos de mensuração descritos na nota 23.2:

Controladora e Consolidado	2025			
	Valor/ Volume contratado	Preço/taxa média	Valor de referência (Nacional) - R\$	Valor justo (Fair value) - R\$
<u>No ativo circulante - Ganho</u>				
Depósito de margem				22.511
Contratos futuros de mercadoria - Sugar #11 - Bolsa				
. Compromisso de venda	82.198	19,41 U\$/lb	201.976	6.195
. Compromisso de compra	35.155	17,62 U\$/lb	78.416	5.360
Contratos futuros de mercadoria - Soja				
. Compromisso de venda	9.000	1.067,09 USD/tons	9.604	301
Contratos a termo de mercadoria - Sugar #11				
. Compromisso de venda	2.591	18,72 U\$/lb	6.140	23
Contratos a termo de moeda (NDF) - Dólar - Balcão				
. Compromisso de venda	192.612	6,03 USD/BRL	1.161.816	17.995
. Compromisso de compra	1.632	5,55 USD/BRL	9.050	653
Contratos de Opções de Mercadoria - Sugar #11 - Bolsa				
. Posição titular de opções de compra (Calls)	144.787	20,75 U\$/lb	380.329	1.761
. Posição titular de opções de venda (Puts)	193.659	18,83 U\$/lb	461.636	26.683
Total de instrumentos financeiros derivativos no ativo circulante				81.482
<u>No ativo não circulante - Ganho</u>				
Contratos de Swap - Juros - Balcão				177.367
Total de instrumentos financeiros derivativos no ativo não circulante				177.367

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Controladora e Consolidado	2025			
	Valor/ Volume contratado	Preço/taxa média	Valor de referência (Nocional) - R\$	Valor justo (Fair value) - R\$
No passivo circulante - Perda				
Contratos futuros de mercadoria - Sugar #11 - Bolsa				
. Compromisso de venda	135.338	18,24 U\$/lb	312.505	9.875
. Compromisso de compra	5.791	19,19 U\$/lb	14.068	254
Contratos futuros de mercadoria - Ureia				
. Compromisso de compra	2.250	375,00 USD/Tons	844	14
Contratos a termo de mercadoria - Sugar #11				
. Compromisso de venda	12.955	18,37 U\$/lb	30.127	686
Contratos a termo de moeda (NDF) - Dólar - Balcão				
. Compromisso de venda	124.614	5,74 USD/BRL	714.848	23.219
. Compromisso de compra	3.730	5,99 USD/BRL	22.339	386
Contratos de Opções de Mercadoria - Sugar #11 - Bolsa				
. Posição lançadora de opções de compra (Calls)	338.446	21,32 U\$/lb	913.458	18.205
Contratos de Swap - Juros - Balcão				154.367
Total de instrumentos financeiros derivativos no passivo circulante				207.006
No passivo não circulante - Perda				
Contratos de Swap - Juros - Balcão				51.999
Total de instrumentos financeiros derivativos no passivo não circulante				51.999

Controladora e Consolidado	2024			
	Valor/ Volume contratado	Preço/taxa média	Valor de referência (Nocional) - R\$	Valor justo (Fair value) - R\$
No ativo circulante - Ganho				
Depósito de margem				30.292
Contratos futuros de mercadoria - Sugar #11 - Bolsa				
. Compromisso de venda	62.589	23,56 U\$/lb	162.423	8.913
. Compromisso de compra	57.712	22,09 U\$/lb	140.422	5.906
Contratos futuros de mercadoria - Milho				
. Compromisso de compra	87.750	60,40 BRL/sc	5.300	91
Contratos futuros de mercadoria - Etanol				
. Compromisso de venda	150	2.210,00 BRL/m³	332	1
Contratos a termo de mercadoria - Sugar #11				
. Compromisso de venda	9.703	22,93 U\$/lb	24.507	585
Contratos a termo de moeda (NDF) - Dólar - Balcão				
. Compromisso de venda	117.764	5,16 USD/BRL	607.662	10.062
. Compromisso de compra	10.092	5,03 USD/BRL	50.763	474
Contratos de Opções de Mercadoria - Sugar #11 - Bolsa				
. Posição titular de opções de compra (Calls)	67.872	24,78 U\$/lb	185.253	2.396
. Posição titular de opções de venda (Puts)	216.723	23,21 U\$/lb	554.056	39.173
Contratos de Swap - Juros - Balcão				5.315
Total de instrumentos financeiros derivativos no ativo circulante				103.208
No ativo não circulante - Ganho				
Contratos a termo de moeda (NDF) - Dólar - Balcão				
. Compromisso de compra	590	5,18 USD/BRL	3.056	21
Contratos de Swap - Juros - Balcão				207.877
Total de instrumentos financeiros derivativos no ativo não circulante				207.898

Controladora e Consolidado	2024			
	Valor/ Volume contratado	Preço/taxa média	Valor de referência (Nocional) - R\$	Valor justo (Fair value) - R\$
No passivo circulante - Perda				
Contratos futuros de mercadoria - Sugar #11 - Bolsa				
. Compromisso de venda	140.875	21,22 U\$/lb	329.271	15.454
. Compromisso de compra	66.094	25,11 U\$/lb	182.803	23.115
Contratos futuros de mercadoria - Milho				
. Compromisso de compra	319.500	62,89 BRL/sc	20.093	538
Contratos a termo de mercadoria - Sugar #11				
. Compromisso de venda	19.915	21,73 U\$/lb	47.667	852
Contratos a termo de moeda (NDF) - Dólar - Balcão				
. Compromisso de venda	307.054	5,03 USD/BRL	1.544.482	10.938
. Compromisso de compra	7.505	5,12 USD/BRL	38.426	337
Contratos de Opções de Mercadoria - Sugar #11 - Bolsa				
. Posição lançadora de opções de compra (Calls)	282.004	26,09 U\$/lb	810.407	7.710
. Posição lançadora de opções de venda (Puts)	2.591	24,50 U\$/lb	6.992	776
Contratos de Swap - Juros - Balcão				98.409
Total de instrumentos financeiros derivativos no passivo circulante				158.129
No passivo não circulante - Perda				
Contratos a termo de moeda (NDF) - Dólar - Balcão				
. Compromisso de venda	590	5,19 USD/BRL	3.063	14
Contratos de Swap - Juros - Balcão				13.582
Total de instrumentos financeiros derivativos no passivo não circulante				13.596

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O saldo de depósitos de margem se refere a recursos mantidos em contas correntes junto às corretoras para a cobertura de margens iniciais e de variação estabelecidas pela bolsa na qual os contratos são firmados, com o objetivo de garantir contratos em aberto e remessas líquidas relativas aos ajustes diários de variação de preço dos contratos no mercado futuro e de opções.

Os saldos de resultado potencial com operações de futuro, opções e contratos a termo referem-se ao efeito acumulado positivo (negativo) do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos, nas correspondentes modalidades.

A composição dos instrumentos financeiros designados para *hedge accounting* na data das demonstrações financeiras atuais, é como segue:

Controladora e Consolidado	Ativo	Passivo	Total em Outros Resultados Abrangentes
Instrumentos financeiros:			
Derivativos de mercadorias - Futuro, opções e contratos a termo	20.525	11.038	9.487
Derivativos de câmbio - Opções / NDF	15.846	22.575	(6.729)
Variação cambial de contratos de financiamentos (Trade Finance)	536	136.575	(136.039)
	36.907	170.188	(133.281)
Tributos diferidos sobre os itens acima	(12.548)	(57.864)	45.316
	24.359	112.324	(87.965)

f) Estimativa de realização

Nas demonstrações financeiras atuais, os impactos contabilizados no patrimônio líquido da Companhia e a estimativa de realização no resultado estão demonstrados a seguir:

Controladora e consolidado	Safra 25/26	Total
Instrumentos financeiros derivativos:		
Derivativos de mercadorias - Futuro, opções e contratos a termo	9.487	9.487
Derivativos de câmbio - Opções / NDF	(6.729)	(6.729)
Variação cambial de contratos de financiamentos (Trade Finance)	(136.039)	(136.039)
	(133.281)	(133.281)
Tributos diferidos sobre os itens acima	45.316	45.316
	(87.965)	(87.965)

22.2 Risco de crédito

A gestão de risco de crédito ocorre por meio de contratação de operações apenas em instituições financeiras de primeira linha que atendem aos critérios de avaliação de riscos da São Martinho que controla mensalmente sua exposição em derivativos e aplicações financeiras, mediante critérios de concentração máxima em função do rating e patrimônio líquido da instituição financeira.

Com relação ao risco de crédito de clientes, a São Martinho avalia anualmente o risco de crédito associado a cada um deles, levando em consideração o comportamento de pagamentos, porte, setor e análise financeira.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Adicionalmente, sempre que há a inclusão de um novo cliente, é atribuído um limite individual de crédito em função do risco identificado.

22.3 Risco de liquidez

O Departamento Financeiro monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que haja caixa suficiente para atender às necessidades operacionais e à dívida de curto prazo.

O excesso de caixa em moeda nacional é aplicado em operações compromissadas lastreado em títulos privados, CDBs e fundos de investimentos, indexados pela variação do CDI, com características de alta liquidez e circulação no mercado.

Já o excesso de caixa internacional é aplicado com liquidez diária a taxas fixas previamente estabelecidas.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento, com base no fluxo de pagamentos futuros não descontados.

Controladora	Menos de um ano	Entre um e três anos	Acima de três anos	Total
Em 31 de março de 2025				
Empréstimos e financiamentos	1.238.232	2.429.396	7.631.666	11.299.294
Arrendamentos a pagar	161.019	240.394	536.971	938.384
Parceria agrícola a pagar	846.978	951.793	1.701.277	3.500.048
Instrumentos financeiros derivativos	207.006	51.999	-	259.005
Fornecedores	405.130	-	-	405.130
Outros passivos	9.432	26.368	-	35.800
	2.867.797	3.699.950	9.869.914	16.437.661
Em 31 de março de 2024				
Empréstimos e financiamentos	1.377.190	2.066.780	5.687.546	9.131.516
Arrendamentos a pagar	153.658	255.747	540.305	949.710
Parceria agrícola a pagar	789.954	922.807	1.773.674	3.486.435
Instrumentos financeiros derivativos	158.129	13.596	-	171.725
Fornecedores	422.212	-	-	422.212
Outros passivos	27.311	-	-	27.311
	2.928.454	3.258.930	8.001.525	14.188.909

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Consolidado	Menos de um ano	Entre um e três anos	Acima de três anos	Total
Em 31 de março de 2025				
Empréstimos e financiamentos	1.242.040	2.436.968	7.680.045	11.359.053
Arrendamentos a pagar	161.019	240.394	536.971	938.384
Parceria agrícola a pagar	846.978	951.793	1.701.277	3.500.048
Instrumentos financeiros derivativos	207.006	51.999	-	259.005
Fornecedores	404.994	-	-	404.994
Outros passivos	24.344	26.368	-	50.712
	2.886.381	3.707.522	9.918.293	16.512.196
Em 31 de março de 2024				
Empréstimos e financiamentos	1.380.441	2.073.255	5.732.961	9.186.657
Arrendamentos a pagar	153.658	255.747	540.305	949.710
Parceria agrícola a pagar	789.954	922.807	1.773.674	3.486.435
Instrumentos financeiros derivativos	158.129	13.596	-	171.725
Fornecedores	408.590	-	-	408.590
Outros passivos	41.407	-	-	41.407
	2.932.179	3.265.405	8.046.940	14.244.524

22.4 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Lei das SAs permite que ações sejam tomadas pela Companhia a fim de assegurar os objetivos acima mencionados.

23 Classificação e valor justo dos instrumentos financeiros

23.1 Classificação

A classificação dos ativos e passivos financeiros é demonstrada nas tabelas a seguir:

		Controladora	
	Classificação	2025	2024
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	Custo Amortizado	898.517	204.467
Aplicações financeiras	Valor justo por meio do resultado	2.084.208	2.743.929
Contas a receber de clientes	Custo Amortizado	457.645	651.856
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do ORA	81.482	97.914
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do resultado	177.367	213.192
Depósitos judiciais	Custo Amortizado	2.049.008	1.491.196
Outros ativos, exceto pagamentos antecipados	Custo Amortizado	373.701	374.524
		6.121.928	5.777.078
Passivos financeiros			
Empréstimos e financiamentos	Valor justo por meio do resultado	-	28
Empréstimos e financiamentos	Custo Amortizado	8.043.592	6.495.202
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do ORA	52.639	59.734
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do resultado	206.366	111.991
Arendamentos e parcerias agrícolas a pagar	Custo Amortizado	2.830.453	2.874.760
Fornecedores	Custo Amortizado	405.130	422.212
Outros passivos	Custo Amortizado	35.800	27.311
		11.573.980	9.991.238

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

		Consolidado	
	Classificação	2025	2024
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	Custo Amortizado	898.588	204.560
Aplicações financeiras	Valor justo por meio do resultado	2.264.639	3.017.449
Contas a receber de clientes	Custo Amortizado	514.754	698.384
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do ORA	81.482	97.914
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do resultado	177.367	213.192
Depósitos judiciais	Custo Amortizado	2.049.045	1.491.213
Outros ativos, exceto pagamentos antecipados	Custo Amortizado	375.766	376.669
		6.361.641	6.099.381
Passivos financeiros			
Empréstimos e financiamentos	Valor justo por meio do resultado	-	28
Empréstimos e financiamentos	Custo Amortizado	8.089.461	6.536.790
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do ORA	52.639	59.734
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do resultado	206.366	111.991
Fornecedores	Custo Amortizado	404.994	408.590
Arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar	Custo Amortizado	2.830.453	2.874.760
Outros passivos	Custo Amortizado	50.712	41.407
		11.634.625	10.033.300

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* é avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes. Não há históricos de inadimplências relevantes na Companhia.

23.2 Valor justo

Para mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 - Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e

Nível 3 - Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido.

Nas demonstrações financeiras atuais, não houve reclassificação de ativos e passivos ao valor justo de ou para o nível 1, 2 ou 3.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Controladora	2025			2024		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativo						
Aplicações financeiras	-	2.084.208	-	-	2.743.929	-
Instrumentos financeiros derivativos	62.510	196.339	-	56.389	254.717	-
Ativos biológicos (i)	-	-	1.405.729	-	-	1.364.508
	62.510	2.280.547	1.405.729	56.389	2.998.646	1.364.508
Passivo						
Instrumentos financeiros derivativos	28.349	230.656	-	47.055	124.670	-
	28.349	230.656	-	47.055	124.670	-

Consolidado	2025			2024		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativo						
Aplicações financeiras	-	2.264.639	-	-	3.017.449	-
Instrumentos financeiros derivativos	62.510	196.339	-	56.389	254.717	-
Ativos biológicos (i)	-	-	1.405.729	-	-	1.364.508
	62.510	2.460.978	1.405.729	56.389	3.272.166	1.364.508
Passivo						
Instrumentos financeiros derivativos	28.349	230.656	-	47.055	124.670	-
	28.349	230.656	-	47.055	124.670	-

(i) A conciliação do valor justo de nível 3 encontra-se na NE 7.

Futuros e Opções na ICE

O valor justo dos futuros negociados na bolsa de Nova Iorque - *Intercontinental Exchange (ICE Futures US)* e na B3 - Brasil, Bolsa, Balcão, é calculado pela diferença entre o preço contratual do derivativo e o preço de fechamento de mercado na data base, obtido de cotação em mercado ativo, e conciliado com os saldos credores ou devedores junto às corretoras. O valor justo das opções negociadas na ICE é obtido da cotação em mercado.

Opções de câmbio

O valor justo das opções de câmbio é obtido utilizando o modelo "Garman & Kohlhagen", utilizando dados públicos de mercado e características das mesmas, especificamente o preço do ativo-objeto, o strike das opções, a volatilidade, a curva de juros e o tempo remanescente até o vencimento dos contratos.

Contratos a termo

O valor justo dos contratos a termo, tanto de câmbio quanto de açúcar, contratados no mercado balcão junto a bancos de primeira linha, é calculado por fluxo de caixa descontado baseado em dados de mercado observáveis, especificamente as curvas de juros DI, SOFR e cupom cambial publicadas pela B3, a PTAX 800 publicada pelo Banco Central do Brasil, e os preços de futuros de açúcar divulgados pela Ice Futures na bolsa ICE.

Outros ativos e passivos financeiros

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes, títulos a receber, contas a pagar aos fornecedores e títulos a pagar, pelo valor contábil, menos a

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

perda (*impairment*) ou ajuste a valor presente, quando aplicável, estejam próximos de seus correspondentes valores justos.

24 Informação por segmento (consolidado)

A administração definiu os segmentos operacionais da São Martinho, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pelos principais tomadores de decisão, sendo eles: a diretoria, a presidência e o Conselho de administração.

As análises são realizadas segmentando o negócio sob a ótica dos produtos comercializados pela São Martinho, compondo os seguintes segmentos:

- (i) Açúcar;
- (ii) Etanol;
- (iii) Etanol de milho;
- (iv) Energia elétrica;
- (v) Negócios imobiliários;
- (vi) Levedura; e
- (vii) Outros produtos e subprodutos.

As análises de desempenho dos segmentos operacionais são realizadas com base na demonstração do resultado por produto, com foco na rentabilidade. Os ativos operacionais relacionados a esses segmentos estão localizados apenas no Brasil.

Resultado consolidado por segmento

2025									
Consolidado	Açúcar	Etanol	Etanol Milho	Energia Elétrica	Negócios Imobiliários	Levedura	Outros produtos	Não segmentado	Total
Receita Bruta									
Mercado interno	365.089	2.645.287	562.248	244.543	25.062	52.778	375.088	-	4.270.095
Mercado externo	3.139.163	395.308	-	-	-	-	3.768	-	3.538.239
Resultado com derivativos	(242.151)	(4.422)	-	-	-	(1.100)	-	-	(247.673)
(-) Impostos, contr. e deduções sobre vendas	(26.005)	(334.393)	18.420	(11.198)	(6.155)	(2.826)	(36.470)	-	(398.627)
Receita líquida	3.236.096	2.701.780	580.668	233.345	18.907	48.852	342.386	-	7.162.034
Custo dos produtos vendidos	(2.056.601)	(2.439.556)	(437.932)	(90.197)	(1.376)	(26.393)	(262.023)	-	(5.314.078)
Variação do valor de mercado do ativo biológico, produto agrícola e Cbios	(2.912)	(59.742)	-	-	-	-	-	-	(62.654)
Lucro bruto	1.176.583	202.482	142.736	143.148	17.531	22.459	80.363	-	1.785.302
Margem bruta	36,4%	7,5%	24,6%	61,3%	92,7%	46,0%	23,5%	-	24,9%
Despesas com vendas	(170.019)	(64.565)	(10.392)	(17.693)	-	(10)	115	-	(262.564)
Demais receitas operacionais, líquidas	-	-	-	-	-	-	-	(5.335)	(5.335)
Lucro operacional	1.006.564	137.917	132.344	125.455	17.531	22.449	80.478	(5.335)	1.517.403
Margem Operacional	31,1%	5,1%	22,8%	53,8%	92,7%	46,0%	23,5%	-	21,2%
Outras despesas e receitas não segmentadas	-	-	-	-	-	-	-	(960.672)	(960.672)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	556.731
Depreciação e amortização, intangível e direito de uso	(1.125.396)	(1.153.559)	(24.570)	(11.943)	-	(9.387)	(57.780)	(19.547)	(2.402.182)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2024								
Consolidado	Açúcar	Etanol	Etanol Milho	Energia Elétrica	Negócios Imobiliários	Levedura	Outros produtos	Não segmentado	Total
Receita Bruta									
Mercado interno	333.783	2.163.298	404.165	202.153	16.667	58.043	307.668	-	3.485.777
Mercado externo	3.229.331	455.098	-	-	-	8.322	1.569	-	3.694.320
Resultado com derivativos	63.570	8.272	-	-	-	-	-	-	71.842
Amortização de contrato de fornecimento de energia elétrica	-	-	-	-	-	-	-	(8.800)	(8.800)
(-) Impostos, contr. e deduções sobre vendas	(25.845)	(246.377)	(12.101)	(10.503)	(8.949)	(5.948)	(41.678)	-	(351.401)
Receita líquida	3.600.839	2.380.291	392.064	191.650	7.718	60.417	267.559	(8.800)	6.891.738
Custo dos produtos vendidos	(1.976.530)	(2.450.240)	(432.357)	(51.381)	(35)	(23.116)	(272.318)	-	(5.205.977)
Variação do valor de mercado do ativo biológico e produto agrícola	68.563	(78.553)	-	-	-	-	(324)	-	(10.314)
Lucro bruto	1.692.872	(148.502)	(40.293)	140.269	7.683	37.301	(5.083)	(8.800)	1.675.447
Margem bruta	47,0%	-6,2%	-10,3%	73,2%	99,5%	61,7%	-1,9%	-	24,3%
Despesas com vendas	(171.915)	(64.974)	(2.964)	(14.909)	-	-	(693)	-	(255.455)
Demais receitas operacionais, líquidas	-	-	-	-	-	-	-	1.111.493	1.111.493
Lucro operacional	1.520.957	(213.476)	(43.257)	125.360	7.683	37.301	(5.776)	1.102.693	2.531.485
Margem Operacional	42,2%	-9,0%	-11,0%	65,4%	99,5%	61,7%	-2,2%	-	36,7%
Outras despesas e receitas não segmentadas	-	-	-	-	-	-	-	(1.055.206)	(1.055.206)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	1.476.279
Depreciação e amortização, intangível e direito de uso	(1.106.461)	(1.159.772)	(13.118)	(11.468)	-	(7.997)	(31.320)	(18.308)	(2.348.444)

Em 31 de março de 2025, estão classificados como "Etanol" a receita líquida com créditos de descarbonização (CBIOS) no valor de R\$ 66.772 (R\$ 75.505 em 31 de março de 2024).

Geograficamente, as receitas operacionais líquidas consolidadas são apresentadas a seguir:

Consolidado	2025	2024
Mercado interno	3.862.250	3.101.360
Mercado externo		
Oriente Médio e Ásia	1.741.594	1.778.872
Europa	1.459.203	1.514.442
América do Norte	68.257	404.714
Fim específico exportação	30.730	92.350
Receita líquida	7.162.034	6.891.738

Na data das demonstrações financeiras atuais, dois clientes da Companhia contribuíram com mais de 10% da receita líquida. Estes clientes representam 42% da receita (37% em 31 de março de 2024).

Ativos operacionais consolidados por segmento

Os principais ativos operacionais da São Martinho foram segregados por segmento em função dos correspondentes centros de custo em que estão alocados e/ou de critério de rateio que leva em consideração a produção de cada produto em relação à produção total; assim, essa alocação pode variar de um exercício para outro.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2025							
	Açúcar	Etanol	Etanol Milho	Energia Elétrica	Negócios Imobiliários	Levedura	Não segmentado	Total
Contas a receber de clientes	181.419	103.630	50.364	9.243	51.719	3	118.376	514.754
Estoques e adiantamento a fornecedores	257.112	387.643	128.443	-	6.123	799	18.946	799.066
Ativos biológicos	850.643	555.086	-	-	-	-	-	1.405.729
Imobilizado	3.536.662	3.717.955	515.930	167.495	597.469	33.644	138.894	8.708.049
Intangível	277.717	173.378	1.019	-	-	-	-	452.114
Direito de uso	1.373.777	1.378.858	-	-	-	-	-	2.752.635
Total de ativos alocados	6.477.330	6.316.550	695.756	176.738	655.311	34.446	276.216	14.632.347
Demais ativos não alocáveis	-	-	-	-	-	-	7.137.036	7.137.036
Total	6.477.330	6.316.550	695.756	176.738	655.311	34.446	7.413.252	21.769.383

	2024							
	Açúcar	Etanol	Etanol Milho	Energia Elétrica	Negócios Imobiliários	Levedura	Não segmentado	Total
Contas a receber de clientes	293.687	221.395	73.402	6.607	41.839	1.825	59.629	698.384
Estoques e adiantamento a fornecedores	374.632	190.199	151.649	-	6.594	460	12.676	736.210
Ativos biológicos	890.278	474.230	-	-	-	-	-	1.364.508
Imobilizado	3.740.024	3.559.977	527.821	147.148	-	33.547	36.631	8.045.148
Intangível	281.656	172.195	1.116	-	-	-	-	454.967
Direito de uso	1.166.783	1.622.814	-	-	-	-	-	2.789.597
Total de ativos alocados	6.747.060	6.240.810	753.988	153.755	48.433	35.832	108.936	14.088.814
Demais ativos não alocáveis	-	-	-	-	-	-	6.282.635	6.282.635
Total	6.747.060	6.240.810	753.988	153.755	48.433	35.832	6.391.571	20.371.449

(i) Representado principalmente pelos saldos de aplicações financeiras e depósitos judiciais.

Considerando a abordagem dos principais tomadores de decisão, os passivos não estão sendo divulgados por segmento, sendo analisados de forma consolidada.

25 Receitas

A São Martinho reconhece suas receitas com base na contraprestação esperada pelo controle dos bens e serviços.

Não são previstas perdas relacionadas às vendas no mercado sucroalcooleiro e outros produtos derivados, uma vez que todas as obrigações de desempenho são cumpridas na entrega do produto final, momento em que a receita é reconhecida.

A receita consiste no valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela venda de produtos e prestação de serviços no curso normal das atividades da São Martinho.

a) Venda de produtos e prestação de serviços

A São Martinho opera na comercialização de açúcar, etanol, energia elétrica, levedura, entre outros. As vendas desses produtos são reconhecidas no momento da entrega dos produtos ao cliente. Para o reconhecimento da receita, a Companhia adere à estrutura conceitual da norma, que inclui a identificação dos contratos com os clientes, a determinação das obrigações de desempenho estabelecidas nos contratos, a definição do preço da transação e a alocação do preço da transação.

b) Venda de terras e loteamentos (Empreendimentos Imobiliários)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As receitas de vendas e os custos dos terrenos relacionados aos empreendimentos são reconhecidos no resultado à medida em que as obras de infraestrutura progridem, conforme orientado pela CVM e detalhado anteriormente.

Nas vendas a prazo de terrenos com as obras de infraestrutura concluídas, o resultado é reconhecido no momento da venda, independentemente do prazo de recebimento do valor contratual. As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida e a receber. A Companhia considera o ajuste a valor presente para os valores a receber registrados.

Abaixo a composição das receitas:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receita bruta de vendas				
Mercado interno	4.062.041	3.323.006	4.270.095	3.485.777
Mercado externo	3.538.239	3.694.320	3.538.239	3.694.320
Resultado com derivativos	(247.673)	71.842	(247.673)	71.842
	<u>7.352.607</u>	<u>7.089.168</u>	<u>7.560.661</u>	<u>7.251.939</u>
Amortização de contrato de fornecimento de energia elétrica (i)	-	-	-	(8.800)
	<u>7.352.607</u>	<u>7.089.168</u>	<u>7.560.661</u>	<u>7.243.139</u>
Impostos, contribuições e deduções sobre vendas	(381.508)	(333.141)	(398.627)	(351.401)
	<u>6.971.099</u>	<u>6.756.027</u>	<u>7.162.034</u>	<u>6.891.738</u>

(i) Amortização dos contratos de fornecimento de Energia da BIO SC.

26 Custos e despesas por natureza

A reconciliação das despesas por natureza é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Depreciação e amortização (inclui ativos biológicos colhidos)	(2.396.111)	(2.344.500)	(2.402.182)	(2.348.444)
Matéria prima e materiais de uso e consumo	(1.864.891)	(1.964.544)	(1.754.487)	(1.834.765)
Despesas com pessoal	(630.215)	(597.644)	(638.107)	(604.634)
Materiais para revenda (principalmente etanol para revenda em 2023)	(55.506)	(41.971)	(84.492)	(46.090)
Peças e serviços de manutenção	(275.736)	(254.667)	(276.049)	(255.018)
Variação no valor justo dos ativos biológicos, produtos agrícolas e CBIC	(62.654)	(10.314)	(62.654)	(10.314)
Reversão (provisão) para perdas na realização dos estoques	2.814	(2.814)	2.814	(2.814)
Frete sobre venda	(218.343)	(223.823)	(218.343)	(223.804)
Serviços de terceiros	(139.042)	(143.094)	(142.182)	(147.575)
Contencioso	(37.789)	(30.379)	(38.161)	(30.479)
Custo com venda de terras	-	-	(1.376)	45
Insumos	(192.140)	-	(190.287)	-
Outras despesas	(151.694)	(289.781)	(173.856)	(311.120)
	<u>(6.021.307)</u>	<u>(5.903.531)</u>	<u>(5.979.362)</u>	<u>(5.815.012)</u>
Classificadas como:				
Custo dos produtos vendidos	(5.450.989)	(5.334.452)	(5.376.732)	(5.216.291)
Despesas com vendas	(248.006)	(243.005)	(262.564)	(255.455)
Despesas gerais e administrativas	(322.312)	(326.074)	(340.066)	(343.266)
	<u>(6.021.307)</u>	<u>(5.903.531)</u>	<u>(5.979.362)</u>	<u>(5.815.012)</u>

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

27 Outras receitas, líquidas

A composição de outras receitas líquidas é a seguinte,

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Ganho (perda) nas baixas do ativo imobilizado, líquido	6.969	4.449	6.959	3.987
Receita na venda de resíduos e sucatas	9.405	10.052	9.405	10.052
Reconhecimento de créditos tributários, líquidos (i)	330.139	189.108	330.139	189.108
PIS/COFINS sobre outras receitas (despesas)	(19.379)	(5.687)	(19.379)	(5.687)
Indenizações de sinistros	2.518	448	2.518	448
Baixa de tratos culturais	(8.037)	-	(8.037)	-
Indenização do IAA (ii)	-	1.244.243	-	1.244.243
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(247)	3.733	3.670	4.290
	321.368	1.446.346	325.275	1.446.441

- (i) Em relação aos valores de reconhecimento de créditos tributários, R\$ 199.446 referem-se aos créditos presumidos de PIS/COFINS sobre cana-de-açúcar, e R\$ 117.400 referem-se aos créditos relacionados à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS sobre o etanol, conforme mencionado na nota 8.
- (ii) Em 31 de março de 2024, o saldo total no consolidado em outras receitas é composto substancialmente por: R\$ 1.244.243 correspondente à indenização recebida pela Copersucar e repassada para a Companhia, conforme detalhado na nota 15(b); e R\$ 188.547 referente a créditos de ICMS extemporâneos sobre insumos que passaram a ser reconhecidos como essenciais à produção, em conformidade com entendimento jurisprudencial.

28 Resultado financeiro

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receitas financeiras				
Juros recebidos e auferidos	337.456	304.862	368.587	333.529
Outras receitas	24.445	19.910	27.133	16.163
PIS/COFINS sobre receita financeira	(16.626)	(16.049)	(16.988)	(16.001)
	345.275	308.723	378.732	333.691
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(726.157)	(633.951)	(729.704)	(637.396)
Ajuste a valor presente (i)	(265.677)	(248.345)	(265.677)	(248.345)
Juros pagos e auferidos	(32.328)	(22.832)	(31.984)	(22.813)
Comissão de fiança bancária	(10.107)	(10.174)	(10.123)	(10.186)
Obrigações Copersucar	(9.391)	(6.156)	(9.391)	(6.156)
Outras despesas	(1.946)	(13.744)	(3.810)	(14.287)
	(1.045.606)	(935.202)	(1.050.689)	(939.183)
Variação cambial e monetária, líquida				
Clientes e fornecedores	9.809	914	9.808	914
Disponibilidades	(41.545)	(4.810)	(41.544)	(4.810)
Empréstimos e financiamentos	(94.731)	(89.998)	(94.731)	(89.998)
	(126.467)	(93.894)	(126.467)	(93.894)
Derivativos - não designados para hedge accounting				
Resultado com swap	(224.006)	(54.398)	(224.006)	(54.398)
Resultado com operações de etanol	(2.151)	(57)	(2.151)	(57)
Variação cambial líquida	12.603	(157)	12.603	(157)
Resultado com operações de açúcar	20.985	(3.003)	20.985	(3.003)
Resultado com operações de câmbio	(23.924)	12.372	(23.924)	12.372
Resultado com operações de milho	3	-	3	-
Custo com transações em bolsa	285	(235)	285	(235)
	(216.205)	(45.478)	(216.205)	(45.478)
	(1.043.003)	(765.851)	(1.014.629)	(744.864)

(i) Principalmente de arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar.

29 Lucro por ação

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Lucro do exercício atribuível aos acionistas da Companhia	556.731	1.476.279	556.731	1.476.279
Ações ordinárias no início do exercício - em lotes de mil	345.831	346.375	345.831	346.375
Média ponderada das ações em tesouraria - em lotes de mil	(12.401)	(7)	(12.401)	(7)
Média ponderada das ações ordinárias em circulação - em lotes de mil	333.430	346.368	333.430	346.368
Lucro básico e diluído por ação (em reais)	1,6697	4,2622	1,6697	4,2622

(i) Em 2025 a média ponderada das ações foi afetada pela recompra de ações (nota 17b).

30 Cobertura de seguros

A São Martinho mantém programa padrão de segurança, treinamento e qualidade em suas unidades, visando, entre outros objetivos, reduzir os riscos de acidentes. Além disso, mantém contratos de seguros com coberturas consideradas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

suficientes (informações não auditadas) para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As importâncias cobertas pelas apólices de seguros vigentes na data das demonstrações financeiras atuais são:

Controladora e Consolidado Item	Riscos cobertos	Cobertura máxima (i)
Lucros Cessantes e Riscos Operacionais (ii)	LC: Tem como objetivo proteger contra perdas financeiras resultantes da interrupção de atividades, desde que a causa esteja relacionada a alguma cobertura contratada na apólice. RO: Tem como objetivo proteger contra quaisquer danos materiais a edificações, instalações, estoques, máquinas e equipamentos agrícolas e industriais.	2.655.059
Responsabilidade Civil	Proteção por erro ou reclamações no exercício da atividade profissional que afete terceiros.	2.170.800
Responsabilidade Ambiental	Proteção para acidentes ambientais que possam levantar reclamações junto à legislação ambiental.	30.000

(i) Corresponde ao valor máximo das coberturas para diversas localidades seguradas.

(ii) As coberturas relativas a danos materiais (riscos operacionais) para veículos estão excluídas pois têm como referência 100% da tabela FIPE.

31 Evento subsequente

Conforme fato relevante divulgado em 19 de maio de 2025 a Companhia comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que, em reunião do Conselho de Administração realizada nesta data ("RCA"), foi aprovada a 7ª (sétima) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para colocação privada ("Emissão" e "Debêntures", respectivamente).

As Debêntures servirão de lastro para a emissão de certificados de recebíveis do agronegócio da 104ª (centésima quarta) emissão da Vert Companhia Securitizadora, nos termos Lei nº 11.076/2004 e normativos da CVM, em especial a Resolução CVM nº 60/2021.

Serão emitidas até 1.250.000 (um milhão, duzentas e cinquenta mil) Debêntures, com valor unitário de R\$ 1 (mil reais), de forma que a Emissão terá valor total inicial de até R\$ 1.250.000 (um bilhão, duzentos e cinquenta milhões de reais), podendo ser diminuído, desde que observado o montante mínimo de R\$ 1.000.000 (um bilhão de reais).

* * *

Parecer Conselho Fiscal

SÃO MARTINHO S.A.
CNPJ/MF Nº 51.466.860/0001-56
NIRE Nº 35.300.010.485
Companhia Aberta

PARECER DO CONSELHO FISCAL DA SÃO MARTINHO S.A.

Os membros do Conselho Fiscal da SÃO MARTINHO S.A., dentro de suas atribuições e responsabilidades legais, nos termos do artigo 163, incisos II, III e VII, da Lei 6.404/76, procederam a análise das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas e o Relatório Anual da Administração, referentes ao exercício social encerrado em 31.3.2025, e com base nas análises efetuadas, nos esclarecimentos prestados pela Administração, considerando ainda, o relatório sem ressalvas dos Auditores Independentes da KPMG Auditores Independentes Ltda, datado de 23 de junho de 2025 sobre as demonstrações financeiras assim como seus esclarecimentos, concluíram que os documentos estão adequadamente apresentados, e opinam favoravelmente pelo seu encaminhamento para deliberação em Assembleia Geral e Ordinária e Extraordinária dos Acionistas, assim como, opinam favoravelmente sobre as propostas da Administração para: a) Destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31.3.2025; b) Orçamento de Capital safra 2025/2026, base para retenção de lucros; e, c) Aumento do Capital Social, com utilização da Reserva de Orçamento de Capital.

São Paulo/SP, 23 de junho de 2025.

Conselheiros Fiscais:

Maurício Curvelo de Almeida Prado

Maria Elvira Lopes Gimenez

Rafael Alves Rodrigues

RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA

1. ATIVIDADES REALIZADAS

Durante o calendário anual de atividades do Comitê de Auditoria referente à análise do exercício social 2024/2025, este Comitê realizou 8 reuniões*, tendo como participantes, membros, administradores e gestores da Companhia relacionados aos temas discutidos. Foram debatidas pautas envolvendo diversos temas de atribuição do Comitê, previstos no Regimento Interno (disponível no site de RI da Companhia: [Regimento Interno Comitês de Assessoramento](#)).

Os reportes dos trabalhos realizados pelo Comitê de Auditoria são feitos ao Conselho de Administração pelo Coordenador, no início de cada reunião, constando em ata arquivada na sede da Companhia as recomendações para cada assunto.

2. PRINCIPAIS ASSUNTOS

✓ **Análise das demonstrações financeiras**

Avaliação das Informações Trimestrais (ITR) juntamente com a Administração e representante do Auditor Independente (KPMG). Em todos os trimestres, foi verificado que o material estava adequado e satisfatório, com recomendação de aprovação pelo Conselho de Administração.

✓ **Auditoria Interna e Controles Internos**

Discussões sobre o plano de trabalho da Auditoria Interna e relatórios dos auditores; análise Carta de Controles Internos, sem deficiências significativas.

✓ **Contratos com partes relacionadas**

Análise das condições comerciais e caráter comutativo de contratos com partes relacionadas, recomendando a aprovação pelo Conselho de Administração.

✓ **Governança, Gestão de Riscos, Conformidade e Contingências**

Análise do Formulário de Referência/2024 e as mudanças propostas pela B3 no Regulamento do Novo Mercado, Informe de Governança/2024 (Pratique & Explique); acompanhamento do Canal de Denúncias e destaques da área de Governança, Riscos, Controles Internos e Conformidade por meio do Relatório Semestral com reporte ao Comitê; análise do Relatório do Contencioso, apresentando as contingências e destaques. Material apresentado foi satisfatório.

✓ **Outros assuntos**

Análise do Relatório de Relações Institucionais, com perspectivas e principais temas/projetos, com foco na regulamentação das leis aprovadas em 2024; análise de proposta de ajuste nas procurações públicas, entre outros.

3. RECOMENDAÇÃO DO COMITÊ - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 24/25

O Comitê de Auditoria analisou as Demonstrações Financeiras do exercício encerrado em 31.3.2025 em reunião realizada em 16.6.2025 e recomendou a aprovação pelo Conselho de Administração.

São Paulo/SP, 16 de junho de 2025.

MEMBROS COMITÊ DE AUDITORIA:

Murilo Cesar Lemos dos Santos Passos

João Carlos Costa Brega

Olga Stankevicius Colpo

* **2024:** 5/8; 16/9; 21/10 e 4/11; 19/3. **2025:** 22/4; 19/5 e 16/6.

SÃO MARTINHO SA
CNPJ/MF N.º 51.466.860/0001-56
NIRE N.º 35.300.010.485
CAPITAL ABERTO

PROPOSTA DE ORÇAMENTO DE CAPITAL

Informações necessárias para a Assembleia Geral Ordinária
referente ao exercício encerrado em 31 de março de 2025.
(Anexo A da Resolução CVM 81/2022)

Proposta de Orçamento de Capital

(Anexo A da Resolução CVM 81/2022)

Conforme artigo 196 da Lei 6.404/76, o Conselho de Administração propõe para aprovação em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada em 25.7.2025, o Orçamento de Capital para o exercício de 2025/2026, no valor de R\$ 235.411.318,31 (duzentos e trinta e cinco milhões, quatrocentos e onze mil, trezentos e dezoito reais e trinta e um centavos).

Este valor contempla R\$ 21.102,54 (vinte e um mil, cento e dois reais e cinquenta e quatro centavos) provenientes da reversão de dividendos não reclamados e prescritos.

Aplicações:

Investimentos planejados relacionados, principalmente, com Capex de Melhoria Operacional, Projetos de Investimentos e/ou Capital de Giro.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Nos termos do artigo 27, § 1º, inciso VI da Resolução CVM nº 80/2022, a Diretoria declara que reviu discutiu e concorda com as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de março de 2025.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Nos termos do artigo 27, § 1º, inciso V da Resolução CVM nº 80/2022, a Diretoria declara que reviu discutiu e concorda com opiniões expressas no parecer dos auditores independentes emitido em 23 de junho de 2025 pela KPMG Auditores Independentes Ltda, CRC 2SP027666/O-5.